

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2011



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Curitiba, 2012

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR e EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS
Presidentes

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ
LAFATE JACOMEL
Superintendente Regional

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
VALDECIR SASSI e CAROLINA DE PAULA SOARES PAIVA FERRETTI
Gerentes

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES
VALMOR LUIZ BORDIN
Gerente

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
ITAMAR DE PIRES LIMA JUNIOR
Gerente

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO

pr.gedes@conab.gov.br
Fones: (041) 3313-2721 e (41) 3313-2746
Fax (041) 3313-2742

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Paraná (SUREG-PR), relativo ao exercício de 2011, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, Portaria CGU nº 2546/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Salientamos que não foram apresentados os Principais Indicadores de Desempenho relativos aos itens 3 (Sustentação de Renda), 4 (Promoção do Abastecimento), 6 (Prestação de Serviços), 7 (Administração de Estoques Públicos) e 11 (Gestão de Pessoas). Embora existam propostas, estas se encontram em fase de análise pelos órgãos da Matriz. Após testados e aprovados serão implantados, inclusive a nível de regionais.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-PR, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da SUREG-PR, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Lafaete Jacomel

Superintendência Regional do Paraná
Superintendente

Evangevaldo Moreira dos Santos

Presidente

SUMÁRIO

ITENS/SUB ITENS	DESCRIÇÃO	FOLHAS
	Relação de Siglas	09
	Relação de Quadros e Figuras	15
1	Informações Básicas	19
1.1	Informações Gerais da SUREG-PR	19
1.1.1	Identificação da SUREG-PR	19
1.1.2	Estrutura Organizacional da SUREG-PR	21
1.1.3	Principais Responsáveis	22
1.1.4	Estrutura de Governança Corporativa	23
1.2	Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	23
1.2.1	Planejamento Estratégico	23
1.2.2	Breve Análise dos Principais Macroprocessos	23
1.2.2.1	Macroprocesso de Sustentação de Renda	23
1.2.2.2	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	24
1.2.2.3	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	25
1.2.2.4	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	26
1.2.2.5	Macroprocesso de Prestação de Serviços	27
1.2.2.6	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	27
1.2.2.7	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	28
2	Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	29
2.1	Análise sobre o Ambiente de Gestão	29
3	Sustentação de Renda	30
3.1	Instrumentos para Sustentação de Renda	32
3.2	Intervenções Realizadas em 2011	33
3.2.1	Formação de Estoques Públicos	35
3.2.1.1	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	35
3.2.1.2	Aquisições do Governo Federal - AGF	38
3.2.1.3	Contrato de Opção de Venda	38
3.2.2	Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção	40
4	Promoção do Abastecimento	40
4.1	Atuação da CONAB	40
4.2	Ações Desenvolvidas	41

4.2.1	Alienação dos Estoques da PGPM	41
4.2.2	Apoio à Comercialização com Subvenção	43
4.2.3	Doação de Produtos Alimentícios	43
5	Articulação e Organização do Abastecimento	46
6	Prestação de Serviços	47
6.1	Estoques de Terceiros	47
6.2	Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	48
6.3	Demonstrativo do Resultado da Armazenagem	48
6.4	Resultados da Prestação de Serviços de Classificação de Produtos Agrícolas	51
6.5	Leilões Públicos de Produtos de Terceiros	51
7	Administração dos Estoques Públicos	51
7.1	Rede Armazenadora	51
7.1.1	Rede Armazenadora Própria	51
7.1.1.1	Serviços de Manutenção	51
7.1.2	Posição dos Estoques na Rede Armazenadora Própria e na Contratada	56
7.1.3	Oferta Nacional de Armazenagem	58
7.1.4	Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador	63
7.2	Fiscalização dos Estoques Públicos	64
7.2.1	Quadro de Fiscais	64
7.2.2	Quantidades Fiscalizadas	65
7.2.3	Ocorrências Constatadas nas Fiscalizações	65
7.2.4	Avaliação Geral dos Armazéns de Terceiros	66
7.2.5	Descredenciamento de Armazéns	68
7.2.6	Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	68
7.2.7	Serviços de Cobrança	69
7.2.7.1	Cobranças e Recebimentos	69
7.3	Remoções de Produtos	69
7.3.1	Remoção dos Estoques Públicos	69
8	Gestão da Tecnologia da Informação	71
9	Gestão Estratégica	71
10	Geração e Difusão de Informações	72
10.1	Informações sobre as Safras no Estado do Paraná	72
11	Gestão de Pessoas	75
11.1	Alocação de Empregados	75
11.2	Sistema de Comunicação	78

11.3	Melhoria do Clima Organizacional	79
11.4	Capacitação de Pessoal	80
11.5	Composição e Custos de Pessoal	81
11.5.1	Quadro de Pessoal Ativo	81
11.5.2	Admissões, Demissões e Transferências	83
11.5.3	Perspectivas de Aposentadoria	84
11.5.4	Recomposição do Quadro de Pessoal	84
11.5.5	Composição do Quadro de Estagiários	84
11.5.6	Custos de Pessoal	85
11.5.7	Mão de Obra Terceirizada	86
11.6	Entidade Fechada de Previdência Complementar	87
11.6.1	Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius	87
12	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	87
12.1	Análise da Execução Orçamentária	87
12.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias	87
12.1.2	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	88
12.1.3	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	89
12.1.4	Despesas por Natureza, Grupo e Elemento de Despesa	90
12.1.5	Programas e Ações	94
12.1.5.1	Programas	95
12.1.5.1.1	(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar	95
12.1.5.1.2	(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária	95
12.1.5.1.3	(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	96
12.1.5.2	Ações dos Programas Executadas pela Superintendência Regional do Paraná	96
12.1.5.2.1	(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	97
12.1.5.2.2	(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	100
12.1.5.2.3	(2012) Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	101
12.1.5.2.4	(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	103
12.1.5.2.5	(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	105
12.1.5.2.6	(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	110
12.1.5.2.7	(2130) Formação de Estoques Públicos	113

12.1.5.2.8	(2272) Gestão e Administração do Programa	116
12.1.5.2.9	(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	118
12.1.5.2.10	(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	120
12.1.5.2.11	(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	122
12.1.5.2.12	(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	124
12.1.5.2.13	(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	126
12.1.5.2.14	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	127
12.2	Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	128
12.3	Transferências Recebidas e Realizadas no Período	128
12.4	Transferências Mediante Convênios	128
12.5	Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76	129
12.6	Composição Acionária do Capital Social	146
12.7	Composição Acionária da U.J. Como Investidora	147
12.8	Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Propriedade da Empresa ou Locado de Terceiros	149
13	Governança e Controle	153
13.1	Informações do Sistema de Controle Interno da UJ	153
13.2	Providências sobre Deliberações Exaradas em Acórdãos do Tribunal de Contas da União	155
13.3	Providências sobre Deliberações Exaradas em Acórdãos da CGU	155
13.4	Providências sobre Deliberações Exaradas em Relatórios de Auditoria Interna	155
14	Outras informações	164
14.1	Participação da SUREG-PR no Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida	164
14.2	Informações que Influenciam no Desempenho da Gestão da SUREG-PR	165

RELAÇÃO DE SIGLAS

SIGLAS	IDENTIFICAÇÃO
AAD	Auxiliar Administrativo
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ABRAPAN	Associação dos Trabalhadores Rurais Três Lagoa
AGF	Aquisição do Governo Federal
ASG	Auxiliar Serviços Gerais
ATA	Assistente, Administrativo
ATO	Assistente Operacional
ATR	Açúcar Total Recuperável
CAN	Correio Aéreo Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Centrais de Abastecimento
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFP	Ex - Companhia de Financiamento da Produção
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAMO	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho Nacional de Política sobre Drogas
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
COPAV	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPJ	Controle de Processos Judiciais
CPR – DOAÇÃO	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR – ESTOQUE	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CSLL	Comissão sobre o Lucro Líquido
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DCO	Documento Confirmatório da Operação
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFA	Delegacia Federal de Agricultura do Paraná

DERAL	Departamento de Economia Rural
DIAFI	Diretoria Financeira
DIFIN	Diretoria Financeira
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMATER/RO	Associal de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A
ETL	Extração, Transformação, Carga
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEASI	Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação
GEBEM	Gerencia de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerencia de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECOM	Gerência de Comercialização
GECOV	Gerência de Controle de Convênios de Operações Governamentais
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOG	Gerência de Controle Financeiro de Operações Governamentais
GEMOV	Gerência de Movimentação de Estoques
GEOPE	Gerência de Operações
GEPOR	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GPS	Global Position Sistem
GERAC	Gerência de Análise e Custos
GESIN	Gerência de Sistema e Informação
GESOF	Gerência de Engenharia de Software

GESUT	Gerência de Suporte Técnico
GRU	Guia da Recolhimento da União
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
ha	hectare
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério do Interior
MOC	Manual de Operações da Conab
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NFE	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OCI	Órgão de Controle Interno
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANET	Acesso da internet do Programa de Aquisição de Alimentos
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEP	Premio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMTI	Projeto de modernização da Tecnologia da Informação
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicação
PR	Paraná
PR/GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
PRODEA	ex Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE	Procuradoria Regional
PSI	Política de Segurança da Informação
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema de Administração Quantitativa e Qualitativa de Armazenagem de Grãos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SECOM	Setor de Comercialização
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEN	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO	Setor de Apoio, Logística e Gestão da Oferta
SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR	Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAJUR	Sistema de Atividade Jurídicas
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIASG	Sistema Integrado de Administrações e Serviços Gerais
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contatos de Repasse
SIGABrasil	Sistema de Informação Geral Atualizada

SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMAB	Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores S/A
SIMEPAR	Instituto Tecnológico de Meteorologia do Estado do Paraná
SINTEG	ex Sistema de Controle Integrado
SISAC	Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Contratos Administrativos
SISMAT	Sistema de Material
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUFIN	Superintendência de Finanças
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ	Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Especiais
SUPAD	ex Superintendência de Administração
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG-PR	Superintendência Regional do Paraná
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TEC	Técnico
TI	Tecnologia da Informação
TNS	Técnico de nível superior
TPF	Tabela de Participação Financeira
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNICAMP	Universidade de Campinas
VEP	Valor de Escoamento de produto
XFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

RELAÇÃO DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO Nº	IDENTIFICAÇÃO	Fls.
Quadro 01	Identificação da SUREG-PR	19
Quadro 02	Alterações do Estatuto Social	20
Quadro 03	Organograma da SUREG-PR	21
Figura 04	Macroprocesso de Sustentação da Renda	24
Figura 05	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	25
Figura 06	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	26
Figura 07	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	26
Figura 08	Macroprocesso de Prestação de Serviços	27
Figura 09	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	28
Figura 10	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	29
Quadro 11	Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Paraná em 2010 e 2011	30
Quadro 12	Preços Médios Recebidos pelos Produtores em 2010 e 2011	31
Quadro 13	Preços Recebidos pelos Pecuaristas no Paraná em 2010 e 2011	31
Figura 14	Evolução dos Recursos Aplicados pela SUREG-PR na Aquisição de Produtos	36
Quadro 15	Aquisições Através da CDAF	37
Quadro 16	Aquisições Através da CPR-Estoque	37
Quadro 17	Aquisições Através da CPR-Doação	38
Quadro 18	Demonstrativo das Aquisições de Produtos	38
Quadro 19	Demonstrativo da Venda de Contrato de Opção	39
Quadro 20	Demonstrativo das Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Vendas de Arroz	39
Quadro 21	Demonstrativo das Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Vendas de Arroz	39
Quadro 22	Demonstrativo de Vendas em Balcão	43
Quadro 23	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS	44
Quadro 24	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MI	45
Quadro 25	Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	45
Quadro 26	Demonstrativo da Distribuição de Feijão	46
Quadro 27	Demonstrativo dos Proprietários dos Produtos Estocados e da Utilização da Capacidade Estática das Unidades Próprias	47
Quadro 28	Demonstrativo das Receitas Arrecadadas com a Armazenagem de Produtos de Terceiros	48

Quadro 29	Demonstrativo do Resultado do Exercício	49
Quadro 30	Descrição das Despesas Realizadas com a Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	51
Quadro 31	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias – Diagnóstico – Previsão para 2012	55
Quadro 32	Demonstrativo da Posição dos Estoques	56
Quadro 33	Posição dos Estoques Governamentais	57
Quadro 34	Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	59
Quadro 35	Rede Armazenadora Instalada	60
Quadro 36	Demonstrativo da Capacidade Estática, quanto a Localização	61
Quadro 37	Demonstrativo da Capacidade Estática, quanto a Entidade	62
Quadro 38	Evolução da Capacidade Estática X Produção Agrícola	63
Quadro 39	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas – Estoques Públicos	65
Quadro 40	Demonstrativo das Ocorrências Constatadas nas Fiscalizações	65
Quadro 41	Irregularidades Constatadas nas Vistorias nos Armazéns de Terceiros em 2011	66
Quadro 42	Demonstrativo dos Quantitativos dos Instrumentos de Comercialização Fiscalizados	68
Quadro 43	Demonstrativo das Remoções Realizadas	70
Quadro 44	Comparativo de Área, Produção e Produtividade no Paraná	72
Quadro 45	Comparativo de Área, Produção e Produtividade no Paraná nas Safras 10/11 e 11/12	74
Quadro 46	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da Sede e sua Lotação	76
Quadro 47	Demonstrativo do Perfil do Efetivo das Unidades Armazenadoras e sua Lotação	77
Quadro 48	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da Sede e das Unidades Armazenadoras e sua Lotação	78
Quadro 49	Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento	80
Quadro 50	Demonstrativo das Despesas Realizadas com Treinamento	80
Quadro 51	Demonstrativo do Efetivo por Situação Contratual	82
Quadro 52	Demonstrativo do Perfil do Efetivo por Situação Contratual e de Enquadramento	83
Quadro 53	Demonstrativo do Pessoal por Faixa Etária e Tempo de Serviço na Empresa	83
Quadro 54	Composição do Quadro de Estagiários	84
Quadro 55	Custos de Pessoal	85
Quadro 56	Composição e Custo de Recursos Humanos – Quadro Terceirizado	86
Quadro 57	Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área Fim	86
Quadro 58	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	88

Quadro 59	Despesas por Modalidade de Contratação	89
Quadro 60	Despesas por Natureza, Grupo e Elemento de Despesa	90
Quadro 61	Demonstrativo da Despesa Detalhada do Grupo 1	91
Quadro 62	Demonstrativo da Despesa Detalhada do Grupo 3	91
Quadro 63	Demonstrativo da Despesa Detalhada do Grupo 4	94
Quadro 64	Demonstrativo da Despesa Detalhada do Grupo 5	94
Quadro 65	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária da Ação “Assistência Médica e odontológica aos Servidores e seus Dependentes”	97
Quadro 66	Demonstrativo das Despesas Realizadas	97
Quadro 67	Demonstrativo dos Beneficiários do SAS	98
Quadro 68	Demonstrativo do Atendimento a Vacinação Contra Gripe	98
Quadro 69	Indicadores de Desempenho	99
Quadro 70	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos”	100
Quadro 71	Indicadores de Desempenho	101
Quadro 72	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados”	101
Quadro 73	Demonstrativo dos Beneficiários por Benefício Concedido–Exercício de 2010	102
Quadro 74	Demonstrativo dos Beneficiários por Benefício Concedido–Exercício de 2011	102
Quadro 75	Indicadores de Desempenho	102
Quadro 76	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados”	104
Quadro 77	Demonstrativo dos Beneficiários	104
Quadro 78	Indicadores de Desempenho	104
Quadro 79	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras”	105
Quadro 80	Demonstrativo das Despesas Realizadas	106
Quadro 81	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	106
Quadro 82	Distribuição Espacial da Rede Armazenadora no Estado do Paraná	107
Quadro 83	Evolução da Capacidade Estática e a Produção Agrícola no Paraná	108
Quadro 84	Indicadores de Desempenho	109
Quadro 85	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários”	110
Quadro 86	Demonstrativo das Despesas Realizadas	110
Quadro 87	Indicadores de Desempenho	111

Quadro 88	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Formação de Estoques Públicos”	113
Quadro 89	Composição da Execução Financeira das Aquisições de Produtos	114
Quadro 90	Comparativo das Aquisições de Produtos	114
Quadro 91	Indicadores de Desempenho	115
Quadro 92	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Gestão e Administração do Programa”	116
Quadro 93	Demonstrativo da Execução da Despesa	117
Quadro 94	Indicadores de Desempenho	118
Quadro 95	Demonstrativo dos Armazéns Próprios, por Unidade Armazenadora, Localizados no Estado do Paraná	118
Quadro 96	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns”	119
Quadro 97	Demonstrativo das Despesas com a Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	119
Quadro 98	Indicadores de Desempenho	120
Quadro 99	demonstrativo da execução orçamentária e financeira da ação “Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	120
Quadro 100	Demonstrativo das Despesas Realizadas	121
Quadro 101	Indicadores de Desempenho	121
Quadro 102	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação”	122
Quadro 103	Indicadores de Desempenho	123
Quadro 104	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Pesquisa, Acompanhamento a Avaliação de Safras”	124
Quadro 105	Demonstrativo das Despesas Realizadas	124
Quadro 106	Indicadores de Desempenho	125
Quadro 107	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação “Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e de Economia Mista”	126
Quadro 108	Demonstrativo das Despesas Realizadas	126
Quadro 109	Indicadores de Desempenho	127
Quadro 110	Demonstrativo da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	128
Quadro 111	Composição Acionária do Capital Social	146
Quadro 112	Patrimônio de Propriedade da Empresa	149

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações Gerais da SUREG-PR

1.1.1. Identificação da SUREG-PR

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Código SIORG: 14		
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Regional do Paraná da Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação Abreviada: SUREG-PR		
Código SIORG: 087.144	Código LOA: 22.211	Código SIAFI: 22.211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar – Administração Pública em Geral		
Código CNAE: 8411-6		
Telefone/PABX: 41-3313-2700		FAXs: 41-3313-2742 e 41-3313-2743
Endereço Eletrônico: pr.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: http://www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua Mauá, 1.116 Centro Cívico – Curitiba-PR – CEP 80.030.200		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada		
A superintendência regional do Paraná – SUREG-PR está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1.998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 08.05.1.998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art 15, Inciso VIII, e considerando os Arts 11, § 1º e 18 do Estatuto Social e os Arts 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia		
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei da Armazenagem lhe confere o Art 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão aprovada em 24.03.2.008) e o Art 3º, Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada em 25.11.2009)		
Manuais e Publicações Relacionadas à Gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Publicações disponíveis na página da Internet		

1. Manual de Operações da CONAB - MOC	
2. Publicações Especializadas	
3. Regimento Interno	
4. Estatuto Social	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Atividades à Unidade Jurisdicionada	
Unidade Gestoras Relacionadas à Unidade Gestora	
Código SIAFI	Nome
135271	Unidade Armazenadora de Apucarana
135268	Unidade Armazenadora de Cambé
135544	Armazém Frigorífico de Curitiba
135270	Unidade Armazenadora de Ponta Grossa
135396	Unidade Armazenadora de Rolândia
135266	Estoque Estratégico
135267	Estoque Regulador – PGPM/PR
135280	Unidade de Comercialização de Curitiba
135437	Mercado de Opção/PR
135545	Unidade CONAB – PAA/PR
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135265	Companhia Nacional do Abastecimento – Sede – Superintendência Regional do Paraná
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora: 22.211	
Código SIAFI da Gestão: 22.211	

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.

QUADRO 2 - ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3ª Versão	s/n.º	03/07/95	04/07/95
4ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97

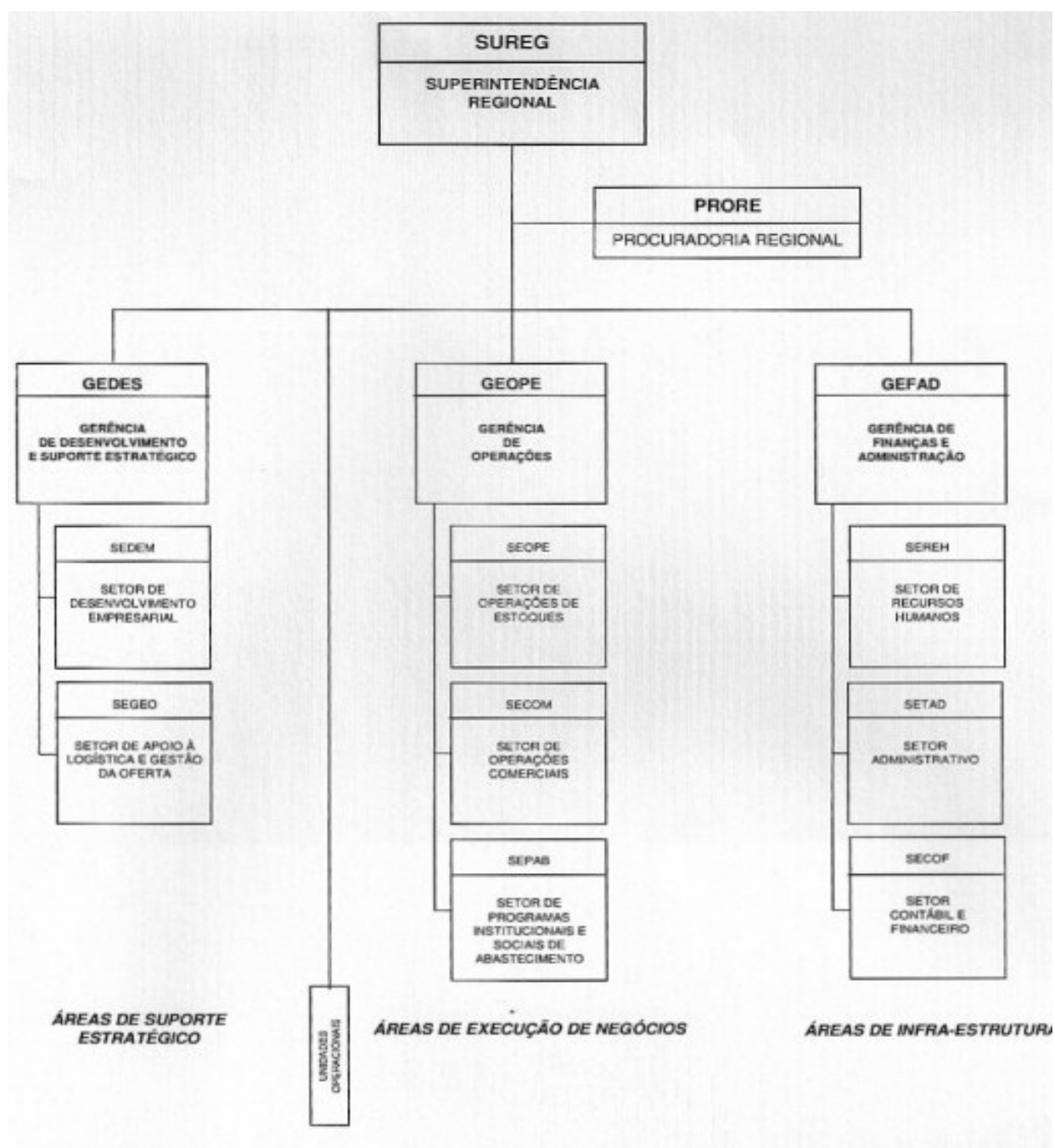
7ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

FONTE:SUREG-PR

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.2. Estrutura Organizacional da SUREG-PR

QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ



1.1.3. Principais Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

GESTOR	FUNÇÃO	PERÍODO DA GESTÃO
Lafaete Jacomel	Superintendente Regional	01.01.2011 a 31.12.2011
Paulo Leandro Dieter	Superintendente Regional Substituto	01.01.2011 a 20.12.2011
Valmor Luiz Bordin	Superintendente Regional Substituto	20.12.2011 a 31.12.2011
Paulo Leandro Dieter	Procurador Regional	01.01.2011 a 31.12.2011
Carolina Becker Rodrigues Lopes	Procurador Regional Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
Valdecir Sassi	Gerente de Finanças e Administração	01.01.2011 a 15.08.2011
Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti	Gerente de Finanças e Administração	15.08.2011 a 31.12.2011
Roseclair Araujo Martins Noguchi	Gerente de Finanças e Administração Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
Valmor Luiz Bordin	Gerente de Operações	01.01.2011 a 31.12.2011
Leonidas Toledo Kaminski	Gerente de Operações Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
Itamar de Pires Lima Junior	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	01.01.2011 a 31.12.2011
Rosimeire Laurretto	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
Sergio Roberto Piaskoski	Gerente da Unidade Armazenadora de Ponta Grossa	01.01.2011 a 31.12.2011
Luiz Rosa	Gerente da Unidade Armazenadora de Ponta Grossa Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
José Segundo Bosqui	Gerente da Unidade Armazenadora de Cambé	01.01.2011 a 31.12.2011
Vilson Gongora Ratuchiniaki	Gerente da Unidade Armazenadora de Cambé Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
Agnelo de Souza	Gerente da Unidade Armazenadora de Rolândia	01.01.2011 a 31.12.2011
Mario Flor do Nascimento	Gerente da Unidade Armazenadora de Rolândia	01.01.2011 a 31.12.2011

	Substituto	
Jefferson Raspante	Gerente da Unidade Armazenadora de Apucarana	01.01.2011 a 31.12.2011
Antonio Paulo dos Santos	Gerente da Unidade Armazenadora de Apucarana Substituto	01.01.2011 a 31.12.2011
João Filon	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba	01.01.2011 a 08.04.2011
Ronaldo Viana Leite	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba	08.04.2011 a 31.12.2011
Renato Carneiro de Paula	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba Substituto	01.01.2011 a 10.05.2011
James de Oliveira	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba Substituto	10.05.2011 a 31.12.2011

1.1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre este item constará no Relatório de Gestão da Matriz

1.2 ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DOS MACROPROCESSOS

1.2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Através da Comunicação Interna nº 97, de 06.03.2012 o senhor Presidente da Conab comunica a todas as Superintendências Regionais que na 1.030ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 10.01.2012, foi aprovada a retomada do Planejamento Estratégico da CONAB, em atendimento as decisões do Tribunal de Contas da União

A retomada dessa atividade caberá a um Grupo de Trabalho, em processo de formação;

Pela Comunicação Interna nº 07, de 16.03.2012, da Coordenadora da COPAG/PRESI, em atendimento a Comunicação Interna de nº 97 da PRESI, esclarece que o Grupo de Trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico iniciará suas visitas pelos órgãos da Matriz com posteriores visitas às Superintendências Regionais.

1.2.2 BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS

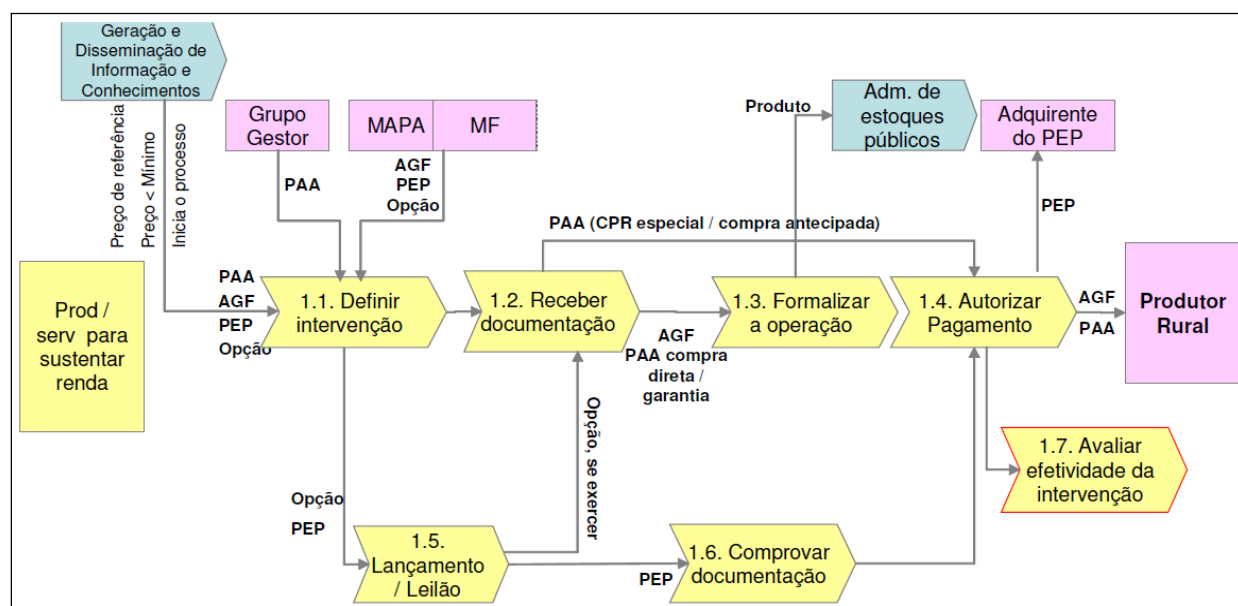
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

FIGURA 4 – MACROPROCESSO DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA



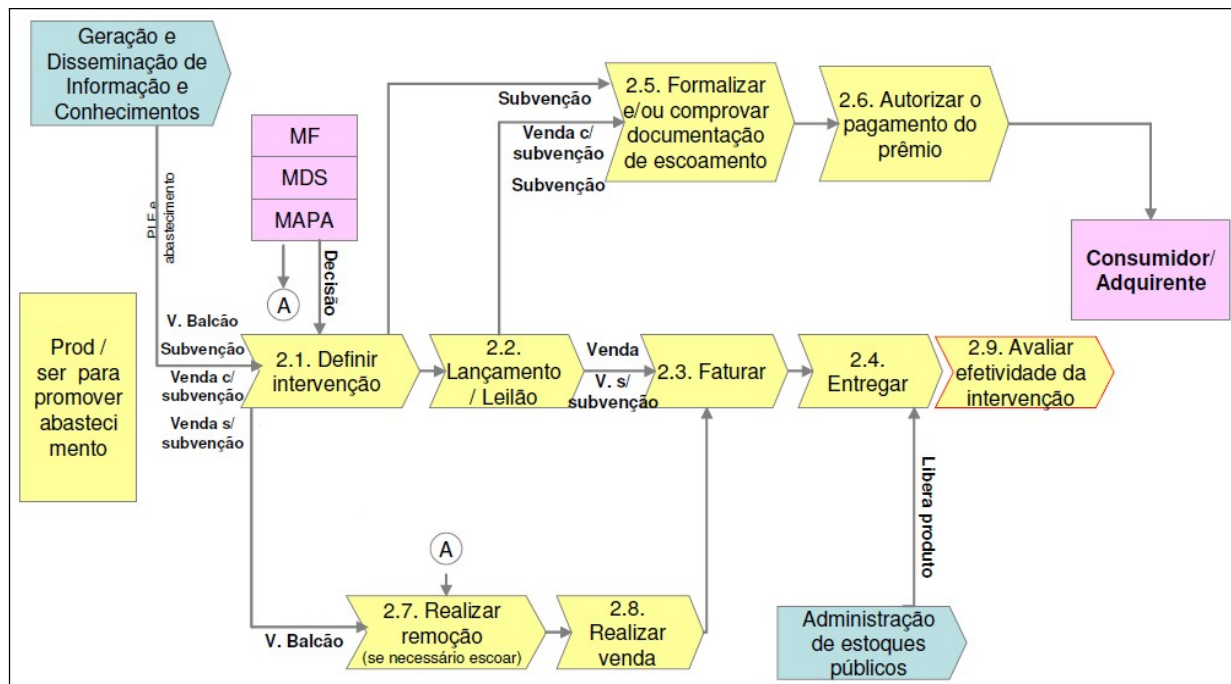
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

FIGURA 5 - MACROPROCESSO DE PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO



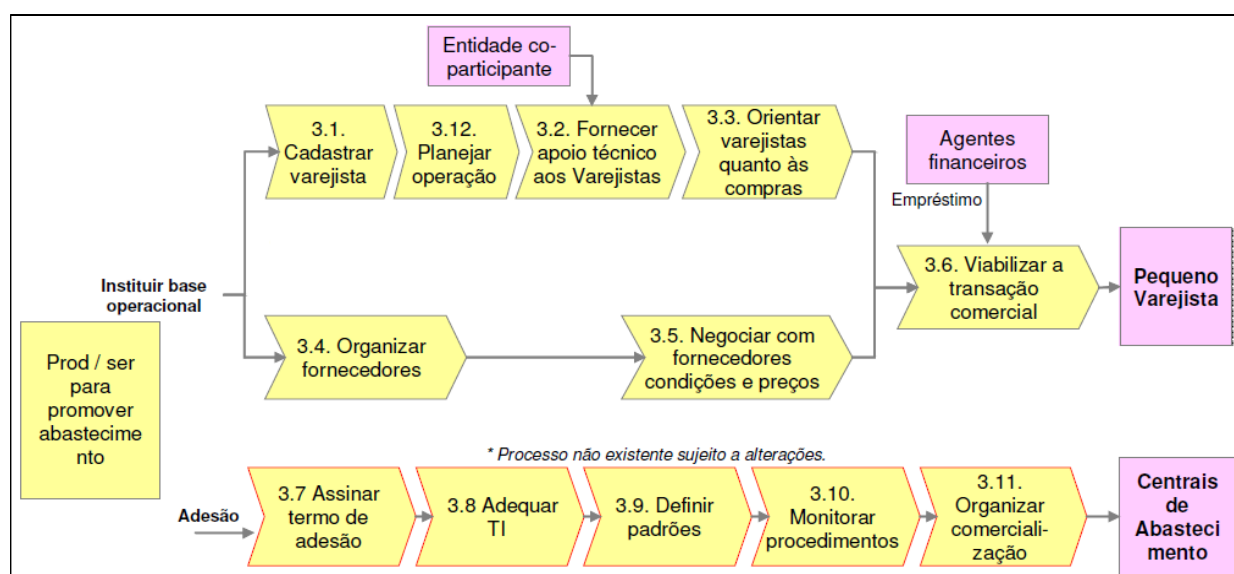
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

FIGURA 6 - MACROPROCESSO DE ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO



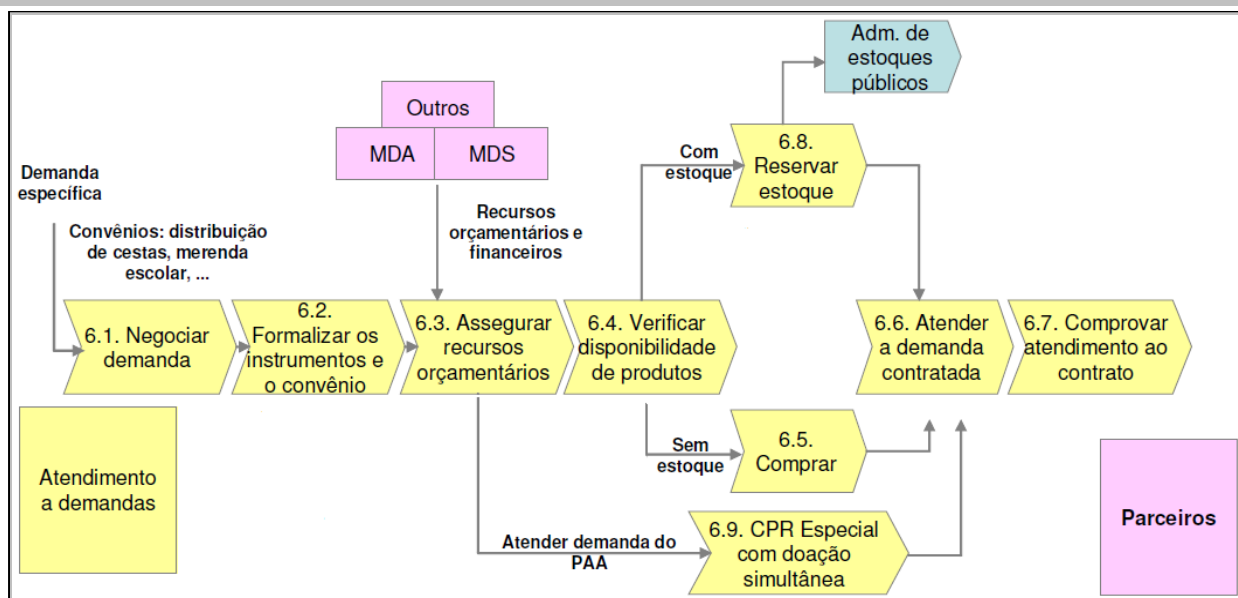
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, crenda escolar, dentre outros.

FIGURA 7 - MACROPROCESSO DE ATENDIMENTO A PARCEIROS



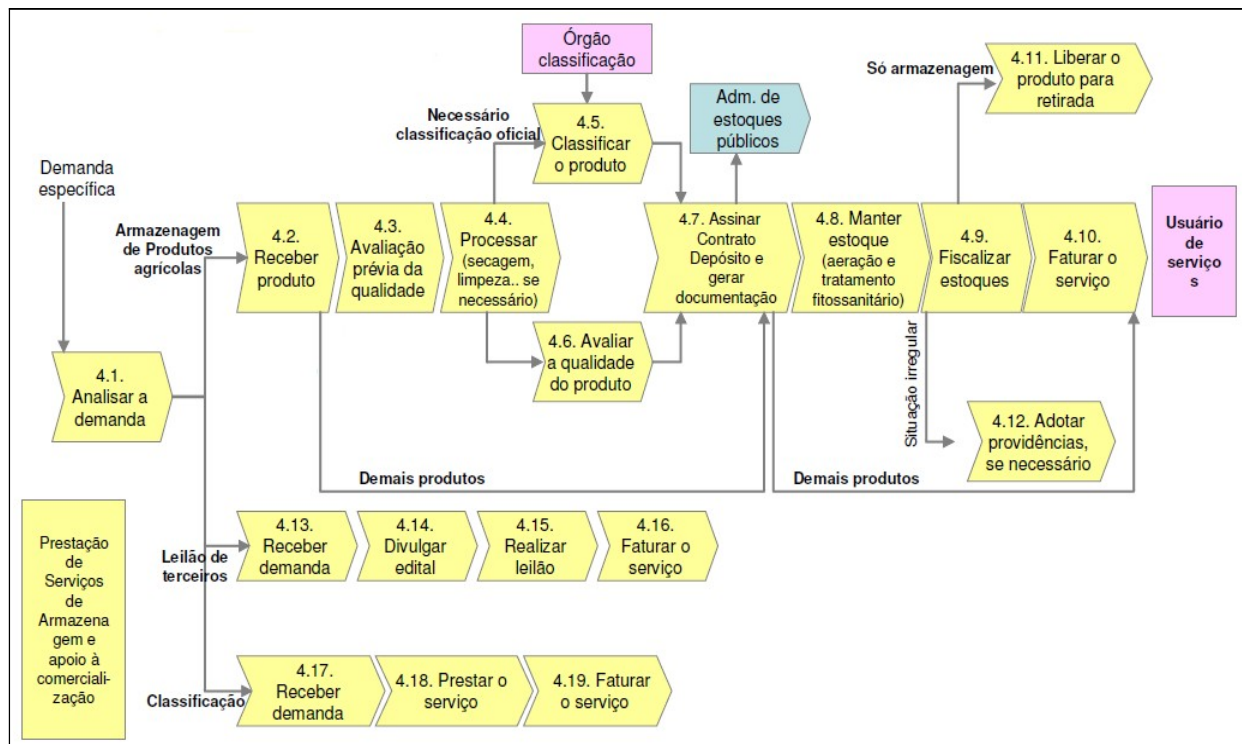
1.2.2.5– Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

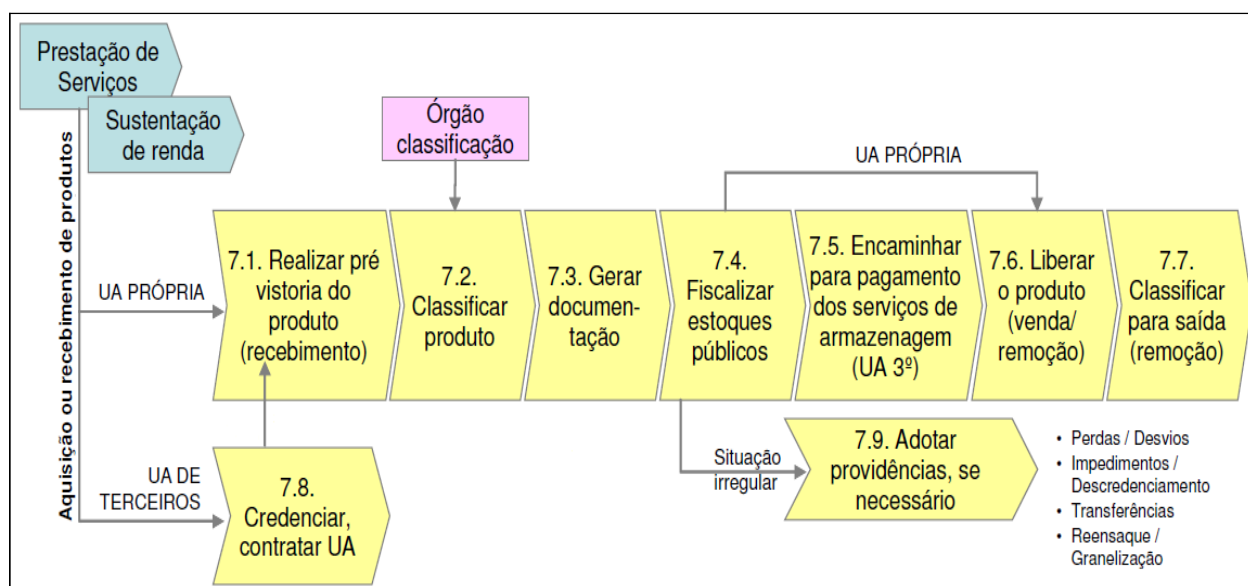
FIGURA 8 - MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

FIGURA 9 - MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS



1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

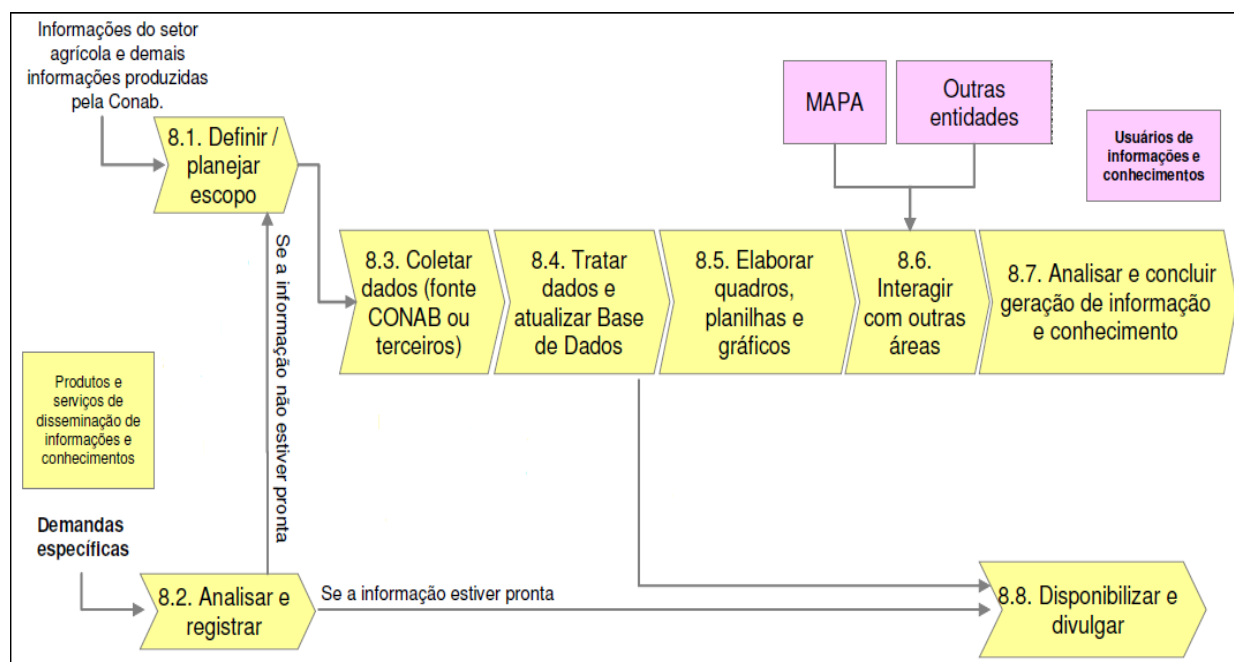
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

FIGURA 10 - MACROPROCESSO DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS



2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1 Análise sobre os Ambientes de Gestão e Negócios

A principal fonte de receita das unidades armazenadoras da CONAB é oriunda da prestação de serviços de armazenagem e processamento de produtos agrícolas a terceiros, cuja demanda está estreitamente relacionada à conjuntura de mercado. Há que se destacar que significativo volume de grãos depositados nas unidades armazenadoras da CONAB é vinculado a estoques públicos, sobre os quais não há receita faturada. Nas safras em que os preços dos grãos são favoráveis aos produtores, ocorre redução da demanda por estes serviços, devido à rápida comercialização e escoamento da produção, impactando de forma negativa no faturamento das unidades armazenadoras da Companhia, ocorrendo o inverso quando os preços são desfavoráveis.

No estado do Paraná a CONAB dispõe de 1 unidade armazenadora para ambiente artificial e 4 para ambiente natural, das quais 2 para estocagem de produtos na modalidade a granel e 2 na modalidade convencional.

Os principais grãos destinados aos armazéns da CONAB no estado são o trigo, milho, soja, feijão e café.

Em decorrência das dificuldades na comercialização de trigo pelos produtores rurais e suas cooperativas no ano de 2011, este cereal foi o principal produto, em volume, recebido pelos armazéns da Companhia que estocam na modalidade a granel, os quais estão localizados nos municípios de Ponta Grossa e Cambé.

Também devido aos preços deprimidos, verificados nas últimas 3 safras, visando à sustentação de preços e renda aos produtores rurais, houve a necessidade de forte intervenção do governo federal na comercialização de feijão, com a utilização da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, operacionalizada pela CONAB, quando foi adquirida expressiva quantidade desta leguminosa, sendo boa parte destinada a seus armazéns localizados nos municípios de Apucarana e

Rolândia.

Na unidade armazenadora de Rolândia são estocados os produtos destinados à distribuição de cestas básicas.

Na prestação de serviços de armazenagem, no Paraná a CONAB sofre a concorrência da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, empresa estatal estadual, e de armazéns particulares.

As cooperativas, de modo contrário, podem ser consideradas parceiras da CONAB, haja vista que para poderem receber as safras de seus associados efetuam a transferência de produtos remanescentes para outros armazéns, quando boa parte é destinada aos armazéns desta Companhia.

3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA

Os preços médios recebidos pelos produtores, nos anos 2010 e 2011, estão indicados nos quadros baixo

QUADRO 11 - PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO PARANÁ EM 2010 E 2011

PRODUTOS	2010	2011	%
Algodão em caroço (arroba)	14,59	26,47	81,4
Amendoim (sc 25 Kg)	40,52	50,00	23,4
Arroz irrigado (sc 60 kg)	37,04	28,91	-21,9
Arroz Sequeiro (sc 60 kg)	34,49	29,77	-1,37
Feijão de cor (sc 60 kg)	91,60	78,06	-1,48
Feijão preto (sc 60 kg)	69,57	64,28	-7,6
Milho (sc 60 kg)	15,40	22,41	45,5
Soja (sc 60 kg)	35,95	42,08	17,05
Aveia (sc 60 kg)	20,74	17,16	-17,3
Canola (sc 60 kg)	39,50	44,10	11,6
Centeio (sc 60 kg)	24,46	35,00	43,1
Cevada (sc 60 kg)	29,84	28,36	-5,0
Trigo (sc 60 kg)	23,69	25,52	7,7
Triticale (sc 60 kg)	12,90	15,85	22,9

Os valores dos preços recebidos pelos produtores, comparativamente aos preços mínimos estabelecidos pelo governo, revelam a necessidade da intervenção do governo no mercado através dos instrumentos da PGPM, em três produtos: o arroz, o feijão e o trigo. No primeiro, os preços ficaram abaixo do mínimo durante o primeiro semestre e no último durante o segundo, o período de colheita e de comercialização. Os menores preços recebidos pelos produtores de trigo ocorreram no final do ano e foram influenciados pela baixa taxa de câmbio que favoreceu as importações de cereal. Esta intervenção ocorreu basicamente no feijão e no trigo mediante a compra direta (AGF e Compra Direta da Agricultura Familiar), PEP e PEPRO.

Os baixos preços recebidos pelos produtores de café influenciaram na redução de 20% na área cultivada com a rubiácea e na produção. Quadro 1. A redução de produção brasileira, o principal fornecedor mundial do produto, favoreceu a significativa valorização dos preços recebidos pelos produtores e do produto beneficiado.

A área cultivada da cana-de-açúcar aumentou 2% atingindo 645,1 mil hectares. A produção registrou crescimento de 1%, fechando em 49,85 milhões de toneladas. O esmagamento pelo complexo sucroalcooleiro foi de 41,5 milhões de toneladas, rendendo 3,25 milhões de toneladas de açúcar e 1,34 bilhões de litros de álcool. O baixo crescimento da produção é explicado pela falta de

renovação dos canaviais nos anos anteriores e pelo efeito do clima adverso sobre a produção. A área cultivada da mandioca, devido aos bons preços que vigoraram em 2010, aumentou em 7% e a produção em 3%, atingindo 4,18 milhões de toneladas. Este aumento da disponibilidade do produto provocou a queda dos preços recebidos pelos produtores.

QUADRO 12 – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM 2010 E 2011.

PRODUTO	2010	2011	%
Café	3,87%	6,59%	
Café beneficiado (60kg)	247,52%	417,09%	
Cana-de-açúcar (t)	35,03%	46,79%	
Mandioca (t)	253,36%	225,70%	

Na pecuária, os abates com SIF e a produção de carne estão registrados na tabela abaixo. Abates de Bovinos, Suínos e Frangos com SIF e produção de carne no Paraná, em 2010 e 2011.

BOVINOS	EM CABEÇAS (1000)	PRODUÇÃO DE CARNE: 1000 T
2010	1.188,3	267,37
2011	935,5	211,39
SUÍNOS		
2010	5.234,6	471,12
2011	6.083,2	547,49
FRANGOS		
2010	1.351.306,8	2.702,6
2011	1.399.571,6	2.799,1

Apesar do embargo russo às exportações de carne suína e do elevado custo da alimentação, devido aos altos preços do milho e do farelo de soja, os abates e a produção de carne suína e de frango registraram crescimento em 2011, colocando o Paraná como o primeiro produtor de frango e terceiro em suínos.

Os preços recebidos pelos produtores do boi gordo e do frango, registraram aumentos significativos e menores no caso do suíno, e em função do aumento do consumo interno e das exportações (de carnes suínas e frango).

QUADRO 13 – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PECUARISTAS DO PARANÁ EM 2010 E 2011

PRODUTOS	2010	2011	%
BOI GORDO (ARROBA)	81,12	95,57	12,8
FRANGO DE CORTE (kg)	1,57	1,76	12,1
SUÍNO RAÇA (KG)	2,23	2,24	0,4

Neste segmento da pecuária, a ação da CONAB se restringiu a venda dos estoques governamentais de milho, através da venda em balcão para os pequenos criadores e das vendas em bolsa. No ano de 2011, fruto da intervenção do governo no mercado para garantir preços aos produtores, ocorreu a formação de estoques de feijão e de trigo e estoques considerados normais de milho. Durante o ano, visando o abastecimento do mercado, também ocorreram vendas, doação ou remoção de feijão, milho e trigo.

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para cada produto, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela

diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2. Intervenções Realizadas em 2011

Para os produtos amparados pela PGPM tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão, conforme detalhado a seguir.

Arroz

Devido a sua importância na cardápio do brasileiro, o arroz é cultivado em todas as regiões, desde pequenos estabelecimentos de cultura de subsistência até plantações tecnificadas. Em 2011, o cultivo foi praticado em 2.784 municípios e a quantidade colhida na safra 2010/11 foi de 13.613,1 mil toneladas, com incremento 16,74% sobre a anterior. Em termos regionais, a Região Sul é responsável por 74,1% da produção nacional, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com 65,4%.

O estoque existente no início de 2011 era de 1.685,8 mil toneladas correspondente a aproximadamente 14,5% da produção colhida na safra 2009/10 e a 11,1% do consumo interno. O grande estoque de passagem, o aumento da produção interna e externa e a maior disponibilização do produto verificada no início do ano pelo países produtores que buscavam a redução de estoques antigos, comprimiram os preços nos mercados nacional e internacional a níveis inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo.

Objetivando a manutenção da renda dos produtores e o abastecimento de áreas carentes, o Governo Federal iniciou ainda no mês de janeiro a realização de leilões de PEP e, no mês de junho, os leilões de PEPRO e de Contrato de Opção de Venda. Por meio do PEP foram oferecidos subsídios para escoamento de 2.238.000 toneladas e negociadas 1.538.203 toneladas, enquanto no PEPRO a oferta recaiu sobre 307.000 toneladas sendo negociadas 64.347 toneladas, com prêmio total de R\$198.384.725,20.

Quanto aos Contratos de Opção foram oferecidos durante os meses de junho, agosto e setembro 41.255 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 36.400 contratos, num total de R\$982.800 toneladas.

Além desses, a Conab realizou aquisições diretas por meio das AGFs no total de 396.327 toneladas nos estados do Rio Grande do Sul (395.074 toneladas) e em Santa Catarina (11.253 toneladas) e reduziu a oferta do produto por meio de doações a título de Ajuda Humanitária Internacional.

O resultado destas ações motivou uma elevação dos preços recebidos pelos produtores, atingindo no final do exercício patamares ainda inferiores ao preço mínimo mas em nível mais favorável aos produtores.

Feijão

O feijão é um alimento básico para o brasileiro. A média atual de consumo de feijão é de 12,7 kg

brasileiro/ano. A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e ao tipo de grão. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos estados brasileiros, proporcionando a colheita de 3 safras ao ano havendo, em consequência, constante oferta do produto no mercado. É cultivado tanto em culturas de subsistência quanto em cultivos altamente tecnificados. Na safra 2010/11 foram colhidas 3.787,1 mil toneladas em 4.616 municípios brasileiros. A Região Sul ocupa lugar de destaque no cenário nacional com 29,2% da quantidade produzida, seguida pelas Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

Os preços recebidos pelos produtores de feijão da Região Norte se mantiveram por todo o exercício em patamares acima do preço mínimo fixado pelo Governo; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estes preços atingiram valores inferiores ao do mínimo durante o primeiro semestre e, em seguida, recuperação atingindo preços remuneradores. Especial atenção foi voltada para a Região Sul, sobretudo no Estado do Paraná, onde os preços permaneceram abaixo do mínimo no período de janeiro a novembro de 2011. Neste Estado foram adquiridas por meio de AGF 20.980 toneladas.

Trigo

A produção nacional de trigo colhida na safra 2010/11 foi de 5.881,6 mil toneladas com variação, a maior, de 17% em relação a anterior. Destaca-se a Região Sul com uma quantidade equivalente a 94,1% da volume total, com predominância do Estado do Paraná que, sozinho, representa 56,4% do total.

Com exceção do Estado do Paraná, e no período de entressafra, os Preços Recebidos pelos Produtores se mantiveram em patamares inferiores ao preço mínimo fixado pelo Governo, mesmo com a melhoria da qualidade do produto, principalmente do produzido no Rio Grande do Sul, levando o Governo a intervir no mercado por meio de aquisições diretas (AGF) e leilões de PEP e PEPRO para escoamento da produção dos estados da região sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul para as regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os estudos de mercados desenvolvidos pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, o ambiente de preços no mercado brasileiro de trigo foi prejudicado pela crescente pressão de oferta no mercado internacional. A produção mundial estimada pelo USDA para o período 2011/12 retorna aos volumes colhidos em 2008/09 e 2009/10, considerados os maiores já obtidos, em torno de 689 milhões de toneladas. Com isso, o estoque mundial eleva-se a 209 milhões de toneladas, maior quantidade mantida armazenada nos últimos dez anos. Novamente rompeu-se o equilíbrio entre a oferta e demanda mundial de trigo ficando os estoques atuais suficientes para abastecer 31% do consumo mundial. A crescente pressão de oferta elevou o grau de competição entre os produtores e exportadores no afã de reconquistar os mercados perdidos com as recentes grandes quebras de safra na Rússia, Ucrânia e Casaquistão, grandes produtores e fornecedores mundiais do cereal. Essa situação teve reflexos imediatos no Mercosul, tendo em vista a necessidade da Argentina em exportar cerca de 7 milhões de toneladas da safra atual, cuja produção superou 13 milhões de toneladas, tendo ainda grande estoque remanescente da safra anterior, também destinado a exportação. Para completar esse quadro, surgiu novo concorrente ao trigo brasileiro, o vizinho Uruguai, com produção superior a 2 milhões de toneladas, e disponibilidade para exportar cerca de 1,5 milhão de toneladas, além do Paraguai, com excedente exportável de 700 mil toneladas. Portanto, a superoferta mundial e a grande produção no Mercosul, tornando-o superavitário em relação ao consumo doméstico, constituíram os ingredientes que neutralizaram qualquer expectativa de preços remuneradores aos produtores, exigindo a intervenção governamental para garantir renda ao produtor rural, assim como a sustentabilidade da atividade econômica no meio rural da região Sul do Brasil.

3.2.1. Formação de Estoques Públicos

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab. Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

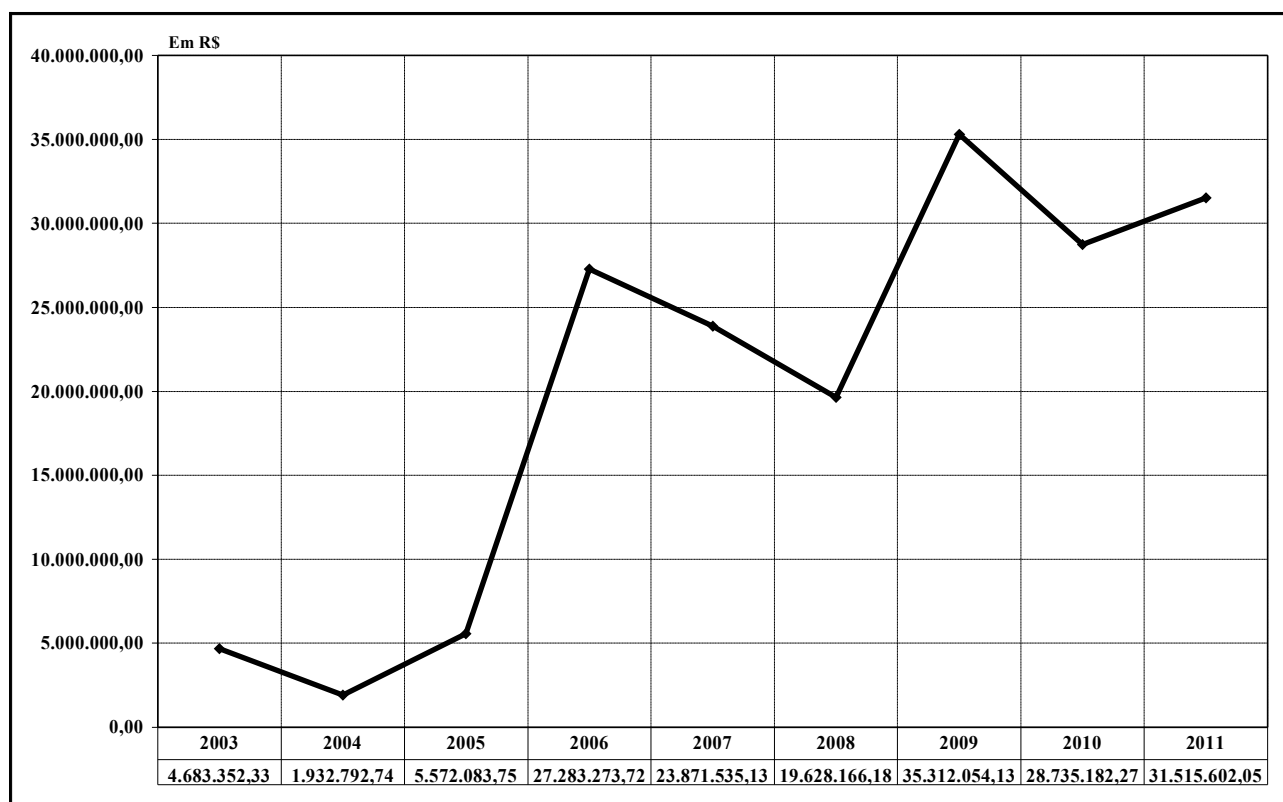
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 1.957 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 7.666, com a aquisição de 20.903 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Sureg-pr.

FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELA SUREG-PR NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros

segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, as quantidades adquiridas na modalidade de Compra Direta-CDAF não foram tão expressivas quando comparadas aos anos anteriores, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CDAF foram adquiridas 3.553 toneladas de arroz, atendendo a 1 produtor, conforme detalhado no quadro seguinte..

QUADRO 15 – AQUISIÇÕES ATRAVÉS DA CDAF

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MDS					
PR	1	Arroz	647	3.553	4.547.998,40
Total MDS	1	-	647	3553	4.547.998,40

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas com recursos do MDS e do MDA, 4.739 toneladas de diversos produtos, atendendo a 1.017 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

QUADRO 16 – AQUISIÇÕES ATRAVÉS DA CPR-ESTOQUE

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
PR	2	Açúcar	79	83	355.177,68	12	13	41.976,00
		Arroz	333	1.169	1.496.102,40	333	2.555	1.495.486,26
		Bolacha	-	-	-	6	3	20.974,80
		Canjica de milho	-	-	-	6	12	20.996,88
		Erva mate	-	-	-	40	640	320.000,00
		Farinha de trigo	-	-	-	22	51	76.989,00
		Feijão	-	-	-	16	28	56.000,00
		Fubá de milho	-	-	-	6	20	20.997,90
		Macarrão	-	-	-	63	89	280.350,00
		Mel de abelha	-	-	-	5	2	17.475,00
		Milho	21	21	73.500,00	-	-	-
		Suco de tomate	-	-	-	3	2	17.983,80
		Suco	-	-	-	72	51	314.451,30
Total Geral	#REF!	-	433	1.273	1.924.780,08	584	3.466	2.683.681

Fonte: Supaf/Gecaf

Foram doadas por meio da CPR-Doação 12.612 toneladas de diversos produtos alimentícios a 946

instituições sociais, beneficiando 1.702.501 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 17– AQUISIÇÕES ATRAVÉS DA CPR-DOAÇÃO

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
PR		Diversos	6.002	12.612	22.359.142,63	946	1.702.501
Total			6.002	12.612	22.359.142,63	946	1.702.501

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.1.2 – Aquisições do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. A operação se realiza quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente.

Em 2011, foram realizadas intervenções nos mercados de feijão e trigo. As aquisições objetivaram a manutenção de renda dos produtores no caso da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos ou à ocorrência de problemas na comercialização, principalmente decorrentes da falta de estrutura de armazenagem ou de escoamento do produto. Foram adquiridas por meio deste instrumento 43.480 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 18 - DEMONSTRATIVO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
PR	Feijão	20.979.588	28.017.984,52	0	0,00	20.979.588	28.017.984,52
	Trigo	22.500.000	10.732.500,00	0	0,00	22.500.000	10.732.500,00
Total Geral		43.479.588	38.750.484,52	0	0,00	43.479.588	38.750.484,52

Fonte: Dirab/Suoep/Gefoc

Também foram adquiridas 367.382 unidades de sacaria objetivando o atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

3.2.1.3. Contrato de Opção de Venda

Pela ocorrência de preços recebidos pelos produtores de arroz abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo a Conab ofertou, por meio de leilões eletrônicos realizados nos meses de junho, agosto e setembro, 406 contratos de aquisição de produtos, com 27 toneladas cada, aos produtores do Paraná, sendo negociados 379 contratos, representando 10.233 toneladas, com vencimento em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2011.

QUADRO 19 - DEMONSTRATIVO DA VENDA DE CONTRATOS DE OPÇÃO

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)	Valor Previsto da Operação (R\$)	Data de Vencimento da Opção	Período para Entrega do Produto e da Documentação
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)				
PR	406	10.962	29,50	379	10.233	36.268,30	6.037.470,00	31/12/2011	02 a 16/01/2011
Total	406	10.962	-	379	10.233	36.268,30	6.037.470,00	-	-

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

Devido a falta de espaço nos armazéns credenciados para o recebimento de produtos na formalização dos AGFs e no exercício dos Contratos de Opção de Venda, o Governo se viu obrigado a realizar operações de Revenda e Repasse dos Contratos de Opção.

Nas operações de Recompra o Governo fica desobrigado de adquirir um produto, ou seja, é realizada uma reversão dos Contratos de Opção de Venda, mediante a oferta de subvenção financeira equivalente à diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado. Nestas operações a subvenção é dada diretamente ao produtor. Dos 478 contratos oferecidos foram negociados 339 contratos, representando um desembolso de R\$688.267,80, conforme abaixo detalhado.

QUADRO 20 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE RECOMPRA DOS CONTRATOS DE OPÇÃO DE VENDA DE ARROZ

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
PR	478	12.906	29,50	339	9.153	688.267,80
Total	478	12.906	-	339	9.153	688.267,80

Fonte: Suope/Geope

Por sua vez, na operações de Repasse, o Governo (lançador original do Contrato de Opção de Venda) é substituído por um agente privado que recebe a subvenção. As obrigações do Governo com os produtores e cooperativas detentoras dos Contratos são assumidas pelo arrematante do leilão. Em 2011, foram oferecidos 120 contratos de 27 toneladas cada, os quais não foram negociados.

QUADRO 21 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE REPASSE DOS CONTRATOS DE OPÇÃO DE VENDA DE ARROZ

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
PR	120	3.240	29,50	0	0	0,00
Total	120	3.240	-	0	0	0,00

Fonte: Suope/Geope

Para 2012, em função das dificuldades enfrentadas pelos rizicultores e tricultores, a Conab prevê a necessidade de dar continuidade nas intervenções nesses mercados por meio de AGFs e de concessão de subvenção para escoamento da produção. Para tanto, necessita de aportes orçamentários de grande vulto constantes nas ações orçamentárias Formação de Estoques Públicos além da necessidade de ampliação da capacidade estática credenciada.

3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

Os prêmios PEP e PEPRO que também auxiliam na sustentação de Renda estão detalhados no capítulo 4 – Promoção do Abastecimento.

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 Atuação da CONAB

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;

Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.

Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

4.2 Ações Desenvolvidas

4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Leilões Públicos

As vendas de mais de 421 mil toneladas dos estoques públicos em 2011, depositados no Estado do Paraná, foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo e do milho.

Foram realizadas vendas de mais de 57 mil toneladas de trigo vinculados a AGF, mais de 41 mil toneladas oriundas de Contrato de Opção e mais de 7 mil toneladas pertencente ao MDA em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de mais de 290 mil toneladas de milho. As vendas foram efetivadas por meio de leilões públicos durante o ano de 2011, utilizando-se os estoques públicos existentes no estado do Paraná, sendo mais de 39 mil toneladas vinculados a AGF e 251 mil toneladas a Contrato de Opção.

Idêntico procedimento foi a atuação da CONAB com a venda de mais de 24 mil toneladas de feijão pertence aos estoques da AGF

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação.

b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto - VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Em 2011, no âmbito da jurisdição da SUREG-PR, não foram efetivadas operações através deste instrumento.

c) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela

Conab e de circulação pública;

- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 2011, no Paraná, vendas conforme demonstrado no quadro abaixo

QUADRO 22 – DEMONSTRATIVO DE VENDAS EM BALCÃO

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
MILHO			
PR	12.266	4.870.296,17	1.200
Total	12.266	4.870.296,17	1.200

Fonte: Supab/Gepab

Em função da conjuntura de mercado e das condições climáticas adversas que influenciaram na produção de produtos em especial ao milho, o Paraná transferiu parte dos seus estoques, em 2011, para Santa Catarina (74.533 toneladas) e para o Rio Grande do Sul (9.032 toneladas) para atender pequenos criadores de suínos e aves daqueles Estados.

d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

No âmbito da jurisdição da SUREG-PR não foram realizadas operações pelo REFAP

4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício de 2011 foram comprovadas, na SUREG-PR, mais de 1.822 toneladas, vinculadas a 1.126 DCOs, de operações com trigo e milho, gerando pagamentos de mais de R\$92 milhões a título de subvenções.

b) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO

O Pepro é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural, e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão público, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O Pepro é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em 2011, foram comprovadas na SUREG-PR, mais de 2 mil toneladas vinculadas a 2 DCOs. De operações com milho, totalizando pagamento de mais de R\$124 mil em subvenção

4.2.3 Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassa à Conab recursos orçamentários/financeiros objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados atendimentos a famílias com distribuição de alimentos NO Estado do Paraná, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 23 – ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - MDS

UF	Atendimentos Efetuados																			Total Geral				
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas			Pescadores Artesanais					
	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)	Nº Fam.	Nº Atend.	Alim. Entregue (Kg)
PR	7.500	36.188	938	120	743	19	100	400	10	800	4.000	93	610	2.314	60	1.900	10.574	361	-	-	-	11.030	54.219	1.481

Fonte: Supab/Gepab

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança

alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,

Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2010 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu no Estado do Paraná 510 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 13 toneladas de alimentos.

QUADRO 24 - ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral			
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais						
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	
PR	510	510	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	510	510	13

Fonte: Dupab/Gepab

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 1.68 toneladas de produtos alimentícios no Estado do Paraná.

QUADRO 25 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

UF	N. de Inst. Beneficiárias	Produto (Em t)																				Total						
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Conservas	Doce de Frutas	Farinha			Feijão	Flocos de Milho	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja		Polpa de Frutas	Polvilho	Sementes	Suco de Fruta	Trigo em Grãos	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca				de Mandioca	de Milho	de Trigo					Em pó	Integral											
PR	37	-	90	149	-	-	-	3	52	1	-	714	-	25	-	9	-	2	-	-	-	-	-	-	21	-	-	1.068

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 100 toneladas no âmbito do Estado do Paraná, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 26 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE FEIJÃO

UF	Quantidade (t)	Participação (%)
PR	100	100,00
Total	100	100,00

Fonte: Supab/Gepri

d) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 42.312 toneladas de produtos depositados no Paraná, sendo 37.841 toneladas de milho e 4.471 toneladas de feijão

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Não se aplica a SUREG-PR

6 – Prestação de Serviços

6.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

O quadro abaixo destaca a evolução dos estoques médios anual, de propriedade de terceiros e do governo, armazenados nas unidades próprias.

QUADRO - 27 - DEMONSTRATIVO DOS PROPRIETÁRIOS DOS PRODUTOS ESTOQCADOS E DA UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE ESTÁTICA DAS UNIDADES PRÓPRIAS

UNIDADES	PROPRIEDADES PRODUTOS (t)						TOTAIS (t)			(%) CAPACIDADE		
	DE TERCEIROS			DO GOVERNO						ESTÁTICA UTILIZADA		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Apucarana	2.048	58	1.249	6.844	14.005	15.772	8.892	14.063	17.021	16,32	25,80	28,92
Cambé	14.023	844	413	562	15.230	12.917	14.585	16.074	13.330	56,53	62,30	50,07
Curitiba	510	912	1.069				510	912	1.069	25,50	45,60	53,45
Paranaguá	21.075						21.075			103,82		
Ponta Grossa	169.895	129.743	89.417	111.336	169.677	200.970	281.231	299.420	290.387	66,96	71,29	47,85
Rolândia	3.176	2.338	4.626	5.881	10.716	9.827	9.057	13.054	14.453	16,38	23,61	17,77
TOTAIS	210.728	133.895	96.774	124.623	209.628	239.476	335.351	343.523	334.250	56.45	61.61	60.30

As variações na ocupação da capacidade estática total, tiveram suas origens, a saber:

1. aumento no exercício de 2010 em relação ao de 2009:

1.1. **produtos depositados por terceiros:** os decréscimos ocorridos em todas as Unidades resultou na **redução**, no total, de 57,38%;

1.2. **estoques vinculados aos programas institucionais:** Os aumentos dos estoques depositados, ocorridos em todas as Unidades, resultou um **aumento**, no total, de 68,20%;

2. decréscimo no exercício de 2011 em relação ao de 2010:

2.1. **produtos depositados por terceiros:** **redução** no total de 38,36%, com destaque as apuradas nas Unidades de Ponta Grossa e Cambé, cujo montante absorveu os aumentos ocorridos na demais Unidades;

2.2. **estoques vinculados aos programas institucionais:** **aumento** no total de 14,24%, com destaque os depositados nas Unidades de Ponta Grossa e de Apucarana.

Considerando que os estoques armazenados nas Unidades são de propriedade de terceiros e vinculados aos programas institucionais, a exceção das de Curitiba e de Paranaguá que operam somente com produtos de terceiros, na média, no período sob análise, destacam-se:

1. em 2009: 69,09% pertenciam a terceiros;
2. em 2010 e 2011 ocorreram inversões ao observado 2009, onde os estoques vinculados aos programas institucionais superaram os de terceiros.

6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a partir do exercício de 2009 ocorreram reduções no faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia dos produtos armazenados, motivados pela redução dos estoques depositados, destacado no quadro anterior

QUADRO - 28 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS ARRECADADAS COM A ARMAZENAGEM DE PRODUTOS DE TERCEIROS

Unidades	Exercícios		
	2009	2010	2011
Sede-Sureg/PR	-	153	-
AF-Curitiba	89.346	864.807	682.640
Apucarana	78.159	113.346	147.764
Cambé	883.721	510.507	440.225
Paranaguá	283.031	44.210	-
Ponta Grossa	11.017.146	6.376.067	5.461.372
Rolândia	407.992	269.709	326.654
Total-Sureg	12.759.395	8.178.646	7.058.655

OBS.: os valores das receitas referem-se as receitas líquidas, ou seja, as faturadas deduzidos os encargos incidentes sobre as mesmas

A Receita auferida em 2010 pela Unidade Armazenadora de Paranaguá, refere-se a faturada antes do encerramento das suas atividades ocorrido em julho de 2010

Tendo em vista o Armazém Frigorífico de Curitiba ter sido reaberto em setembro de 2009 a receita destacada no referido exercício refere-se ao período de setembro a dezembro/2009

Saliente-se, ainda, que embora tenham ocorrido reduções nos estoques de propriedade de terceiros, com reflexos na receita auferida, os estoques vinculados aos programas do governo tiveram significativos aumentos, sobre os quais não são emitidos, pelas Unidades, faturamento sobre os serviços prestados aos mesmos.

6.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

QUADRO – 29 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

UNIDADES	RECEITAS			DESPESAS			RESULTADO OPERACIONAL		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Apucarana	78.159	113.346	147.764	709.460	791.189	922.074	-631.301	-677.843	-774.310
Cambé	883.721	510.507	440.225	1.216.587	1.417.385	1.433.950	-332.866	-906.878	-993.725
Curitiba	89.346	864.807	682.640	1.286.885	1.627.175	1.846.675	-1.197.539	-762.368	-1.164.035
Paranaguá	283.031	44.210	-	359.961	184.677		-76.930	-140.467	0
Ponta Grossa	11.017.146	6.376.067	5.461.372	3.668.378	3.973.721	4.029.265	7.348.768	2.402.346	1.432.107
Rolândia	407.992	269.709	326.654	926.353	1.279.664	1.460.453	-518.361	-1.009.955	-1.133.799
TOTALS	12.759.395	8.178.646	7.058.655	8.167.624	9.273.811	9.692.417	4.591.771	-1.095.165	-2.633.762

OBS.: os valores das receitas referem-se as receitas líquidas, ou seja, as faturadas deduzidos os encargos incidentes sobre as mesmas

FONTE: SIAFI/SUREG-PR

Nos quadros abaixo detalha-se as despesas com pessoal e materiais e serviços por Unidade Armazenadora.

UNIDADES	DESPESAS (EM R\$)										
	PESSOAL				MATERIAIS E SERVIÇOS				TOTAIS		
	2009	2010	2011	%	2009	2010	2011	%	2009	2010	2011
Apucarana	403.646	449.777	501.715	56	305.814	341.412	420.359	44	709.460	791.189	922.074
Cambé	765.914	837.491	949.145	63	450.673	579.895	484.805	37	1.216.587	1.417.386	1.433.950
Curitiba	448.925	536.554	704.999	36	837.960	1.090.621	1.141.676	64	1.286.885	1.627.175	1.846.675
Paranaguá	192.912	107.960		55	167.049	76.716		45	359.961	184.676	0
Ponta Grossa	2.067.830	2.375.459	2.614.865	60	1.600.548	1.598.262	1.414.400	40	3.668.378	3.973.721	4.029.265
Rolândia	502.906	854.143	971.034	63	423.447	425.521	489.419	37	926.353	1.279.664	1.460.453
TOTALS	4.382.133	5.161.384	5.741.758	56	3.785.491	4.112.427	3.950.659	44	8.167.624	9.273.811	9.692.417

FONTE: SIAFI/SUREG-PR

- Os crescentes aumentos das despesas com pessoal deveu-se aos reajustes anuais de salários e os decorrentes da implantação do novo Plano de Cargos e Salários;
- A Unidade de Cambé no exercício de 2009 detinha a segunda maior despesa no item "Pessoal", sendo superada pela de Rolândia, nos exercícios de 2010 e 2011, tendo em vista a transferência de 2 empregados qualificados como TNS, sendo: 1 da Unidade de Cambé, no final do exercício de 2009, e 1 da Sede no decorrer de 2010, assumindo consequentemente a terceira posição;
- Considerando-se as receitas auferidas pelos serviços prestados a terceiros pelas Unidades, destacam-se aquelas que as despesas com pessoal absorvem acima do valor médio arrecadado, com destaque as de:

3.1. Exercício de 2009: Apucarana, Curitiba e Rolândia;

3.2. Exercícios de 2010 e 2011: a exceção da de Ponta Grossa e Curitiba todas as demais se situaram acima daquela receita;

Saliente-se que as Unidades mencionadas nos itens 3 que extrapolam as médias das demais, além de possuírem gratificação para o cargo de Gerente, idêntico à todas as Unidades, possuem em suas estruturas, a saber:

1. Unidades de Cambé e de Curitiba: possuem a função de Encarregado de Depósito;
2. Unidade de Ponta Grossa: possui a função de 2 Encarregados de Depósito, 1 Encarregado de Manutenção, 1 Encarregado Operacional e 1 Encarregado Administrativo e Financeiro.

Apontamos no quadro abaixo, em termos percentuais, as despesas realizadas nos sub itens que compõem o item PESSOAL, a saber:

SUB ITENS DE DESPESAS	EXERCÍCIOS		
	2009	2010	2011
Vencimentos e Vantagens Fixas	50%	51%	59%
Obrigações Patronais (1)	21%	30%	28%
Benefícios Assistenciais	19%	9%	10%
Outros	10%	10%	3%
TOTAIS	100%	100%	100%

OBS.: (1) no sub item estão agregados os valores das despesas relativas a: CIBRIUS, Auxílio Funeral, Auxílio Deficientes, Auxílio Escola, Auxílio Creche, PAT, Vale Alimentação, Vale Transporte e Serviços Médicos e Dentários.

Saliente-se que dos dispêndios efetuados a conta do sub item, os de maiores destaques são, em ordem decrescente, o total do PAT+Vale Alimentação+Vale Transporte, os referentes as despesas com os Serviços Médicos e Odontológicos e os efetuados a título da participação da CONAB ao CIBRIUS

Da leitura dos valores das despesas realizadas nos exercícios de 2009 a 2011 nos sub itens do item Materiais e Serviços, observa-se que:

SUB ITENS DE DESPESAS	EXERCÍCIOS		
	2009	2010	2011
Vigilância/Limpeza e Conservação	27%	28%	30%
Energia Elétrica e Água Esgoto	19%	21%	28%
Materiais e Serviços para Manutenção dos Bens Móveis e Imóveis	13%	21%	6%
Capatazia	17%	15%	15%
Outros	24%	15%	21%
TOTAIS	100%	100%	100%

1. A Unidade Frigorífica de Curitiba destaca-se, com a segunda maior despesa total, superada apenas pela de Ponta Grossa;
2. A diferença entre os dispêndios da Unidade Frigorífica de Curitiba e os da de Cambé, que ocupa a terceira posição no rol das que dispendem maior volume de recursos, deve-se o desembolso pela Unidade Frigorífica de Curitiba com Energia Elétrica, Água Esgoto e Mão de Obra de Terceiros

Da análise das variações percentuais das despesas realizadas em 2010 e 2011, em relação as de 2009, dos sub itens que compõem o item Materiais e Serviços, temos a observar que:

1. **sub item “Vigilância/Limpeza e Conservação”:** o aumento médio mensal deve-se as efetivadas pela Unidade de Curitiba e os reajustes de preços ocorridos no período sob análise.
2. **sub item “Energia Elétrica e Água Esgoto:** o aumento médio mensal decorre das

efetivadas pela Unidade Frigorífica de Curitiba.

3. **sub item “Capatazia/Estiva e Conservação”:** a variação teve origem nas reduções das movimentações (entradas+saídas) de produtos nas Unidades.
4. a contenção de despesas imposta pelo governo em 2011, motivou a redução do percentual em 2011 em relação a 2009 e 2010 no sub item “Materiais e Serviços para Manutenção dos Bens Móveis e Imóveis

6.4. Resultados da Prestação de Serviços de Classificação de Produtos Agrícolas

Embora a CONAB possua um posto de classificação, instalado nas dependências da unidade armazenadora de Ponta Grossa, credenciado junto ao MAPA, e que poderia prestar serviços de classificação a terceiros, este não vem sendo utilizado para tal finalidade, não apenas pela inexistência de demanda por parte de clientes mas, também, pelo insuficiente quadro de classificadores no local para executar esta atividade.

6.5 Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

A execução das tarefas afetas a concretização desta ação é conduzida exclusivamente pelos órgãos da Matriz

7. ADMINISTRAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

7.1. Rede Armazenadora

7.1.1 Rede Armazenadora Própria

7.1.1.1 Serviços de Manutenção

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

QUADRO - 30 - DESCRIÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS COM A MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

1. UNIDADE ARMAZENADORA DE CAMBÉ

EXERCÍCIO DE 2009
Não ocorreram despesas

EXERCÍCIO DE 2010

Execução de obras de demolição, remoção e reconstrução de 1 laje e recuperação de outras 2 lajes
Serviços mecânicos, alinhamento, balanceamento, limpeza de bicos e mão de obra para manutenção de veículo
Aquisição de peças para manutenção de veículos
Aquisição de cabos pêndulos
Aquisição de rolamento para correias transportadoras e peças para máquinas de limpeza
Serviços de manutenção de correias transportadores em 3 máquinas de limpeza e pré-limpeza
Manutenção completa da balança rodoviária
Serviços de instalação de impressora multifuncional e manutenção da CPU
Despesas com mão de obra e peças para instalação de pulverizador
Serviços de manutenção elétrica da cabine de energia, com substituição da cha de mudança de trafo e limpeza geral das in
Serviços de revisão completa dos equipamentos
Manutenção do desvio ferroviário
Aquisição de 1 central telefônica
Aquisição de equipamentos de proteção e segurança- EPIS
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Serviços de adequação do sistema de captação de material particulado do secador de cereais

EXERCÍCIO DE 2011

1. Serviços de revisão preventiva nos equipamentos
2. Aquisições de peças para reforma de tubulações e acessórios, roletes, redles e correias

2.UNIDADE ARMAZENADORA DE PONTA GROSSA

EXERCÍCIO DE 2009

- 1-Elaboração de projeto para encamisamento/vedação com chapas metálicas de alumínio, do silo buffalo, para restauração do pavimento asfáltico ;.
- 2-Aquisição de um pulverizador.
- 3-Reformas do silo buffalo.
- 4-Aquisição de estufa para esterilização e secagem, de uma balança semi analítica.
- 5-Elaboração do projeto básico para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de materiais para o elevador de passageiros.
- 6-Manutenção do desvio ferroviário, do sistema de termometria,
- 7-Projeto de manutenção do silo buffalo e elaboração de projeto de eficiência energética

EXERCÍCIO DE 2010

Elaboração de projeto elétrico para modernização/regularização da subestação de alta tensão rebaixadora
Recuperação/manutenção de um transformador de 1.500 kva
Aquisição de 300 roletes de carga e 150 roletes de retorno para uso em equipamentos
Aquisição de materiais de construção para complementação da caneletado do desvio ferroviário
Aquisição de uniformes
Aquisição de baterias para o caminhão, trator, empilhadeira e veículo tipo Kombi
Serviços de retífica do motor do caminhão
Aquisição de peças para manutenção do caminhão
Manutenção de veículo
Recuperação/manutenção de 6 compressores de ar e outros equipamentos
Pagamento de mão de obra dos serviços de revisão da roçadeira
Aquisição de peças e lubrificantes para manutenção da roçadeira
Pagamento de mão de obra dos serviços de revisão do pulverizador
Aquisição de peças para manutenção do pulverizador
Serviços de limpeza, lubrificação, regulagem e aferição da balança rodoviária
Recuperação, instalação de cabos e pêndulos completos no sistema de termometria
Aquisição de diversos materiais para manutenção geral da unidade
Revisão geral do medidor de unidade digital
Pagamento de mão de obra para manutenção do soprador
Aquisição de peças para manutenção do soprador
Aquisição de mangueira agrícola para manutenção da unidade
Aquisição de ferramentas
Aquisição de inseticidas e raticidas
Aquisição de peças para manutenção de diversos motores
Aquisição de determinador de umidade
Aquisição de 100 metros de fio para substituição do comando de renovação de ar
Aquisição de vassouras para utilização na descarga de caminhões, limpeza das moegas e células dos silos e graneleiros
Manutenção do macaco hidráulico
Manutenção de correia transportadora
Aquisição de material para manutenção
Aquisição de peças para manutenção da furadeira
Aquisição de cilindro de gás para empilhadeira e botijão de gás para a unidade
Despesas com manutenção dos veículos
Aquisição de rolamentos e correias
Serviços de verificação metroológica de sete balanças da unidade
Aquisição de palanques e de escoras de concreto para construção da cerca limítrofe da unidade
Aquisição de peças para rebobinamento de motor
Aquisição de filtro contra gases
Aquisição de material elétrico para manutenção
Aquisição de telas hexagonal, tela alambrado e arame galvanizado
Aquisição de equipamentos de proteção e segurança - EPIs
Despesas com aferição, calibração em balança ferroviária
Aquisição de 1 termonebulizador
Aquisição de oxigênio para o setor de manutenção
Aquisição de materiais hidráulicos para manutenção
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 2 balanças mecânicas

EXERCÍCIO DE 2011
Não ocorreram despesas

3 – UNIDADE ARMAZENADORA DE APUCARANA

EXERCÍCIO DE 2009
Aquisição de materiais para revisão da parte elétrica

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de 1 micro trator com cortador de grama automotriz
Aquisição de 1 termonebulizador
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho
Serviços para elaboração de projeto para substituição da rede de distribuição de água

EXERCÍCIO DE 2011
Não ocorreram despesas

4 – UNIDADE ARMAZENADORA DE ROLÂNDIA

EXERCÍCIO DE 2009
1-Serviços/obras do sistema de combate a incêndio e pânico e sistema de prevenção contra descargas atmosféricas, 2-reforma e correção da pintura das paredes da unidade, 3-Elaboração de projeto arquitetônico e estrutural do cercamento parcial em muro de alvenaria 4-despesas com mão-de-obra para vedação de goteiras no armazém

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de 2 bebedouros
Serviços de reforma das instalações elétricas
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho

EXERCÍCIO DE 2011
Aquisição e colocação de porta basculante para o armazém

5 – ARMAZÉM FRIGORÍFICA DE CURITIBA

EXERCÍCIO DE 2009
1-Aquisição de materiais pra construção de central de gás, 2-Contratação de serviços para elaboração de laudo técnico com projeto do sistema de amônia, 3-Aquisição de um monitor extreme amônia para detecção de gás,

4-Aquisição de dosador de cloro com sensor de alarme para uso na caixa de abastecimento de água,
 5-Aquisição de motor para a bomba d'água da torre de resfriamento,
 6-Elaboração de projeto básico para a reforma de compressores,
 7-Aquisição de furadeira de impacto,
 8-Aquisição de uma pistola de pintura com filtro regulador de ar e reforma de máquinas e aquisição de peças para manutenção do compressor

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de peças para revisão de compressor
 Aquisição de peças para empilhadeira a gás
 Aquisição de peças para recuperação de 2 bombas de amônia
 Aquisição de 300 bobinas de filme stretch de polietileno
 Despesa com recarga de extintores
 Aquisição de 4 tubos de ferro para manutenção do telhado
 Aquisições de 2 botijões de gás para empilhadeira
 Aquisição de materiais elétricos para manutenção
 Aquisição de amônia anidra para o sistema de resfriamento
 Aquisição de luminárias e lâmpadas para substituição

EXERCÍCIO DE 2011

Não ocorreram despesas

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 4 unidades no Estado do Paraná, a saber:

QUADRO - 31 - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO PREVISÃO PARA 2012

CAMBÉ – PR		
Capacidade estática: 25.800	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000,00
TOTAL		303.000,00

PONTA GROSSA – PR		
Capacidade estática: 413.460	Modalidade: Granel	Enquadramento: Intermediária
Obras		Custos
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		30.000,00
TOTAL		78.000,00

PREVISÃO PARA 2013
não houve previsão

PREVISÃO PARA 2014
não houve previsão

PREVISÃO PARA 2015

APUCARANA – PR		
Capacidade estática: 48.447	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
TOTAL		507.000,00
ROLÂNDIA – PR		
Capacidade estática: 55.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		83.000,00

7.1.2 Posição dos Estoques na Rede Armazenadora Própria e na Contratada

QUADRO - 32 – DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DOS ESTOQUES DEZEMBRO DE 2009 a 2011.

Produtos/Vinculos	Estoques (t)/Exercícios			Variações (%)	
	2009	2010	2011	2009/2010	2010/2011
Contrato de Opção	653.508	599.743	232.760	- 9,17	- 61,20
Café	1.108	2.260	1.799	103,86	- 20,40
Milho	421.094	366.177	40.759	-13,04	- 798,39
Trigo	231.306	231.306	190.202	-	- 17,78

PGPM	195.209	491.228	362.377	151,64	- 5,08
Fécula de Mandioca	1.088			-100,00	-
Feijão	82.292	72.678	63.647	-11,68	- 13,43
Feijão Abaixo Padrão			351		100,00
Feijão Desclassificado			463		100,00
Milho	18.175	110.366		507,20	- 100,00
Trigo	93.654	308.184	297.916	229,07	- 3,34
Sacaria	2.521	2.421	2.421	-3,97	-
Totais					
Produtos	848.717	1.090.971	595.137	28,54	- 45,45
Sacaria	2.521	2.421	2.421	-3,97	-

Ante o demonstrado observa-se variações dos estoques, em toneladas, dos produtos em estoque no período de 2009 a 2011, a saber:

1.Exercício de 2009 para o de 2010

1.1. Acréscimos dos estoques de café vinculados ao Contrato de Opção e dos de milho e trigo à PGPM, oriundos das aquisições, cujas operações ocorreram no final do exercício.

1.2. Reduções nos estoques de feijão vinculado a PGPM pelas vendas efetuadas e de milho ao Contrato de opção, face as às remoções efetuadas para os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

2. Exercício de 2010 para o de 2011

Ocorreram reduções em todos os estoques, provenientes das operações de vendas, subvenções econômicas e de remoções

QUADRO – 33 - POSIÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS EM 31/12/2011

PRODUTOS	VINCULOS	ESTOQUE TOTAL (t)	REDE ARMAZENADORA	
			PRÓPRIA	TERCEIROS
Trigo	Mercado de Opção	190.201	101.569	88.632
Milho		40.758		40.758
Café Beneficiado		1.799	1.799	
Total		232.758	103.368	129.390
Feijão	AGF	63.647	23.444	40.203
Feijão (abaixo do padrão)		351		351
Feijão (desclassificado)		463		463

Trigo		297.915	108.850	189.065
Sacaria de Juta (unidades)		2.421	2.421	
Total		362.376	132.294	230.082
Trigo	MDA	7.181		7.181
Feijão		891	400	491
Total		8.072	400	7.672
Feijão	PAA/MDS	2.590	2.240	350
Arroz Beneficiado		285	285	
Leite de vaca em pó integral		24	24	
Açúcar Mascavo		32	32	
Sacaria (unidades)		53.183	52.128	1.055
Total		2.931	2.581	350
Embalagem Plástica	Estratégico/MDS	1.770	1.770	
Fita para Video		80	80	
Ginseng		1.800	1.800	
Tecidos		14.630	14.630	
Total		18.280	18.280	
Açúcar Cristal	Estratégico/Cestas/ MDS	59	59	
Farinha de Trigo		58	58	
Macarrão Espaguete		22	22	
Oleo de Soja		46	46	
Fubá de Milho		29	29	
Total		214	214	

7.1.3 Oferta Nacional de Armazenagem

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 17.627 armazéns com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas, e destas apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no quadro abaixo.

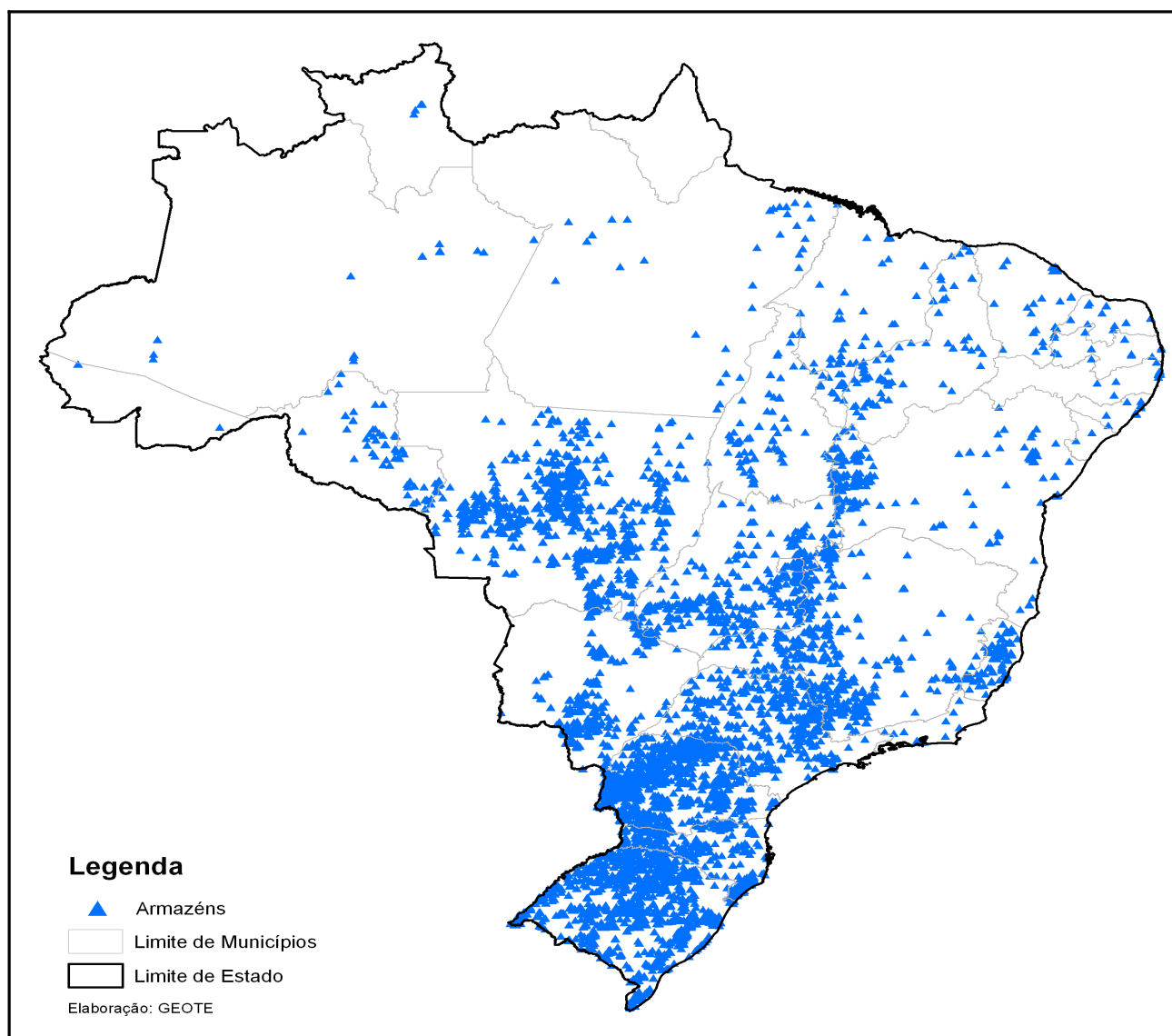
QUADRO - 34– DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
AC	14	28.486	0	28.486	1	807	13	27.679
AL	73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717
AM	40	61.395	314.884	376.279	2	4.724	38	371.555
AP	1	816	0	816	0	0	1	816
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
CE	102	216.233	130.540	346.773	3	56.058	99	290.715
DF	90	150.671	313.575	464.246	5	63.598	85	400.648
ES	234	568.178	815.451	1.383.629	3	83.579	231	1.300.050
GO	897	1.325.615	10.591.229	11.916.844	81	1.847.094	816	10.069.750
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
MG	1.191	2.887.783	5.315.801	8.203.584	51	887.477	1.140	7.316.107
MS	817	628.360	6.545.200	7.173.560	61	1.060.780	756	6.112.780
MT	2.120	2.316.750	25.176.930	27.493.680	178	3.079.435	1.942	24.414.245
PA	131	208.284	373.014	581.298	5	26.060	126	555.238
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21	71.399
PE	107	423.001	582.647	1.005.648	4	28.445	103	977.203
PI	139	94.770	858.075	952.845	6	23.890	133	928.955
PR	3.579	5.489.181	22.407.800	27.896.981	537	6.559.708	3.042	21.337.273
RJ	27	103.498	79.050	182.548	2	26.578	25	155.970
RN	20	52.417	5.287	57.704	6	27.887	14	29.817
RO	115	197.337	372.147	569.484	6	33.824	109	535.660
RR	27	35.931	112.069	148.000	4	9.225	23	138.775
RS	4.562	2.624.798	28.154.740	30.779.538	383	4.634.156	4.179	26.145.382
SC	961	728.549	4.243.428	4.971.977	79	731.102	882	4.240.875
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
SP	1.456	5.747.884	7.288.895	13.036.779	58	1.048.529	1.398	11.988.250
TO	123	358.776	810.488	1.169.264	3	33.199	120	1.136.065
Total	17.627	25.528.221	119.663.290	145.191.511	1.527	20.428.920	16.100	124.762.591

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns nas regiões Sul, Centro-Oeste e Suldeste. A primeira com cerca de 43,84% da capacidade estática instalada, enquanto as demais possuem 32,40% e 15,71%, respectivamente.

FIGURA - 35 – REDE ARMAZENADORA INSTALADA



Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 45,24% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 13,24%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas evoluindo para os sistemas coletor, intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que

exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

QUADRO - – DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ESTÁTICA, QUANTO À LOCALIZAÇÃO

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
AC	-	-	28.486	-	28486
AL	890	189.492	95.547	264.723	550652
AM	2.250	-	38.595	335.434	376279
AP	-	-	816	-	816
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
CE	-	144.042	194.291	8.440	346.773
DF	86.842	-	160.943	216.461	464.246
ES	38.346	759.000	465.321	120.962	1.383.629
GO	1.227.247	110.827	3.855.269	6.723.501	11.916.844
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
MG	1.225.962	-	4.667.034	2.310.588	8.203.584
MS	1.410.787	-	1.951.720	3.811.053	7.173.560
MT	7.904.331	19.954	9.655.922	9.913.473	27.493.680
PA	30.117	82.325	159.960	308.896	581.298
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
PE	28.200	439.094	393.344	145.010	1.005.648
PI	220.993	-	59.608	672.244	952.845
PR	1.272.840	2.662.201	15.550.667	8.411.273	27.896.981
RJ	11.005	49.640	110.211	11.692	182.548
RN	-	-	40.852	16.852	57.704
RO	101.370	59.595	303.309	105.210	569.484
RR	-	-	129.575	18.425	148.000
RS	1.604.461	1.646.155	16.782.801	10.746.121	30.779.538
SC	162.996	576.882	2.872.378	1.359.721	4.971.977
SE	-	-	3.221	-	3.221
SP	1.214.098	1.829.264	6.471.887	3.521.530	13.036.779
TO	259.729	-	269.512	640.023	1.169.264
Total	19.217.439	8.791.300	65.681.733	51.501.039	145.191.511

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto de observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 19,% da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 4,0%, o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 41,7% da capacidade estática é de uso público enquanto 58,3% é de uso exclusivo dos proprietários.

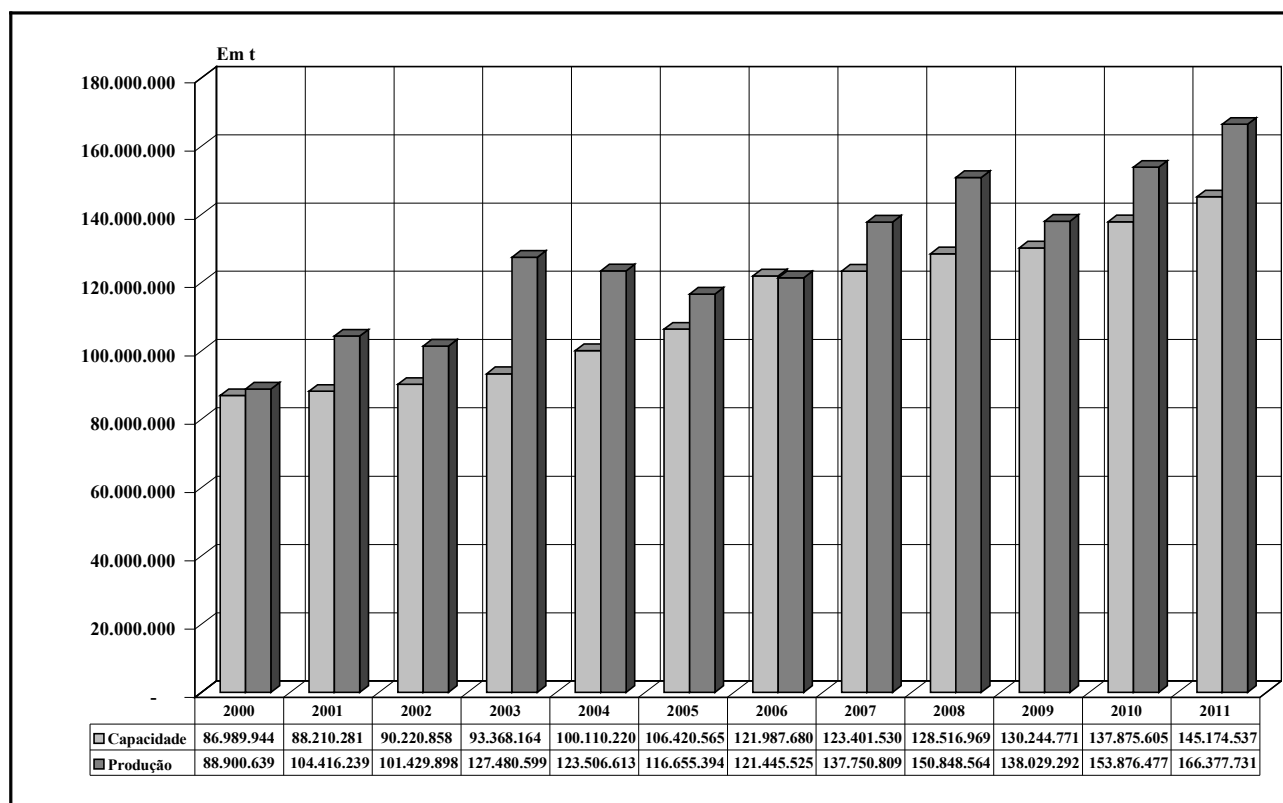
QUADRO - 37 – DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ESTÁTICA, QUANTO À ENTIDADE

Em t

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
AC	-	28.486	-	28.486	-
AL	117.245	54.897	378.510	54.897	495.755
AM	7.726	16.376	352.177	119.764	256.515
AP	-	816	-	-	816
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
CE	26.735	144.182	175.856	124.291	222.482
DF	67.439	63.598	333.209	115.385	348.861
ES	32.351	155.414	1.195.864	354.281	1.029.348
GO	1.266.758	195.862	10.454.224	6.998.014	4.918.830
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
MG	1.658.984	936.022	5.608.578	4.408.306	3.795.278
MS	1.282.192	186.988	5.704.380	2.400.204	4.773.356
MT	900.588	213.523	26.379.569	13.138.782	14.354.898
PA	35.010	107.983	438.305	120.658	460.640
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021
PE	1.320	136.826	867.502	219.664	785.984
PI	15.752	23.890	913.203	23.890	928.955
PR	11.784.953	1.202.351	14.909.677	8.952.766	18.944.215
RJ	-	44.714	137.834	77.090	105.458
RN	7.948	27.887	21.869	30.625	27.079
RO	59.833	25.575	484.076	299.673	269.811
RR	-	9.225	138.775	9.225	138.775
RS	6.924.690	634.385	23.220.463	12.365.328	18.414.210
SC	1.919.336	127.961	2.924.680	2.075.902	2.896.075
SE	-	3.221	-	3.221	-
SP	2.362.322	1.397.494	9.276.963	7.217.851	5.818.928
TO	215.608	33.199	920.457	639.368	529.896
Total	28.837.669	5.894.547	110.459.295	60.515.047	84.676.464

Fonte: Suarm/Gecad

No Brasil, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

FIGURA - 38 – EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE ESTÁTICA X PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a ocorrência de déficit ou superávit em nível municipal. Para o resultado apresentado foram utilizadas tão somente a capacidade estática instalada e a produção agrícola de 2011 (algodão – herbáceo e arbóreo-, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca – 25% do total de raiz produzida-, milho, rami, soja, sorgo, trigo, triticale, cacau, café, castanha de caju, guaraná e sisal).

Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

7.1.4 Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 Fiscalização dos Estoques Públicos

7.2.1 Quadro de Fiscais

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

O calendário de fiscalização para o exercício de 2011, elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS previu cinco etapas de fiscalizações nos armazéns localizados no âmbito da SUREG-PR a serem realizadas com a participação de 8 fiscais (4duplas) na primeira etapa e de 6 fiscais (3duplas) nas 4 etapas subsequentes.

Para o cumprimento das tarefas que exijam a participação de fiscais a SUREG-PR conta com apenas 5 empregados credenciados para tal, abaixo mencionados, contando, para determinadas situações com a colaboração de fiscais lotados na Matriz e nas demais SUREGs.

NOME DO EMPREGADO	LOTAÇÃO
Waldir Manske	SEDE/GEOPE/SEOPE
Jair de Almeida	SEDE/GEOPE/SEPAB
Carlos Alberto Cardoso	SEDE/GEOPE/SEOPE
Jorge Raposo	Unidade Armazenadora de Ponta Grossa
Erli de Pádua Ribeiro	Unidade Armazenadora de Cmbé

7.2.2 Quantidades Fiscalizadas

QUADRO - 39 – DEMONSTRATIVO DAS QUANTIDADES FISCALIZADAS - ESTOQUES PÚBLICOS

EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011

Programas	Estoques em 2009 (t)		Estoques em 2010 (t)		Estoques em 2011(t)	
	Contábil	Fiscalizado	Contábil	Fiscalizado	Contábil	Fiscalizado
AGF	839.223	838.939	2.058.603	2.012.245	1.785.793	1.784.883
Contrato de Opção	1.294.669	1.207.619	3.346.934	3.216.487	1.772.226	1.770.906
Agricultura Familiar	35.582	35.350	106.821	106.468	72.738	72.738
Fome Zero	2.087	2.087	1.361	1.273	1.540	1.540
TOTAIS	2.171.561	2.083.995	5.513.719	5.336.473	3.632.297	3.630.067

FONTE: GEFIS

7.2.3 Ocorrências Constatadas nas Fiscalizações

Das fiscalizações realizadas observou-se que:

1. em 2010, em comparação a 2009, foram registradas ocorrências com produtos desclassificados, aumentos de desvios e redução de perdas em armazenagem;
2. em 2011, em relação a 2010, verificou-se: a existência de produtos Abaixo Padrão, aumento de produtos desclassificados, redução de perdas em armazenagem e a não ocorrência de desvios.

QUADRO - 40 – DEMONSTRATIVO DAS OCORRÊNCIAS CONSTATADAS NAS FISCALIZAÇÕES

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Produtos	Ocorrências/Exercícios (t)				Total
	Abaixo do Padrão	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
EXERCICIO DE 2009					
Farinha				1	1
Feijão			137	95	232
Milho				988	988
Trigo				837	837
TOTAIS			137	1.921	2.058
EXERCÍCIO DE 2010					
Feijão		125	360	27	512
Milho				506	506
Trigo				1.004	1.004
TOTAIS		125	360	1.537	2.022
EXERCÍCIO DE 2011					
Feijão	352	463		28	843
Milho				1.380	1.380
Cafê				7	7
TOTAIS	352	463		1.415	2.230

FONTE: GEFIS

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão e desclassificados e perdas quantitativas – perdas em armazenagem . As diferenças apuradas são

registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

7.2.4 Avaliação Geral dos Armazéns de Terceiros

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

QUADRO – 41 - IRREGULARIDADES CONSTATADAS NAS VISTORIAS NOS ARMAZÉNS DE TERCEIROS - EM 2011

Irregularidade	Etapas									Total
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a	9. ^a	
Aeração em mau estado/inoperante	1	1	4	2	4	-	1	-	5	18
Afastamento insuficiente entre pilhas	6	0	0	0	0	1	9	0	4	20
Afundamento no pátio de manobras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Animais mortos (pátio, sobre o produto, dentro do armazém)	3	0	4	1	2	1	1	1	0	13
Animais no pátio e/ou interior do armazém	31	16	26	18	10	3	12	3	22	141
Aquecimento da massa de grãos	0	0	1	0	0	2	0	0	1	4
Armazéns com avaria no teto/piso e paredes	0	1	4	8	1	2	0	1	14	31
Avarias teto/parede	0	1	4	8	0	0	0	1	12	26
Avaria no piso	0	0	0	0	1	1	0	0	2	4
Balança com aferição vencida	10	1	13	2	1	0	4	0	8	39
Balança estragada	0	0	1	3	0	0	0	0	3	7
Balança mal conservada	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
CDA fora padrões sem identificação	11	0	8	1	5	2	13	0	25	65
CDA com numeração errada	0	3	0	1	0	0	0	0	0	4
Chapas dos silos amassadas e/ou perfuradas	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Conservação inadequada de produto estocado	6	3	3	2	1	2	2	0	3	22
Corrimão em más condições	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Crosta sobre produto	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Determinador de umidade afer. vencida	20	1	39	2	39	2	46	1	45	195
Elevador com problema	0	0	0	0	2	0	0	1	0	3
Embalagens vazias sobre as pilhas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Empilhamento sem estrados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Empoçamento de água	5	2	14	3	1	0	1	1	7	34
Entulho fora ou dentro do armazém	0	1	0	0	1	1	1	0	0	4
Escadas em más condições ou inadequadas	8	3	5	3	4	1	2	3	3	32
Estoque acima da capacidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Estrados inadequados	0	0	0	0	0	0	4	0	4	8
Expurgo feito por mais de 30 dias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Falta balança rodoviária	0	0	1	0	2	0	5	0	3	11
Falta cobra de areia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Falta de corrimão	0	2	0	1	0	0	0	0	2	5

Falta de determinador	1	0	2	0	1	0	2	0	1	7
Falta ou má conservação do guarda corpo	3	1	3	2	3	0	4	0	5	21
Falta de mapeamento	7	0	6	3	5	1	11	1	18	52
Falta de tela contra pássaros	23	4	25	9	8	2	17	6	15	109
Falta de determinador de umidade	0	0	0	1	0	1	0	1	1	4
Falta escada de acesso	0	0	1	0	2	2	1	1	3	10
Falta de escada no interior dos silos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Falta de estrados	0	0	7	1	5	0	3	0	7	23
Falta gravação do CDA	0	0	6	0	0	0	0	0	1	7
Falta de identificação das pilhas	0	1	0	3	0	0	0	0	0	4
Falta de instalação elétrica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Falta motores das roscas s/ fim	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Falta de passarela	0	2	0	2	0	1	0	0	0	5
Falta plataforma de descanso	14	2	14	5	8	3	6	3	3	58
Falta de secador	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Fertilizante, agrotóxico e sementes próximos ao produto	2	0	3	5	4	0	3	0	8	25
Fezes de rato no interior do armazém	0	2	0	0	0	1	0	0	0	3
Fezes de rato sobre o produto	8	0	6	0	2	0	0	0	0	16
Fita de expedição inoperante	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Goteiras	23	9	29	27	16	8	17	9	53	191
Goteiras sobre o produto	13	14	12	8	7	5	10	3	7	79
Má higienização	80	17	73	13	44	8	37	6	41	319
Infiltração nas paredes/piso	6	4	7	6	2	4	2	4	9	44
Insetos vivos	87	50	54	29	37	18	31	8	60	374
Janela danificadas ou com vidros quebrados	1	0	2	0	0	1	0	1	2	7
Má limpeza e conservação	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Massa aquecida	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Material de escritório no armazém	1	0	1	0	0	0	0	0	1	3
Mistura de produtos	1	1	1	1	2	0	1	0	4	11
Motores de areação com problema	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Movimentação irregular ou sem autorização	8	0	2	0	0	1	1	1	2	15
Oficina dentro do armazém	1	0	1	0	1	0	1	0	0	4
Parte ou piso em chão batido	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Passarela com problemas ou má conservada	5	0	5	1	6	0	5	0	2	24
Pilha com topo irregular	6	2	4	3	3	1	4	1	9	33
Pilha desmoronada	1	2	1	2	1	5	1	2	3	18
Pilha inclinada	0	1	0	1	0	2	0	1	1	6
Pilhas/blocos sem identificação	0	1	0	2	0	0	0	0	3	6
Pilhas com ruas estreitas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Pilhas encostadas nas paredes	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pilhas fora do padrão	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Pilhas sem identificação	9	3	9	1	14	1	8	2	13	60
Piso com avaria/danificado	1	0	4	5	3	0	1	0	0	14
Piso em obra/danificado	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Portas dos armazéns com defeito ou em más condições	0	0	1	1	0	0	4	0	11	17
Produto estocado sem cadastro	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Produto derramado	11	2	10	3	9	5	10	2	11	63
Produto mal armazenado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rachadura nas paredes, piso e taludes	5	0	2	4	3	2	2	0	9	27
Resíduos de conservação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Resto de construção dentro do armazém	2	0	3	0	1	0	0	0	0	6
Restos de produto estragado a céu aberto	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Roedores no armazém	1	0	0	0	0	0	2	2	4	9
Roscas de expedição obstruídas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ruas e travessas insuficientes para circulação	5	0	4	1	6	0	3	0	7	26
Ruas e travessas inadequadas ou obstruídas	3	1	1	1	0	0	5	0	4	15
Sacaria danificada ou imprópria para uso	0	0	2	0	2	2	1	0	3	10
Secador desativado	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Sem contrato de manutenção da balança	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2

Sementes/veneno no armazém	1	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Silo enferrujado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Silo lacrado determinação armazenador	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Soja sobre produto	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Sublocação de área	0	0	1	0	1	0	1	0	1	4
Sucatas depositadas no armazém	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Tampas dos silos soltas	2	1	2	1	0	0	1	0	1	8
Termometria com problemas	48	11	29	7	21	7	21	4	22	170
Teto avariado	2	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Túneis de aeração obstruídos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Unidade descredenciada	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	487	171	469	208	296	101	330	72	531	2.665

7.2.5 Descredenciamento de Armazéns

No decorrer do exercício de 2011 não ocorreram descredenciamento de armazéns, salientando que as irregularidades apontadas no quadro acima fundamentaram impedimentos temporários e não descredenciamentos.

7.2.6 Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

a) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização foram realizadas fiscalizações nos estoques a serem adquiridos através dos respectivos programas de aquisições de produtos do governo federal.

QUADRO - 42 – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS DOS INSTRUMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO FISCALIZADOS EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011

Instrumentos	Exercícios		
	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	-
AGF	-	-	-
PEPRO	1	1	6
PEP	-	119	-
VEP	-	-	-
PROP	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	559	623	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-
Total	560	743	6

Fonte: GEVEP

Os reflexos do aumento do quantitativo dos instrumentos verificados em 2010 em relação a 2009 e da redução de 2011 em comparação a 2010, traduzem os quantitativos, em toneladas e numero de entidades visitadas, nos referidos exercícios.

b) Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19

de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

Saliente-se que a execução dessa atividade bem como os recursos disponibilizados para o seu custeio é de total e inteira responsabilidade da Matriz.

7.2.7 Serviços de Cobrança

7.2.7.1 Cobranças e Recebimentos

As tarefas afetas a cobrança e recebimentos de fatos constatados são de atribuições e competências dos órgãos da Matriz.

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 Remoção de Produtos

7.3.1 Remoção dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Conforme detalhado no quadro abaixo, esclarecemos que:

1. em 2009 as operações de remoções de feijão, aos Estados do Ceará e Paraíba, destinou-se a composição de cestas básicas para posterior doação, e a de trigo, efetivada no âmbito da jurisdição da SUREG-PR foi motivada pelo encerramento das atividades da cooperativa onde se encontrava depositado o produto.
2. em 2010 as operações de remoções que tiveram origem e destino no âmbito do Estado do Paraná objetivaram a retirada do produto, pelos fatos apontados pelos fiscais ante o observado nos armazéns onde se encontrava depositado o produto. Os estoques de milho transferido para o Estado de Santa Catarina, visava atender ao programa de Venda em Balcão.
3. os objetivos das operações de remoções realizadas em 2011 estão destacadas nas observações consignadas no rodapé do quadro abaixo.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o

Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Cabe ainda esclarecer que os valores dos fretes são pagos pelas SUREGs de destino.

Destaque-se que a SUREG-PR é uma das maiores fornecedoras de matéria prima às demais Regionais.

**QUADRO - 43 – DESMONSTRATIVO DAS REMOÇÕES REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011**

Exercícios	Produtos	Programas	Origens	Destinos	Quantidades (kg)		
					Contratada	Removida	A Remover
2009	Feijão	PGPM	PR	CE	2.919		2.919
	Feijão			PB	1.000		1.000
	Trigo			PR	11.600	11.600	
	Totais				15.519	11.600	3.919
2010	Feijão	PGPM e PAA	PR	PR	1.256	1.256	
	Arroz Beneficiado	MDS			300	300	
	Farinha de Mandioca	MDS			27	27	
	Feijão	MDS			419	419	
	Farinha de Mandioca	MDA			146	146	
	Feijão	MDA			867	867	
	Trigo	Contrato de Opção e PGPM			24.268	6.621	17.647
	Milho	Contrato de Opção	SC	SC	33.627	31.929	1.698
		PGPM			9.373		9.373
	Leite em Pó	MDS	RS	PR	50	50	
	Cestas de Alimentos	MDS	SP	PR	51	51	
	Leite em Pó	MDA	RS	PR	182	182	
	Totais				70.566	41.848	28.718

2011	Trigo	(2)	PR		5.396.547		5.396.547
	Milho	Contrato de Opção /PGPM <u>(3)</u>		RS	9.031.863		9.031.863
	Feijão	PGPM <u>(1)</u>		SC	5.270.590	5.270.590	
	Milho	Contrato de Opção /PGPM <u>(3)</u>			84.200.220	84.200.220	
	Feijão Cores	MDS <u>(4)</u>		PR	491.774	491.774	
	Farinha de Mandioca	MDS <u>(4)</u>			15.000	15.000	
	Arroz	MDS <u>(4)</u>		RO,PB,MG,DF,AM	4.323.060	4.323.060	

	Trigo	(2)			5.396.547		5.396.547
2011			PR	,SE,ES,MS,MT,RJ e SP			
	Feijão	MDS <u>(4)</u>		AL,MT,RN,MA,PE ,PB,CE,PI,RO e TO	1.168	1.168	
	Açucar Mascavo	MDS <u>(4)</u>		RS	5.000	5.000	
	Milho	Contrato de Opção/ PGPM <u>(1)</u>		PR	28.173.800	28.173.800	
	Leite em Pó	MDS <u>(4)</u>		PR	96.000	96.000	
	Oleo de Soja	MDS <u>(4)</u>		PR	24.000	24.000	
	Macarrão	MDS <u>(4)</u>		PR	16.800	16.800	
	Pessego em Caldas	MDS <u>(4)</u>		PR	3.200	3.200	
	Totais				137.049.022	122.620.612	14.428.410

(1) produto transferido para o Porto de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) com destino, através da ajuda humanitária, à República Democrática Popular da Coreia, República Democrática da Somália, República das Honduras, República Democrática Socialista do Sri Lanka e República do Zimbábue

(2) produto removido tendo em vista risco de perda

(3) produto destinado a vendas em balcão

(4) produtos destinados a composição de cestas básicas

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Transcrevemos, abaixo, orientações transmitidas pela SUTIN a saber:

“Orientamos aos Srs. Superintendentes e aos responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2011, quanto aos questionamentos formulados pelas CGUs regionais sobre o item Gestão da Tecnologia da Informação que, durante os trabalhos de auditoria devem informar aos analistas da CGU que a gestão de TI é centralizada na Matriz, incluindo desde o desenvolvimento do Plano Diretor de TI, o desenvolvimento dos sistemas, a administração dos recursos humanos envolvidos e até a aquisição dos principais equipamentos como servidores, microcomputadores e impressoras. Com a centralização busca-se a padronização dos sistemas, dos métodos e dos equipamentos utilizados.

Todas as informações constantes neste item foram replicadas no Relatório de Gestão da Matriz, pois a gestão de TI desenvolvida visa atender a todas as necessidades da Companhia (Matriz e Suregs).”

Saliente-se que o Setor de Desenvolvimento Empresarial – SEDEN, vinculado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – GEDES, conta com o Encarregado do Setor e 2 estagiários – 1 atende o período da manhã e 1 no período da tarde.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

O solicitado no item fica prejudicado ante o relatado no item 1.2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, a saber:

“Através da Comunicação Interna nº 97, de 06.03.2012 o senhor Presidente da Conab comunica a todas as Superintendências Regionais que na 1.030ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 10.01.2012, foi aprovada a retomada do Planejamento Estratégico da CONAB, em atendimento as decisões do Tribunal de Contas da União

A retomada dessa atividade caberá a um Grupo de Trabalho, em processo de formação;

Pela Comunicação Interna nº 07, de 16.03.2012, da Coordenadora da COPAG/PRESI, em atendimento a Comunicação Interna de nº 97 da PRESI, esclarece que o Grupo de Trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico iniciará suas visitas pelos órgãos da Matriz com posteriores visitas às Superintendências Regionais.”

10 . GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS SAFRAS NO ESTADO DO PARANÁ

A primeira Safra paranaense de grãos e algodão 2010/2011, ano comercial 2011, apresentou duas características favoráveis aos produtores: produção normal, devido as condições climáticas favoráveis, e preços de mercado satisfatórios para os dois principais produtos, o milho e a soja.

A área cultivada do algodão, arroz, feijão, amendoim, girassol, mamona, milho e soja foi praticamente a mesma da safra anterior, atingindo 5,647 milhões de hectares.

A produção apresentou crescimento de 4% passando de 21,44 em 2009/2010 para 22,19 milhões de toneladas em 2010/2011. Apenas a soja e o milho responderam por 15,34 e por 6,11 milhões de toneladas, respectivamente.

Na segunda safra de feijão, girassol, milho e soja, a área cultivada cresceu 16%, passando de 1,67 para 1,94 milhão de hectares. A produção, no entanto, registrou queda de 8%, reduzindo de 7,31 para 6,73 milhões de toneladas. Os efeitos do clima adverso (seca e geada) sobre a 2ª safra de milho e a terceira de feijão são os fatores causadores da queda da produção e da produtividade destas culturas.

Também o clima adverso (seca, geada e excesso de chuva na colheita) foi o grande responsável pela queda de produção e de produtividade das culturas do inverno (trigo, aveia, centeio, cevada, canola e triticale). A falta de liquidez, os baixos preços recebidos pelos produtores e a expectativa favorável de mercado para o milho provocaram a redução de 13% na área cultivada destas culturas. A produção registrou queda ainda maior, de 29%, e as culturas mais afetadas foram o trigo, o triticale, a aveia e a canola. A única cultura que não sofreu os efeitos desfavoráveis do clima, adverso foi a cevada, cultivada basicamente na região de Guarapuava, pelos produtores vinculadas à Cooperativa Agrária, que tem uma indústria de produção de malte.

QUADRO – 44 - COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NO PARANÁ

Cultura	Área			Produção			Rendimento		
	09/10 ha	10/11 ha	Var. %	09/10 t	10/11 t	Var %	09/10 kg/ha	10/11 kg/ha	Var %
ALGODÃO	101	1.132	1.019	205	3.193	1.460	2.024	2.836	40
AMENDOIM (1ª SAFRA)	4.076	3.781	-7	9.988	10.199	2	2.451	2.697	10
ARROZ IRRIGADO	19.372	21.046	9	127.272	157.416	24	6.570	7.485	14
ARROZ SEQUEIRO	20.841	17.810	-15	39.310	34.604	-12	1.886	1.943	3
FEIJÃO (1ª SAFRA)	321.061	344.177	7	487.558	533.603	9	1.539	1.563	2
GIRASSOL (1ª SAFRA)	27	-	-	11	-	-	400	-	-
MAMONA	844	874	3	1.204	557	-54	1.426	637	-55
MILHO (1ª SAFRA)	901.318	776.684	-14	6.845.629	6.111.573	-11	7.596	7.869	4
SOJA	4.373.375	4.481.825	2	13.391.905	15.343.406	10	3.186	3.423	7

1ª SAFRA)									
SUB TOTAL (A) (1ª SAFRA)	5.641.016	5.647.329	0	21.443.081	22.194.551	4			
FEIJÃO (2ª SAFRA)	197.612	170.992	-13	319.746	277.502	-13	1.621	1.627	0
FEIJÃO (3ª SAFRA)	7.590	6.027	-21	7.788	4.175	-46	1.029	827	-20
GIRASSOL (2ª SAFRA)	255	140	-45	310	44	-86	1.215	500	-59
MILHO (2ª SAFRA)	1.363.676	1.694.010	24	6.816.427	6.330.053	-7	4.999	3.877	-22
SOJA (2ª SAFRA)	105.667	73.487	-30	163.348	114.505	-30	1.547	1.560	1
SUB TOTAL (B) 2ª SAFRA	1.674.800	1.944.656	16	7.307.619	6.726.279	-8			
AVEIA BRANCA	57.775	52.060	-10	159.450	116.451	-27	2.760	2.352	-15
AVEIA PRETA	206.898	143.751	-31	273.497	164.707	-40	1.355	1.277	-6
CANOLA	13.091	13.450	3	19.140	14.784	-23	1.471	1.152	-22
CENTEIO	511	718	41	1.092	1.129	3	2.138	1.572	-26
CEVADA	47.754	51.062	7	183.718	194.441	6	3.847	3.812	-1
TRIGO	1.176.788	1.053.924	-10	3.469.738	2.427.721	-30	2.949	2.381	-19
TRITICALE	26.508	22.645	-15	65.858	54.506	-17	2.484	2.418	-3
SUB TOTAL (C) (INVERNO)	1.529.325	1.337.610	-	4.172.493	2.973.739	-29			
SUB TOTAL (A+B+C)	8.845.141	8.929.595	1	32.923.193	31.894.569	-3			
ALHO	685	617	-10	2.969	2.773	-7	4.333	4.494	4
BATATA (1ª SAFRA)	16.781	18.604	11	428.149	490.536	15	25.537	26.367	3
BATATA (2ª SAFRA)	12.834	12.571	-2	307.514	303.218	-1	23.960	24.120	1
CAFÉ	94.062	74.854	-20	138.694	110.728	-20	1.474	1.479	0
CEBOLA	7.638	8.172	7	135.410	162.787	20	17.740	19.994	13
TOMATE (1ª SAFRA)	3.644	3.701	2	228.616	228.117	0	62.734	62.566	0
TOMATE (2ª SAFRA)	1.681	2.014	20	111.147	119.411	7	66.132	64.862	-2
CANA-DE-AÇÚCAR	632.812	645.088	2	49.384.643	49.846.477	1	78.127	77.301	-1
FUMO	79.266	80.211	1	161.137	171.837	7	2.033	2.142	5
MANDIOCA	171.577	184.263	7	4.074.528	4.179.245	3	23.876	22.688	-5
SERICULTURA	10.376	9.711	-6	4.182	4.472	7	403	461	14

Para o ano comercial de 2012, os dados referentes a safra, a segunda safra e a safra de inverno 2011/2012

**QUADRO – 45 - COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NO
PARANÁ NAS SAFRA 10/11 – 11/12.**

Cultura	Área			Produção			Rendimento		
	10/11 ha	11/12 ha	Var %	10/11 t	11/12 t	Var %	10/11 kg/ha	11/12 kg/ha	Var %
ALGODÃO	1.132	1.208	7	3.193	2.229	-30	2.836	1.845	-35
AMENDOIM (1ª SAFRA)	3.781	3.268	-14	10.199	8.167	-20	2.697	2.499	-7
ARROZ IRRIGADO	21.046	20.372	-3	157.416	138.329	-12	7.485	6.790	-9
ARROZ SEQUEIRO	17.810	15.488	-13	34.604	28.058	-19	1.943	1.814	-7
FEIJÃO (1ª SAFRA)	344.177	248.716	-28	533.603	348.404	-35	1.563	1.406	-10
GIRASSOL (1ª SAFRA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAMONA	874	913	4	557	566	2	637	620	-3
MILHO (1ª SAFRA)	776.684	957.556	23	6.111.573	6.310.757	3	7.869	6.693	-15
SOJA (1ª SAFRA)	4.481.825	4.369.816	-2	15.343.406	10.714.555	-30	3.423	2.452	-28
SUB TOTAL (A) (1ª SAFRA)	5.647.329	5.617.337	-1	22.194.551	17.551.065	-21			
FEIJÃO (2ª SAFRA)	170.992	205.077	20	277.502	362.409	31	1.627	1.767	9
FEIJÃO (3ª SAFRA)	6.027	5.580	-7	4.175	4.687	12	827	840	2
GIRASSOL (2ª SAFRA)	140	100	-29	44	105	139	500	1.050	110
MILHO (2ª SAFRA)	1.694.010	1.908.452	13	6.330.053	9.565.548	51	3.877	5.012	29
SOJA (2ª SAFRA)	73.487	75.220	2	114.505	138.537	21	1.560	1.842	18
SUB TOTAL (B) 2ª SAFRA	1.944.656	2.194.429	13	6.726.279	10.071.286	50			
AVEIA BRANCA	52.060	55.775	7	116.451	151.779	30	2.352	2.721	16
AVEIA PRETA	143.751	134.000	-7	164.707	180.641	10	1.277	1.348	6
CANOLA	13.450	11.450	-15	14.784	19.180	30	1.152	1.675	45
CENTEIO	718	758	6	1.129	1.352	20	1.572	1.784	13
CEVADA	51.062	57.800	13	194.441	221.783	14	3.812	3.837	1
TRIGO	1.053.924	871.750	-17	2.427.721	2.475.349	2	2.381	2.840	19
TRITICALE	22.645	24.140	7	54.506	64.026	17	2.418	2.652	10
SUB TOTAL (C) (INVERNO)	1.337.610	1.155.673	-14	2.973.739	3.114.110	5			
SUB TOTAL (A+B+C)	8.929.595	8.967.439	0	31.894.569	30.736.461	-4			
ALHO	617	491	-20	2.773	2.281	-18	4.494	4.646	3
BATATA (1ª SAFRA)	18.604	16.867	-9	490.536	426.976	-13	26.367	25.314	-4
BATATA (2ª SAFRA)	12.571	12.314	-2	303.218	314.593	4	24.120	25.548	6

CAFÉ	74.854	74.760	0	110.728	103.131	-7	1.479	1.379	-7
CEBOLA	8.172	6.701	-18	162.787	135.920	-17	19.994	20.314	2
TOMATE (1ª SAFRA)	3.701	3.410	-8	228.117	210.158	-8	62.566	61.702	-1
TOMATE (2ª SAFRA)	2.014	1.895	-6	119.411	123.951	4	64.862	65.409	1
CANA-DE- AÇÚCAR	645.088	645.561	0	49.846.477	51.640.919	4	77.301	79.994	3
FUMO	80.211	73.115	-9	171.837	151.366	-12	2.142	2.071	-3
MANDIOCA	184.263	181.252	-2	4.179.245	4.001.452	-4	22.688	22.077	-3
SERICULTURA	9.711	9.056	-7	4.472	4.080	-9	461	451	-2

Destacam-se, na primeira Safra, a redução verificada nas áreas cultivadas de arroz, feijão e soja e o aumento na de milho. As significativas reduções nas produções de soja e feijão e o leve aumento do milho, todas comparativamente a safra 2010/2011, são explicadas pelo efeito desfavorável do La Niña, que provocou chuva abaixo do normal e mal distribuídas entre novembro/2011 e março/2012. A quebra de safra destes produtos provocou a redução de R\$ 4,5 bilhões na receita dos produtores. Na segunda safra se destacam os aumentos da área cultivada e da expectativa da produção do feijão e do milho.

Na safra de inverno se destaca a redução, pelo terceiro ano consecutivo, da área cultivada com trigo, devido a baixa liquidez do produto, apesar da intervenção do governo na comercialização da safra 2011 via AGF e PEP, a boa expectativa de preço do milho (2ª Safra) e a não definição, em tempo hábil, da política para os cereais de inverno.

O aumento da área da cevada é explicado pelo fomento estabelecido pela Cooperativa Agrária, visando o fornecimento de matéria-prima para a fábrica de malte, de sua propriedade.

A estabilidade da área de cana-de-açúcar e a leve queda na da mandioca também são explicadas pela condição do mercado dos dois produtos: expectativa de queda nos preços do açúcar, pela recuperação da produção mundial, e dos preços dos derivados da mandioca.

O cenário exposto indica a não necessidade de intervenção do governo no mercado destes produtos durante o primeiro semestre de 2012, exceto para o trigo, onde ainda resta 15% da Safra de 2011 ainda não comercializada pelos produtores.

Neste período sugere-se dar continuidade as vendas dos estoques públicos de milho e de feijão.

Para o segundo semestre, se não ocorrer quebras na segunda Safra e na de inverno, poderão ser necessárias intervenções do governo no mercado para dar liquidez e garantir preços mínimos aos produtores de trigo, feijão e milho, este último também na dependência do comportamento da Safra americana e das exportações pelo Brasil (acima ou abaixo de 10 milhões de toneladas).

Durante o ano de 2012 e subsequentes, considerando a relação entre a oferta de grãos e a capacidade estática de armazenagem, sugere-se a continuidade dos programas de melhoria e expansão da infraestrutura de armazenagem coletora, intermediária e terminal, esta última visando dar suporte às operações de exportação.

11 GESTÃO DE PESSOAS

11.1 ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de

livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

O quadro de Recursos Humanos da SUREG/PR é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. A distribuição dos empregados por lotação, entre Sede e Unidades Armazenadoras, se apresenta nos quadros abaixo:

QUADRO - 46 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SEDE E SUA LOTAÇÃO

EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011

UNIDADES	EXERCÍCIO DE 2009							EXERCÍCIO DE 2010									
	QUALIFICAÇÕES						TOTAL	QUALIFICAÇÕES									TOTAL
	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS		AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS	ANALISTA	ASSISTENTE	AUXILIAR	
SUREG	1					3	4	1					3				4
PRORE			1			3	4			1				2			3
GEFAD	7	2	10			1	20	7	2	9			1		1		20
Gerência			1			1	2			1			1				2
SEREH	1		3				4	1		3							4
SETAD	1	2	3				6	1	2	2					1		6
SECOF	5		3				8	5		3							8
GEDES			2	1		4	7			2	1		3	2			8
Gerência			1			1	2			1				1			2
SEGEO				1		3	4				1		2	1			4
SEDEM			1				1			1			1				2
GEOPE	5			8	1	7	21	5			11	1	3	3		1	24
Gerência	1				1		2	1				1					2
SECOM	2			2		1	5	2			5					1	8
SEPAB	2			4		1	7	2			4			2			8
SEOPE				2		5	7				2		3	1			6
TOTAIS	13	2	13	9	1	18	56	13	2	12	12	1	10	7	1	1	59

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

UNIDADES	EXERCÍCIO 2011									
	QUALIFICAÇÕES									
	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS	ANAL.	ASSIST.	AUX.	TOTAL
SUREG	1					3				4
PRORE						1	2			3
GEFAD	11	2	8					1		22
GERÊNCIA	1		1							2
SEREH	1		3							4
SETAD	2	2	2					1		7
SECOF	7		2							9
GEDES	1		2	1		3	2			9
GERÊNCIA			1				1			2
SEGEO				1		2	1			4
SEDEM	1		1			1				3
GEOPE	4		2	10	1	3	2		1	23
GERÊNCIA					1				1	2
SECOM	3			4						7
SEOPE				3		3	1			7
SEPAB	1		2	3			1			7
TOTAIS	17	2	12	11	1	10	6	1	1	61

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Foram incorporados mais 3 (três) empregados na Sede da Sureg/PR provenientes de retorno por anistia e a transferência de uma empregada TNS para a Sureg/RR. Também ocorreram transferências de empregados entre setores.

QUADRO - 47 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Ua's	NUMERO DE EMPREGADOS																		
	QUALIFICAÇÕES																TOTAIS		
	AAD			ASG			ATA			ATO			TNS			ANAL			
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2011	2009	2010	2011
APUC.ARA NA	1	1	1	5	5	5				1	1	1					7	7	7
CAMBÉ	3	3	3	4	4	5				1	1	2	1	1	1		9	9	11
CURITIBA	3	4	4	1	1	3				2	2	2					6	7	9
PONTA GROSSA	5	4	4	21	23	23	2	3	2	2	2	3	2	1		2	32	33	34
ROLÂNDIA	2	2	3	4	4	4	1	1	1				2	1	1	1	9	8	10
TOTAIS	14	14	15	35	37	40	3	4	3	6	6	8	5	3	2	3	63	64	71

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Foram incorporados mais 7 (sete) empregados nas Unidades Armazenadoras, destes, 6 (seis) por anistia administrativa e 1 (um) por retorno de auxílio doença (INSS).

**QUADRO - 48 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SEDE E DAS
UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO**

EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

UNIDADES	NÚMERO DE EMPREGADOS																		TOTAIS	
	EXERCÍCIO 2010									EXERCÍCIO 2011										
	QUALIFICAÇÕES									QUALIFICAÇÕES										
	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TIS	ANAL.	ASSIST.	AUX.	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TIS	ANAL.	ASSIST.	AUX.		
SEDE	13	2	12	12	1	10	7	1	1	17	2	12	11	1	10	6	1	1	59	61
UNIDADES ARMAZENADORAS	14	37	4	6	0	3	2	0	0	15	40	3	8	0	2	3	0	0	66	71

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

O quadro acima totaliza 132 empregados, mas considerando que a Conab possui 2 (dois) empregados cedidos, a totalização chega a 134 empregados.

As cessões referem-se a 1 (uma) Técnica (TEC) para a Delegacia Federal de Agricultura do Paraná – DEFA em Foz do Iguaçu – PR, e 1 (um) Assistente de Operações (ATO) para o Ministério de Agricultura em Paraná/PR.

11.2 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Em 2011 foi priorizado o uso da comunicação interna *via chat*. Assim a Sede e as Unidades Armazenadoras agilizaram suas atividades e auxiliaram na economia das despesas telefônicas da Sureg/PR deixando ligações interurbanas para situações imprescindíveis e/ou mais urgentes. Na Conab existem disponíveis dois sistemas de *chat*. Os mesmos são denominados “PidGin” e “CIC”, sendo facultativo ao empregado a opção de uso.

11.3 MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada, pela Matriz, uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

A nível de SUREG-PR, em 2011, o clima organizacional contou com uma Campanha de Conscientização. Esta Campanha, primeiramente voltada para a redução de custos da Sureg, acabou incorporando informações voltadas para o bem-estar dos empregados. Informações relacionadas à saúde e bem estar foram exploradas e houve interação frequente dos empregados com a coordenadora da campanha para sugestão de temas prioritários. A campanha se deu por meio de murais e mensagens semanais pela intranet.

11.4 CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

Embora tenham ocorridos reduções nas alocações de recursos para a execução da ação, o enfoque do treinamento no período de 2009 a 2011, manteve-se voltado para, em ordem de prioridade, as áreas de Planejamento, Operacional, Administrativa, Financeira.

Em 2011, conforme quadro abaixo, o número de treinandos com a referida ação tiveram um incremento bastante expressivo. Isto se deve aos treinamentos internos realizados por instrutores da própria Conab para atender as exigências de certificação das Unidades Armazenadoras.

QUADRO - 49 - DEMONSTRATIVO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Áreas de Conhecimento	Nº de Treinandos			Homens/hora Treinados			Média de carga/horária por participante		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Planejamento	12	9	6	1.019	642	224	84,92	71,33	37,33
Operacional	18	22	217	876	717	632	48,67	32,59	2,91
Administrativa	5	13	45	58	228	624	11,60	17,54	13,87
Financeira	62	4	3	496	64	48	8,00	16	16
Gerencial	1	45	-	24	94	-	24,00	2,09	
Informática	-	-	38	-	-	343	-	-	9,03
Qualidade	-	-		-	-	-	-	-	
Jurídica	1	-	22	32	-	22	32,00	-	1
Auditoria	-	-	1	-	-	32	-	-	32
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação/Desenvolvimento	84	1	3	429	8	57	5,11	8	19
Total	183	94	335	2.934	1.753	1.982	16,03	18,65	5,92

Fonte: Sumoc/Gecap

Conforme tabela abaixo, as despesas com a referida ação apresentaram constantes reduções nos exercícios de 2009 a 2011, primeiro em consequência da redução dos recursos disponibilizados e segundo considerando que muitos treinamentos foram dados por instrutores internos, excluindo assim, despesas de locomoção, diárias e inscrição.

QUADRO – 50 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS COM TREINAMENTO

EXERCÍCIOS 2009 A 2011

Elementos de Despesa	Despesas Realizadas			Total
	2009	2010	2011	
Diárias	16.931,00	32.148,00	9.480,50	29,49
Material de Consumo	46,00	315,71	238,40	75,51
Passagens e Despesas com Locomoção	11.770,00	12.887,00	2.144,26	16,64
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica	34.507,00	12.903,20	22.304,60	172,86
Indenizações e Restituições	4.018,00	210,00	423,22	201,53
Total	67.272,00	58.463,91	34.590,98	59,17

Fonte: SIAFI

A tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais,

que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em toeno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

11.5.COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE PESSOAL

11.5.1. QUADRO DE PESSOAL ATIVO

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

QUADRO - 51 – DEMONSTRATIVO DO EFETIVO POR SITUAÇÃO CONTRATUAL

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Discriminação	Exercício 2009		Exercício 2010		Exercício 2011	
	Numero Empregados	Participação (%)	Numero Empregados	Participação (%)	Numero Empregados	Participação (%)
Contrato Padrão	81	64,80	81	60,45	81	60,45
Contrato Padrão (concursado)	9	7,20	9	6,72	8	5,97
Reintegrado (transitado)	6	4,80	6	4,48	6	4,48
Reintegrado (liminar)	1	0,80	0	0,00	0	0,00
Anistiado (transitado)	6	4,80	6	4,48	6	4,48
Anistiado (liminar)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Anistiado (Lei 8878/94)	18	14,40	23	17,16	33	24,63
Total	121	96,80	125	93,28	134	100,00

Discriminação	Quantidade de empregados		
	31/12/09	31/12/10	31/12/11
Em efetivo exercício na Sureg	118	118	127
Cedidos a outros órgãos	1	1	2
Com ônus para Conab	1	1	2
Sem ônus para Conab	0	0	0
Licenciados – INSS/Acidente de Trabalho	2	2	1
Contratos Suspensos	2	3	4
Totais	121	125	134

O quadro de pessoal da SUREG-PR encerrou o exercício de 2011 com 134 empregados, dos quais 33 apresentam situação contratual oriunda de anistia administrativa, representando 24% do quadro de pessoal. Em 2011, 10 novos anistiados foram incorporados ao quadro de pessoal da Conab. Em abril ocorreu a transferência de uma empregada ANALISTA para a SUREG de Roraima.

Saliente-se que dos 134 empregados lotados no âmbito a Sureg-PR, 45 são Aposentados pela Previdência Social.

Para atender a demanda da Sede e de suas Unidades Armazenadoras, a SUREG-PR contou com um efetivo de 125 empregados em 2010 e 134 em 2011, distribuídos organizacionalmente por nível de cargos, conforme abaixo demonstrado.

**QUADRO - 52 – DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO POR SITUAÇÃO
CONTRATUAL E DE ENQUADRAMENTO**

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Discriminação	Exercício 2009				Exercício 2010				Exercício 2011			
	Auxiliar	Médio	Superior	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Total
Contrato Padrão	40	29	12	81	40	29	12	81	40	29	12	81
Contrato Padrão (concursado)	0	0	9	9	0	0	9	9	0	0	8	8
Reintegrado (transitado)	3	3	0	6	3	3	0	6	3	3	0	6
Reintegrado (liminar)	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Anistiado (transitado)	4	1	1	6	4	1	1	6	4	1	1	6
Anistiado (liminar)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8878/94)	17	1	0	18	22	1	0	23	32	1	0	33
Total	65	34	22	121	69	34	22	125	79	34	21	134

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

O perfil da estrutura de pessoal na SUREG-PR apresentou em 2011 as seguintes características: 21 técnicos de nível superior (15%) e 113 empregados de nível médio e auxiliar (85%).

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

No quadro abaixo demonstra-se o efetivo lotado no âmbito da Sureg-PR por faixa etária e tempo de serviço

**QUADRO - 53- DEMONSTRATIVO DO PESSOAL POR FAIXA ETÁRIA E TEMPO DE
SERVIÇO NA EMPRESA**

FAIXA ETÁRIA	TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA										PARTICIPAÇÃO (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	12,00
36 a 40	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4,00
41 a 45	3	1	0	0	2	1	0	0	0	7	28,00
46 a 50	7	5	1	1	6	17	0	0	0	37	148,00
51 a 55	8	3	0	2	3	11	12	3	0	42	168,00
56 a 60	1	4	1	0	0	6	8	5	0	25	100,00
61 a 65	2	1	0	0	0	1	5	3	1	13	52,00
66 a 70	0	1	0	0	0	1	2	1	0	5	20,00
Mais de 70	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,00
Total	24	17	2	3	11	37	27	12	1	134	-

11.5.2 ADMISSÕES, DEMISSÕES E TRANSFERÊNCIAS

Durante o exercício de 2011 foram concretizadas as seguintes ocorrências, a saber:

– Admissões - 10

- Demissões - 2
- Transferências – enviadas - 2
- Transferências – internas - 16

11.5.3 PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.4 RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Visando solucionar a falta de pessoal e o preenchimento de vagas oriundas do desligamento de empregados por aposentadorias, tais procedimentos estão afetos aos órgãos da Matriz

11.5.5 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Além dos empregados, a Regional contou no quarto trimestre com 12 estagiários de nível superior e 8 de nível médio, com custo anual de R\$165.292,73 (bolsa auxílio mais transporte). Em 2011 foram aprovadas mais 3 (três) vagas para a Sureg/PR, sendo que 10% destas serão destinadas à portadores de necessidades especiais.

QUADRO - 54 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
Em 31/12/2011

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	9	14	13	12	26	20	165.292,73
Área Fim	7	11	10	10			
Área Meio	2	3	3	2			
Nível Médio	8	9	9	8			
Área Fim	8	8	8	7			
Área Meio	0	1	1	1			
Total	17	23	22	20	26	20	165.292,73

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

11.5.6 CUSTOS DE PESSOAL

QUADRO - 55 - CUSTOS DE PESSOAL

ITENS	EXERCÍCIOS		
	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	10.267.273,22	12.658.410,68	14.847.775,09
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	6.766.614,77	8.220.486,96	8.955.461,72
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	3.557.955,01	4.190.333,56	4.628.717,32
331901105 INCORPORACOES	262.351,70	311.352,39	334.661,39
331901109 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	5.698,68	6.226,80	6.679,08
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	372	0	0
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	117.000,00	0	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	798.502,07	927.080,10	1.107.508,46
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	806.922,06	911.127,53	1.055.056,06
331901143 13 SALARIO	592.891,98	718.944,24	825.755,53
331901144 FERIAS - ABONO PECUNARIO	146.488,68	177.891,98	192.794,90
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	154.352,65	193.991,10	203.240,10
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	225.633,47	278.399,48	294.780,46
331901147 LICENCA-PREMIO	73.232,00	446.125,18	238.744,15
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	98.880,44	90.256,31	114.172,61
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	-95.673,23	-100.815,39	-118.143,85
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	482.118,38	551.396,74	617.550,19
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-482.118,38	-549.801,77	-615.697,58
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	845.064,77	1.036.635,49	1.107.346,09
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-762.756,24	-897.305,40	-985.063,02
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	444.228,81	515.210,34	575.204,35
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-504.530,08	-586.561,72	-627.844,52
OBRIGACOES PATRONAIS	2.464.199,73	3.022.252,63	3.394.249,36
331901301 F.G.T.S.	559.831,37	642.052,87	709.157,35
331901302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	0	0	0
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	174.925,02	200.503,48	233.577,90
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	389.494,88	587.065,88	635.472,15
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	-360.851,53	-510.362,67	-588.520,80
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.630.829,48	1.870.458,38	2.035.617,60
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	69.970,51	232.534,69	368.945,16
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	509.102,90	552.134,91	545.967,88
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	3.183,08	0	0
331901632 SUBSTITUICOES	56.950,46	51.427,58	65.547,12
331919401 INDENIZACOES TRABALHISTAS ATIVO CIVIL	120,62	0	3.297,40
333909305 INDENIZACAO DE TRANSPORTE	176,39	0	0
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	187.140,48	217.805,23	161.383,23
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	149.471,15	164.822,40	200.104,98
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	10.050,00	11.892,50	18.592,50
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	13.040,00	16.800,00	12.000,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	29.155,00	32.748,80	40.287,45
333900855 AUXILIO CRECHE	59.815,72	56.638,40	44.755,20
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	527.355,82	863.536,18	1.952.096,13
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	519.017,16	513.268,98	925.426,07
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	119.784,66	80.693,90	212.073,19
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	0	0	8.145,09
523170602 RECURSOS VINCULADOS	8.338,66	350.267,20	1.018.024,97
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-119.784,66	-80.693,90	-211.573,19

11.5.7 MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA**QUADRO - 56 - COMPOSIÇÃO E CUSTO DE RECURSOS HUMANOS
QUADRO TERCEIRIZADO****EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011**

FINALIDADES/ EXERCÍCIOS	CONSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA		APOIO ADMINISTRATIVO		ATIVIDADE DE ÁREA FIM		ESTAGIÁRIOS	
	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO
2009	52	1.186.188,87	8	201.859,81	21	160.872,97	20	125.621,34
2010	51	1.310.706,66	8	437.898,36	11	94.445,33	20	154.232,39
2011	53	1.609.619,73	8	427.382,89	10	74.148,83	20	165.292,73

FONTE:GEFAD/SETAD

1. As despesas com Vigilância Ostensiva referem-se as Unidades Armazenadoras: Frigorífico, Apucarana, Cambé, Jacarezinho, Ponta Grossa, Rolândia e Superintendência Regional
2. As despesas com Limpeza e Conservação referem-se as Unidades: Frigorífico, Rolândia e Superintendência Regional
3. O valor destacado como “Atividade Área Fim”, referem-se as despesas com honorários advocatícios e programas:PCMO, PPRA e ambientais.

**QUADRO – 57 - DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA
FIM****EXERCÍCIO DE 2011**

Natureza	Contrato	Empresa Contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Situação
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	027/2009	Mega Business Ltda. CNPJ 03.514.206/0001-28	31/12/10	30/12/11	—	—	—	—	A

FONTE:GEFAD/SETAD

OBSERVAÇÃO: Quanto ao nível de escolaridade, informa-se que a empresa foi contratada pelo tipo de serviço e não pelo nível de escolaridade. No contrato não se estabelece o número de pessoas e sim de atividades a serem desenvolvidas.

O valor da despesa está inserido no campo APOIO ADMINISTRATIVO do quadro acima.

A empresa contratada disponibiliza pessoas, por mês, para executarem tarefas referentes a Operação de Máquinas e Equipamentos, Eletricista e Mecânico de Manutenção.

11.6 ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

11.6.1 INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS

As informações relativas a este item serão contempladas no Relatório de Gestão da Matriz

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Código SIAFI	Nome
135271	Unidade Armazenadora de Apucarana
135268	Unidade Armazenadora de Cambé
135544	Armazém Frigorífico de Curitiba
135270	Unidade Armazenadora de Ponta Grossa
135396	Unidade Armazenadora de Rolândia
135266	Estoque Estratégico
135267	Estoque Regulador – PGPM/PR
135280	Unidade de Comercialização de Curitiba
135437	Mercado de Opção/PR
135545	Unidade CONAB – PAA/PR
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135265	Companhia Nacional do Abastecimento – Sede – Superintendência Regional do Paraná
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora: 22.211	
Código SIAFI da Gestão: 22.211	

12.1.2 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

QUADRO - 58 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimenmtação Interna	Recebido	135100	135265	08.306.1049.2798.0001	0,00	271.132,78	0,00	0,00
		135100	135265	08.605.1049.2802.0001	0,00	500,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.376,45	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2272.0001	4.009.139,45	0,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2272.0001	0,00	5.445.541,27	25.804,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	33.936,65	0,00
		135100	135265	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.116,74	0,00	0,00
		135100	135265	20.125.0352.2137.0001	0,00	138.965,17	0,00	0,00
		135100	135265	20.126.0352.4702.0001	0,00	6.374,68	0,00	0,00
		135100	135265	20.128.0360.4572.0001	0,00	33.450,69	0,00	0,00
		135100	135265	20.301.0352.2004.0001	0,00	437.356,64	0,00	0,00
		135100	135265	203060352.2012.0001	0,00	688.064,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	83.509.136,29
		135100	135265	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.485,22	0,00	0,00
		135100	135265	20.605.0360.4711.0001	0,00	51.290,57	0,00	0,00
		135100	135265	28.846.0901.0022.0001	1.145.644,35	6.906,06	0,00	0,00
		135100	135267	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-284.717,69
		135100	135437	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-5.117,47
		135100	135544	20.122.0352.2272.0001	0,00	-33.583,54	0,00	0,00
		135100	135544	20.122.0352.2829.0001	0,00	37.543,00	1.334,00	0,00
		135100	135544	20.301.0352.2004.0001	0,00	-54,00	0,00	0,00
		135100	135270	20.122.0352.2272.0001	0,00	0,00	-26.683,45	0,00
		135100	135270	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.340,00	0,00	0,00
		135100	135270	20.301.0352.2004.0001	0,00	-42,23	0,00	0,00
		135100	135268	20.122.0352.2272.0001	0,00	-6,08	0,00	0,00
		135100	135268	20.122.0352.2829.0001	0,00	35.641,18	0,00	0,00
		135100	135271	20.122.0352.2272.0001	0,00	-4.937,35	0,00	0,00
		135100	135271	20.122.0352.2829.0001	0,00	3.696,00	0,00	0,00
		135100	135396	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.210,00	0,00	0,00
		135347	135266	08.244.1049.2792.0001	0,00	-3.613,27	0,00	0,00
		135347	135266	08.605.1049.2802.0001	0,00	-2.591,32	0,00	0,00
		135347	135266	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.568,31	0,00	0,00
		135347	135265	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.081.437,48	0,00	0,00
		135347	135265	08.605.1049.2802.0001	0,00	520.327,31	0,00	0,00
		135347	135265	21.122.0351.2B83.0001	0,00	696.656,22	0,00	0,00
	135347	135265	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	4.247.743,58	
	135347	135265	08.306.1049.2798.0001	0,00	28.438.110,01	0,00	0,00	
	135347	135545	08.605.1049.2802.0001	0,00	-14.986,51	0,00	0,00	
	135347	135545	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-4.116,45	0,00	0,00	
	135347	135545	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.123,10	0,00	0,00	
	135348	135265	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	354.000,00	
	135141	135265	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.271,50	0,00	0,00	
	Enviado	135265	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	175,19	0,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2272.0001	64.610,10	0,00	0,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	190.060,89	6.262,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	676,00	586,79	0,00
		135265	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.872,78	0,00	0,00
		135265	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	103,00	0,00	0,00
		135265	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	131,21	0,00	0,00
		135265	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	12.125,19	0,00	0,00
135265		135100	203060352.2012.0001	0,00	5.929,63	0,00	0,00	
135265		135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.111,16	0,00	0,00	
135265		135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.194,52	0,00	0,00	
135266		135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00	
135266		135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.647,23	0,00	0,00	
135267		135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.265.874,51	
135270		135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	600,74	0,00	0,00	
135270		135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	8.250,00	0,00	0,00	
135271		135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.621,77	0,00	0,00	
135271		135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	29.569,96	0,00	
135271		135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	202,16	0,00	0,00	
135437		135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	22.991,70	
135544		13510	20.122.0352.2272.0001	0,00	11.303,42	0,00	0,00	
135544		13510	20.122.0352.2829.0001	0,00	25.043,00	0,00	0,00	
135545		135347	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.564.062,64	

Fonte: Siafi

12.1.3 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$105.870.390,50.

Na composição do referido valor sobressai-se as despesas referentes a formação e manutenção dos estoques públicos, tanto os adquiridos no âmbito da PGPM quanto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Neste Programa as aquisições de produtos agropecuários são realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011.

Em relação ao exercício anterior verifica-se uma redução de 47,50% em decorrência da menor intervenção governamental nos mercados em função da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos fixados.

Na modalidade de Pregão destacam-se as despesas empenhadas para o pagamento dos serviços de frete para o transporte de produtos (R\$4.000.036,89), comissões e corretagens pagas às Bolsas de Mercadorias para a efetivação dos pregões realizados através das mesmas (R\$2.446.862,91) e para os serviços de vigilância (R\$1.416.058,77) que, representam 68,96% do total empenhado nesta modalidade.

Do valor despendido em Inexigibilidades destacam-se as despesas com Serviços Médicos, Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais (R\$328.291,91), Obrigações Patronais (R\$132.904,74), Apoio ao Ensino (R\$165.292,73) e Capatazia, Estiva e Pesagem (R\$591.048,59) 2011, que representam representaram 78,28% do total empenhado.

QUADRO – 59 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	50.151,00	0,00	50.151,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.141.485,49	11.402.623,04	6.141.485,49	11.402.623,04
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	222.869.321,71	105.870.390,50	222.869.321,71	105.870.390,50
Inexigibilidade	1.392.084,32	1.555.407,02	1.392.084,32	1.555.407,02
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	4.388,65	3.710,47	4.388,65	3.710,47
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	4.035.429,62	212.073,19	4.035.429,62	212.073,19
Diárias	342.334,50	186.714,50	342.334,50	186.714,50
Não se Aplica	797.976,49	517.361,04	797.976,49	517.361,04

12.1.4 DESPESAS POR NATUREZA, GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**QUADRO – 60 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR NATUREZA E GRUPO DE DESPESA**

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	4.035.429,62	5.043.319,44	4.035.429,62	5.043.319,44	0,00	0,00	3.728.546,73	4.695.953,85
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	495.917,32	546.658,58	495.917,32	546.658,58	0,00	0,00	457.262,28	502.995,23
Obrigações Patronais	2.945.549,42	3.347.298,01	2.945.549,42	3.347.298,01	0,00	0,00	2.677.321,57	3.043.595,77
Depósitos Compulsórios	80.693,90	212.073,19	80.693,90	212.073,19	0,00	0,00	80.693,90	212.073,19
Sentenças Judiciais	513.268,98	933.571,16	513.268,98	933.571,16	0,00	0,00	513.268,98	933.571,16
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	37.622.985,32	37.543.434,81	32.115.388,38	29.997.353,01	5.507.596,94	7.546.081,80	31.350.099,69	28.428.976,07
Diárias	342.334,50	186.714,50	342.334,50	186.714,50	0,00	0,00	342.334,50	186.714,50
Material de Consumo	710.255,04	0,00	694.313,47	0,00	15.941,57	0,00	663.870,24	0,00
Material de Distribuição Gratuita	28.877.216,74	29.722.218,98	23.594.013,62	22.480.338,83	5.283.203,12	7.241.880,15	23.243.688,21	21.141.986,54
Passagens e Despesas com Locomoção	239.464,19	229.983,39	239.464,19	229.983,39	0,00	0,00	226.717,69	229.983,39
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	52.983,64	66.306,68	52.983,64	66.306,68	0,00	0,00	29.424,63	66.306,68
Locação de Mão-de-Obra	1.732.523,55	1.946.709,30	1.732.523,55	1.942.709,30	0,00	4.000,00	1.625.669,26	1.882.701,08
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.797.150,83	5.003.635,60	4.588.698,58	4.780.473,95	208.452,25	223.161,65	4.362.695,93	4.610.953,03
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	283.968,99	372.298,05	283.968,99	295.258,05	0,00	77.040,00	268.611,39	294.762,54
Sentenças Judiciais	523.180,38	6.906,06	523.180,38	6.906,06	0,00	0,00	523.180,38	6.906,06
Indenizações e Restituições	63.907,46	8.662,25	63.907,46	8.662,25	0,00	0,00	63.907,46	8.662,25
4 – Investimentos	189.877,73	24.655,90	15.010,50	17.905,90	174.867,23	6.750,00	14.843,77	15.469,90
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	189.877,73	24.655,90	15.010,50	17.905,90	174.867,23	6.750,00	14.843,77	15.469,90
5 – Inversões Financeira	193.784.879,11	81.968.115,86	181.515.067,47	76.249.519,97	12.269.811,64	5.718.595,89	180.619.949,56	75.574.902,23
Aquisição de Produtos para Revenda	193.784.879,11	81.968.115,86	181.515.067,47	76.249.519,97	12.269.811,64	5.718.595,89	180.619.949,56	75.574.902,23
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	235.633.171,78	124.579.526,01	217.680.895,97	111.308.098,32	17.952.275,81	13.271.427,69	215.713.439,75	108.715.302,05

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 24,98%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do aumento das despesas com pagamentos de Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios.

QUADRO - 61 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DETALHADA DO GRUPO 1

31900801	AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	3.718,50
31901101	VENCIMENTOS E SALARIOS	505.694,14
31901143	13. SALARIO	40.964,44
31901301	FGTS	709.157,35
31906703	DEPOSITOS PARA RECURSOS	212.073,19
31909132	SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	925.426,07
31911302	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	2.035.617,60
31911304	CONTRIBUICAO DE SALARIO-EDUCACAO	233.577,90
31911309	SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	368.945,16
31919132	SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	8.145,09
TOTAL		5.043.319,44

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$37.543.434,81, com decréscimo de 0,21% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da não realização de aquisições de Material de Consumo e da redução dos pagamentos com Sentenças Judiciais Cíveis e Indenizações e Restituições. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

QUADRO - 62 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DETALHADA DO GRUPO 3

33901414	DIARIAS NO PAIS	186.714,50
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	101.722,11
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	85,20
33903004	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	60.986,54
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	12.705,54
33903009	MATERIAL FARMACOLOGICO	187,46
33903011	MATERIAL QUIMICO	267.445,50
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	35.188,42

33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	13.883,18
33903019	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	185,29
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.675,31
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	13.237,76
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	691,20
33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	36.526,46
33903025	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	35.908,20
33903026	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	13.574,21
33903028	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	1.858,29
33903039	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	18.685,49
33903042	FERRAMENTAS	789,80
33903044	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	350,00
33903050	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	716,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	14,00
33903205	MERCADORIAS PARA DOACAO	584.418,93
33903206	INSS - PRODUTOR RURAL	167.745,88
33903211	MERC.P/DOACAO-AGRIC.FAMILIAR-PJ-COMPRA DIRETA	4.020.241,60
33903212	MERC.P/DOACAO - AGRIC.FAMILIAR - CPR ESPECIAL	17.707.932,42
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	13.648,69
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	207.771,12
33903308	PEDAGIOS	8.480,58
33903396	PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO-PAGTO ANTECIPADO	83,00
33903630	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS	66.306,68
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	427.382,89
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	99.224,48
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	1.416.058,77
33903736	MULTAS INDEDUTIVEIS	19,55
33903737	JUROS	23,61
33903901	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	3.516,62
33903903	COMISSOES E CORRETAGENS	68.596,60
33903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	80.741,19
33903906	CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	586.618,39
33903909	ARMAZENAGEM	795.700,13
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	34.677,90
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	63.052,92
33903918	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	80,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	24.403,63
33903920	MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	2.508,00
33903936	MULTAS INDEDUTIVEIS	3.876,62
33903937	JUROS	546,83
33903940	PROGRAMA DE ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	682.134,37

33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	867,00
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	867.414,72
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	28.837,48
33903946	SERVICOS DOMESTICOS	1.978,20
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	36.226,74
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	22.304,60
33903950	SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	345.329,79
33903951	SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS	8.855,90
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	120.777,02
33903959	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	190,00
33903963	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	382,00
33903965	SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	165.292,73
33903966	SERVICOS JUDICIARIOS	4.450,64
33903969	SEGUROS EM GERAL	9.529,42
33903973	TRANSPORTE DE SERVIDORES	26.580,00
33903974	FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	67.613,57
33903976	CLASSIFICACAO DE PRODUTOS	7.610,51
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	96.780,48
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	846,30
33904702	IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URBANA-IPTU	65.990,17
33904705	IMPOSTO S/ PROPR.DE VEICULOS AUTOMOTORES- IPVA	3.997,60
33904707	IMPOSTO S/ CIRC. DE MERCAD. E SERVICOS - ICMS	775,71
33904708	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA- ISSQN	38.048,20
33904710	TAXAS	12.484,46
33904718	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	19.019,02
33904722	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA	2.664,61
33909101	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO	6.906,06
33909302	RESTITUICOES	8.204,03
33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35,00
33909311	RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES	423,22
33913966	SERVICOS JUDICIARIOS	5.737,69
33914718	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	14.276,08
33914720	OBRIGACOES PATRONAIS S/ SERV. PESSOA JURIDICA	138.002,20
TOTAL		29.997.353,01

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim

como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 87,01% nas despesas empenhadas, devido principalmente aos baixos investimentos nas unidades armazenadoras.

QUADRO – 63 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DETALHADA DO GRUPO 4

44905204	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	6.395,00
44905230	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.447,00
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.950,00
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.198,00
44905234	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.479,90
44905248	VEICULOS DIVERSOS	2.436,00
TOTAL		17.905,90

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 57,70%, passando de R\$193.784.879,11 para R\$81.968.115,86.

QUADRO - 64 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DETALHADA DO GRUPO 5

45906204	GARANTIA DE PRODUTOS ARMAZENADOS	351.787,50
45906211	AQUISICAO MERC.P/REVENDA- EST.REGULADORES(PJ)	14.163.139,78
45906212	AQUISICAO MERC.P/REVENDA- EST.REGULADORES(PF)	23.406.752,19
45906221	CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	11.514,47
45906224	EMBALAGENS	445.795,43
45906251	ARMAZENAGEM	29.188.845,59
45906257	COMISSOES E CORRETAGENS	2.446.862,91
45906264	SERVICOS DE TERCEIROS	94.324,66
45906272	INSS - ARMAZENAGEM	557,61
45906295	TAXAS E PEDAGIOS	1.187,48
45906296	TRANSPORTES, ENCOMENDAS, CARRETOS E FRETES	3.977.319,15
45916272	INSS - ARMAZENAGEM	1.661,84
45906226	MERCADORIAS P/REVENDAS- AGRICULT.FAMILIAR(PJ)	2.159.771,36

TOTAL	76.249.519,97
--------------	----------------------

12.1.5 - PROGRAMAS E AÇÕES

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional do Paraná estão inseridas em 13 Ações, contempladas nos três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por

transferências orçamentárias/financeiras.

12.1.5.1 PROGRAMAS

12.1.5.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos - PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções - BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

12.1.5.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política

agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

12.1.5.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.

12.1.5.2 – AÇÕES DOS PROGRAMAS EXECUTADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

CÓDIGOS	HISTÓRICO
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
20CW	Assistência Médica aos Servidores – Exames Periódicos
2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
4702	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
2130	Formação de Estoques Públicos
2272	Gestão e Administração do Programa
2829	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
8579	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4711	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
------	---

12.1.5.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Descrição:** Concessão de benefício para assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

QUADRO - 65 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação (%)2010/2011
	2.009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	346.000,00	383.050,00	425.000,00	10,95
Execução Orçamentária	345.728,78	381.948,50	424.933,06	11,25
Índice	99,92	99,71	99,98	
Meta Física	450	460	460	
Execução Física	438	467	462	1,08
Índice	97,33	101,52	100,63	100,43
Despesa/Empregado	789,33	817,88	919,77	12,46
FONTE: SIAFI, SUPOR e GESAS				

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes para os exercícios de:

1. 2009 foram alocados recursos orçamentários na ordem de R\$346.000,00, sobre os quais foram realizadas despesas num montante de R\$345.728,78, correspondendo 99,92% da dotação orçamentária disponibilizada.
2. 2010 foram aprovados recursos orçamentários de R\$383.050,00, dos quais foram utilizados R\$381.948,50, correspondendo uma aplicação em relação ao orçado de 99,71 %.
3. 2011 dos R\$425.000,00 de recursos orçamentários aprovados para o exercício, foram aplicados R\$424.933,06, atingindo-se 99,98 % da meta estabelecida.

QUADRO – 66 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2009	-	11.546,40	330.145,70	2.886,60	1.150,08	345.728,78
2010	-	52.983,64	317.507,40	10.852,93	604,53	381.948,50
2011	-	66.306,68	345.329,79	13.261,59	35,00	424.933,06

FONTE: SIAFI

Destaque-se que:

1. o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal para os empregados. A sua participação é calculada de acordo com o nível salarial, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), até o limite da sua margem mensal consignável.

2. Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8 da Portaria MTB n.º 3.214/78, no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições e no Parágrafo 10º da Cláusula Décima Terceira do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2007/2009. Saliente-se que os recursos orçamentários e financeiros destinados a suprirem as despesas desta ação estão agregados no demonstrativo acima, muito embora as informações sobre as “metas e execução Física” e os “Indicadores de Desempenho” estejam destacados na ação (20CW) ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS descritos no item 12.1.5.2.2.

Conforme informações destacadas no quadro abaixo, observa-se que os 134 empregados lotados no âmbito da jurisdição da SUREG-PR em 2011, dispõem de 453 dependentes, sendo 296 dependentes típicos (filhos, cônjuge e companheiro) e 23 dependentes atípicos (pai e mãe).

QUADRO - 67 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS DO SAS

Unidades	Nº de Empregados	Nº Dependentes		
		Típicos	Atípicos	Total
Sede	61	136	14	211
UF Curitiba	9	14	0	23
UA Ponta Grossa	34	90	8	132
UA Apucarana	7	19	1	27
UA Cambé	11	19	0	30
UA Rolândia	10	11	0	21
Cedida	2	7	0	9
Total	134	296	23	453

Fonte: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Além da garantia da assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove campanha de vacinação contra a gripe aos empregados e seus dependentes.

QUADRO – 68 - DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO A VACINAÇÃO CONTRA GRIPE

Beneficiários do SAS	Beneficiários Atendidos	% de Atendimentos
211	78	37
23	8	35
132	88	67
27	17	63
30	21	70
21	13	62
9	0	0
453	225	50

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Até 2008, a metodologia adotada pela Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado e mais quatro dependentes. A partir de 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, motivando que a meta ficasse abaixo das previsões de atendimentos efetuados pela Companhia. Em consequência, a variação na metodologia de estimativa da meta física provocou variação no resultado apurado neste indicador

Em 2011, a Campanha de Vacinação contra a Gripe realizou 225 atendimentos, perfazendo um total de 50% do número total de beneficiários do SAS. A adesão à campanha é voluntária.

QUADRO - 69 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2009				97,33
2010				101,52
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,43

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2009				99,92
2010				99,71
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,98

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2009				789,34
2010				817,88
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	919,77

12.1.5.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

- **Descrição:** Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

QUADRO- 70- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Variação % 2010/2011
	2010	2011	
Dotação Orçamentária Inicial	-	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	0,00	0,00	-
Execução Orçamentária	-	-	-
Índice	-	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	170	115	67,65
Execução Física	157	13	8,28
Índice	92,35	11,30	-

Fonte: Geare e Gebem

A baixa dotação orçamentária aprovada para na LOA/2010 e 2011 para esta Ação, para atender as despesas com os exames médicos obrigatórios, motivou que os exames foram custeados com dotação orçamentária da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, conforme descrito na ação 2204 – item 12.1.5.2.1, fato este, que no caso do Paraná, não ter recebido dotação orçamentária, apenas meta física de atendimento a empregados.

QUADRO - 71 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				92,35
2011	Meta:	100,00	Realizado	11,30

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				-
2011	Meta:	100,00	Realizado	-

12.1.5.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

QUADRO - 72 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	586.000,00	655.000,00	700.000,00	6,87
Execução Orçamentária	585.786,55	654.356,99	682.134,34	4,24
Índice	99,96	99,90	97,45	
Meta Física	110	110	117	6,36
Execução Física	115	121	129	6,61
Índice	104,55	110,00	110,26	
Despesa/Empregado	5.093,80	5.407,91	5.287,86	2,26

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEBEM

Os aumentos ocorridos na dotação orçamentária disponibilizada e na execução orçamentária verificada no período de 2010 a 2011, deveu-se ao aumento do valor de face e a variação de beneficiários atendidos.

**QUADRO - 73 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS POR BENEFICIO
CONCEDIDO – 2010**

Unidades	100% Vale Refeição	100% Vale Alimentação	50% Alim/50% Refeição	Total
Sede	1	43	13	57
UF Curitiba	1	6		7
UA Paranaguá	0	0		0
UA Ponta Grossa	1	31		32
UA Apucarana	0	6		6
UA Cambé	0	9		9
UA Rolândia	0	9		9
Cedida	0	1		1
Total	3	105	13	121

**QUADRO - 74 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS POR BENEFICIO
CONCEDIDO - 2011**

Unidades	100% Vale Refeição	100% Vale Alimentação	50% Refeição/50% Alimentação	Total
Sede	1	43	10	61
UF Curitiba	1	7		8
UA Ponta Grossa	0	31		32
UA Apucarana	1	6		6
UA Cambé	0	11		11
UA Rolândia	0	10		10
Cedida	0	2		2
Total	3	110	17	130

QUADRO - 75 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				104,55
2010				110,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	110,26

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				5.093,80
2010				5.407,91
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.287,86

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				99,96
2010				99,90
2011	Meta:	100,00	Realizado	97,45

12.1.5.2.4 - (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa

QUADRO - 76 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001				
Discriminação	Metas			Variação % 2010/2011
	2.009	2010	2011	
Execução Orçamentária	149.471,15	164.822,40	200.104,98	21,41
Valor Liquidado na SUREG	-	-	-	-
Valor Liquidado na Matriz	149.471,15	164.822,40	200.104,98	21,41
Meta Física – servidor beneficiado	101	100	94	6,38
Execução Física	97	97	105	8,25
Índice	96,04	97,00	111,70	
Custo por empregado	1.540,94	1.699,20	1.905,76	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEBEM

QUADRO - 77 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS

Unidades	Empregados	
	Não Beneficiados	Beneficiados
Sede	0	59
UF Curitiba	0	10
UA Ponta Grossa	17	19
UA Apucarana	3	4
UA Cambé	0	11
UA Rolândia	3	7
Cedido	0	2
Total	23	112

**A EXECUÇÃO DESTA AÇÃO É EFETIVADA ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO
PROCESSADA PELA MATRIZ**

QUADRO - 78 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				97,00
2010				97,00
2011	Meta:	100	Realizado	111,70

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				1.540,94
2010				1.699,20
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.905,76

12.1.5.2.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.

QUADRO - 79 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras				
PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2.009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	5.000,00	12.000,00	170.000,00	1.417
Execução Orçamentária	1.502,49	9.812,66	6.271,68	56
Índice	30,05	81,77	3,69	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	-	-	3.313	-
Execução Física	15	341	97	352
Índice	-	-	341,55	-
Custo por Unidade Cadastrada	100,17	28,78	64,66	

FONTE: SUPOR/GECAD/SIAFI

Apesar da SUREG-PR não estar incluída no programa de recadastramento de armazéns para 2010, foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$12.000,00 objetivando a realização de novos cadastramentos e recadastramentos, dos quais foram executados R\$9.812,66, correspondendo a 81,77% do inicialmente orçado, na realização de 341 cadastros.

As solicitações de novos cadastramentos são atendidas quando da realização das fiscalizações dos estoques públicos, utilizando-se, também, os empregados lotados nas Unidades Armazenadoras, tendo em vista a SUREG-PR não possuir efetivo suficiente para atender a demanda.

Com a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns - SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem - SCA ocorrida 2008, o projeto de descentralização da atualização do cadastro da Matriz para as Superintendências Regionais ocorreu no exercício de 2010.

**QUADRO - 80 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011**

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
2009	1.203,00	234,89	64,60	-	1.502,49
2010	6.768,00	1.756,86	1.287,80	-	9.812,66
2011	3.008,00	1.095,02	2.168,66	-	6.271,68

Fonte: SIAFI

Embora em 2011 tenha ocorrido uma sensível redução no número de Unidades cadastradas, em relação a 2010, os números globais, demonstrados nos quadros abaixo, não traduzem maiores alterações, mantendo-se nos mesmos níveis de 2010

**QUADRO - 81 - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ESTÁTICA CADASTRADA
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011**

Situação	2009					
	Convencional		Granel		Total	
	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
Credenciados	40	154.882	111	2.058.764	151	2.213.646
Descredenciados	5	32.691	1	2.060	6	34.751
Aptos s/ Contrato	105	332.764	99	1.240.281	204	1.573.045
Impedidos	873	2.980.983	944	6.904.403	1.817	9.885.386
Impedidos no SICAF	541	1.911.162	713	10.195.855	1.254	12.107.017
Cadastrados	1.564	5.412.482	1.868	20.401.363	3.432	25.813.845

Fonte: GECAD

Situação	2010					
	Convencional		Granel		Total	
	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
Credenciados	47	175.617	66	1.034.743	113	1.210.360
Descredenciados	50	194.679	38	587.077	88	781.756
Aptos s/ Contrato	80	201.235	79	722.653	159	923.888
Impedidos	843	2.706.367	956	6.949.490	1.799	9.655.857
Impedidos no SICAF	585	2.233.331	804	12.522.575	1.389	14.755.906
Cadastrados	1.605	5.511.229	1.943	21.816.538	3.548	27.327.767

FORNTE:GECAD

Situação	2011					
	Convencional		Granel		Total	
	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
Credenciados	271	1.228.670	431	7.541.422	702	8.770.092
Descredenciados	58	208.552	38	691.940	96	900.492
Aptos s/ Contrato	890	2.791.845	1.004	7.522.528	1.894	10.314.373
Impedidos	17	94.814	31	627.878	48	722.692
Impedidos no SICAF	379	1.165.300	460	6.024.032	839	7.189.332
Cadastrados	1.615	5.489.181	1.964	22.407.800	3.579	27.896.981

FORNTE:GECAD

Em 2009 foram emitidos 224 Contratos de Depósito;

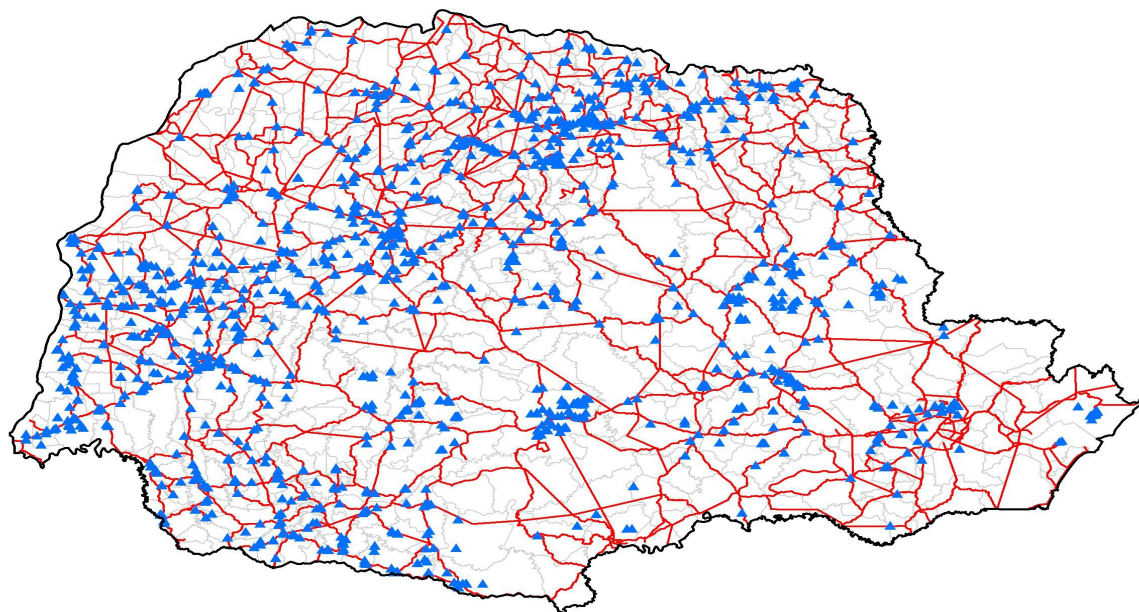
Em 2010 formalizou-se:

1. 143 Termos Aditivos aos Contratos de Depósito, adequando-os à Cláusula 27.^a, que disciplina a apresentação de garantias aos produtos armazenados;
2. 66 Contratos de Depósito

Em 2011 foram emitidos:

1. 19 Contratos de Depósito;
2. 149 Termos Aditivos aos Contratos de Depósito;
3. 01 Termo de Rescisão Contratual

FIGURA – 82 -DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA REDE ARMAZENADORA DO ESTADO DO PARANÁ

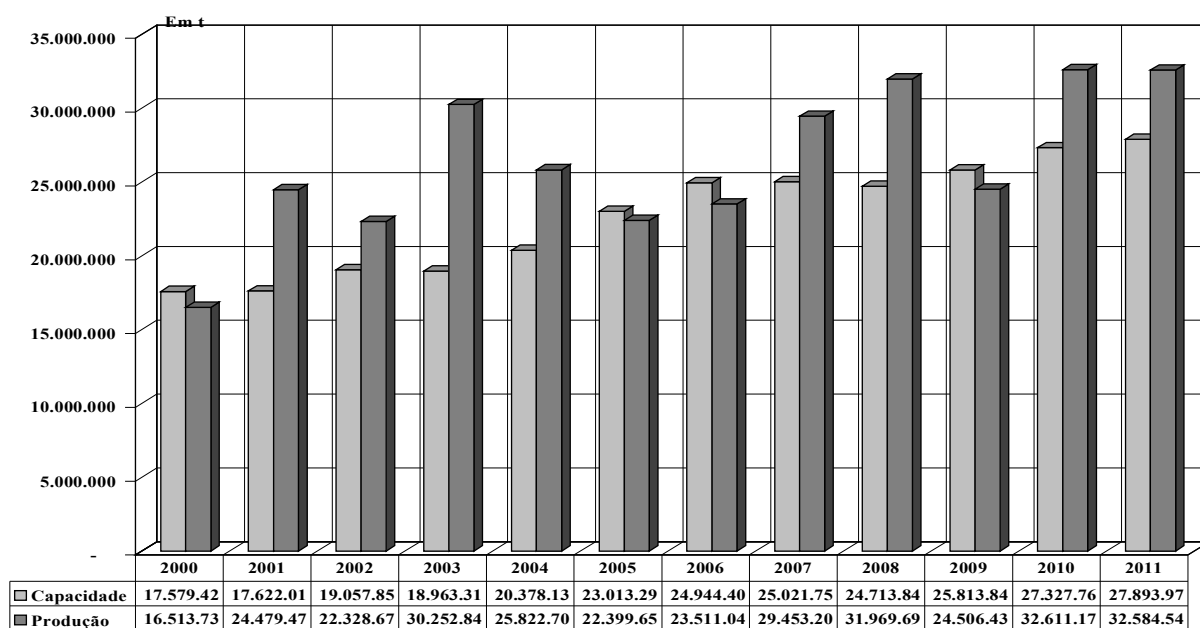


Legenda

- ▲ Armazéns
- Rodovias
- Limite de Municípios
- Limite de Estado

Elaboração: GEOTE

FIGURA - 83 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE ESTÁTICA E A PRODUÇÃO AGÍCOLA NO ESTADO DO PARANÁ



QUADRO - 84 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2011	Meta:	100,00	Realizado	2,93

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2009				30,05
2010				81,77
2011	Meta:	100,00	Realizado	3,69

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2009				100,17
2010				28,78
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	64,66

12.1.5.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos, e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

QUADRO - 85 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares				
PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	122.000,00	190.000,00	150.000,00	26,67
Execução Orçamentária	121.347,31	166.231,04	133.092,39	24,90
Índice (%)	99,47	87,49	88,73	101,42
Meta Física – fiscalização realizada	320	850	705	20,56
Execução Física	436	1.619	721	124,55
Índice (%)	136,25	190,47	102,27	-

FONTE: SIAFI, GEFIS e GEVEP

A partir do exercício de 2009 a meta estabelecida para esta ação mudou de toneladas fiscalizadas para unidades fiscalizadas (produtor, unidade armazenadora, cooperativa, etc). sendo disponibilizado recursos na ordem de R\$122.000,00 e executado R\$121.347,31.

O aumento dos dispêndios em 2010 em relação aos executados no exercício de 2009 deveu-se, basicamente, ao aumento das fiscalizações objetivando as aquisições de produtos e o acompanhamento das remoções.

Em 2011 ocorreu fato inverso ao verificado em 2010 em relação a 2009 foi motivado pela redução do volume de produtos fiscalizados e, conseqüentemente, a redução do numero de entidades visitadas.

QUADRO - 86 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011

Exercícios	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros	
				Pessoa Jurídica	
2009	54.924,00	15.872,15	50.486,16	65,00	121.347,31
2010	49.745,00	5.880,77	110.519,57	85,70	166.231,04
2011	58.496,00	13.859,66	60.584,28	152,45	133.092,39

Fonte: SIAFI

QUADRO - 87 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2009				311,25
2010				190,47
2011	Meta:	100,00	Realizado:	102,27

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de I				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2009				99,47
2010				87,49
2011	Meta:	100,00	Realizado:	88,73

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,01

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2009				0,01
2010				0,01
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,01

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2009				267,18
2010				118,59
2011	Meta:	100,00	Realizado:	109,33

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2009				0,09
2010				0,03
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,04

12.1.5.2.7 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGÁ e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

QUADRO - 88 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001

Discriminação	Exercícios			Variação (%)
	2009	2010	2011	2010/2011
Dotação orçamentária(a)	500.000.000,00	250.000.000,00	179.599.000,00	39,19
Execução orçamentária	452.669.042,46	192.610.188,79	74.089.748,61	160,00
Índice	90,53	77,04	41,25	
Meta Física – produto adquirido (ton)	770.000	700.000	500.000	40,00
Execução Física	760.808	357.933	43.480	12,15
Índice	98,81	51,13	8,70	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEFOC

a) Aquisição de Produtos

Na execução da Ação foram gastos:

1. R\$452.669.042,46, em 2009, correspondendo a aquisição de 760.808 t de produtos embalados em

9.074.444 unidades de sacaria;

2. R\$192.610.188,79, em 2010, correspondendo a aquisição de 357.933 t de produtos embalados em 386.501 unidades de sacaria, ocorrendo uma redução na execução orçamentária e física em relação ao executado em 2009;

3. R\$74.089.748,61, em 2011, correspondendo a aquisição de 43.480 t de produtos embalados em 367.382 unidades de sacaria, ocorrendo uma redução na execução orçamentária e física em relação ao executado em 2010.

**QUADRO - 89 – COMPOSIÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS
AQUISIÇÕES DE PRODUTOS
EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011**

Natureza da Despesa Detalhada	2009	2010	2011
Garantia de Produtos Armazenados			351.787,50
Aquisição de mercadorias para revenda	420.926.373,37	137.301.808,62	37.569.891,97
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	0,00	137.863,70	11.514,47
Embalagens	0,00	0,00	445.795,43
COFINS	0,00	0,00	
PASEP	0,00	0,00	
Armazenagem	21.319.632,46	50.352.668,15	29.188.845,59
Seguros em geral	0,00	0,00	
Comissões e corretagens	434.845,44	625.196,13	2.446.862,91
ICMS	0,00	0,00	
ISS	0,00	0,00	
Serviços gráficos	6.720,00	0,00	
INSS-Produtor rural	8.739.099,35	2.552.352,43	
Encargos financeiros	0,00	0,00	
Serviços de terceiros	974.783,75	470.808,35	94.324,66
Ensaque e reensaque	0,00	0,00	
INSS-Armazenagem	0,00	0,00	2.219,45
Análises laboratoriais	0,00	0,00	
Taxas e pedágios	0,00	1.465,20	1.187,48
Transportes, encomendas, carretos e fretes	267.588,09	1.168.026,21	3.977.319,15
Editais e publicações	0,00	0,00	
Total	452.669.042,46	192.610.188,79	74.089.748,61

**QUADRO - 90– COMPARATIVO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS
EXERCÍCIOS DE 2009 A 2011**

Exercícios	Produtos	AGF	Contrato de Opção	Total
		Quantidades (t)	Quantidades (t)	Quantidades (t)
2009	Café	-	659	659
	Fécula	1.087	-	1.087
	Feijão	82.187	-	82.187
	Milho	-	412.371	412.371
	Trigo	5.200	259.304	264.504
	Totais	88.474	672.334	760.808
	Sacaria	1.485.444	7.589.000	9.074.444
	Totais	1.485.444	7.589.000	9.074.444
2010	Café		1.268	1.268
	Feijão	20.826		20.826
	Milho	108.082		108.082
	Trigo	227.757		227.757
	Totais	356.665	1.268	357.933
	Sacaria	365.371	21.130	386.501
	Totais	365.371	21.130	386.501
2011	Feijão	20.980		20.980
	Trigo	22.500		22.500
	Totais	43.480		43.480
	Sacaria	367.382		367.382
	Totais	367.382		367.382

Das operações de aquisições efetivadas através da AGF nos exercícios de 2009 a 2011, destacam-se as de:

1. feijão em 2009 e 2011;
2. trigo em 2010 e 2011
3. milho em 2010.

Das operações realizadas, no período de 2009 a 2011, através do instrumento Contrato de Opção destacaram-se as de:

1. café em 2010;
2. milho e trigo em 2009.

Destaque-se que as quantidades e valores da sacaria, envolvidas nas operações com produto ensacado (café e feijão), referem-se a indenização feita pela Conab aos vendedores dos produtos.

Saliente-se que os valores referentes as operações de compra são efetuadas considerando-se o valor do produto (preço mínimo ou preço de opção), acrescidos do da sacaria.

As compras ocorreram em função da conjuntura de mercado dos produtos amparados pelo governo, naquelas oportunidade em que as quantidades produzidas foram superiores à demanda do mercado gerando, conseqüentemente, uma redução dos seus preços os quais ficaram abaixo do Preço Mínimo.

Para maiores informações:

1. Sobre a conjuntura dos produtos agropecuários, no Estado do Paraná, sugerimos o acesso ao site: www.Conab.gov.br – Mapa do Site – Superintendências Regionais - Paraná – conjunturas Agropecuárias;
2. Sobre os preços mínimos, resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial, deve-se acessar o site: www.Conab.gov.br – Manual de Operações – MOC – Título correspondente ao produto a ser consultado.

QUADRO - 91 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2009				98,81
2010				51,13
2011	Meta:	100,00	Resultado:	8,70

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2009				90,53
2010				77,04
2011	Meta:	100,00	Resultado:	41,25

12.1.5.2.8 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

QUADRO - 92 -DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(2272) Gestão e Administração do Programa				
PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	13.875.000,00	8.171.000,00	9.095.000,00	11,31
Pessoal	9.435.000,00	3.457.000,00	3.905.000,00	12,96
Custeio	4.400.000,00	4.708.000,00	5.170.000,00	9,81
Investimentos	40.000,00	6.000,00	20.000,00	33,33
Execução Orçamentária	13.788.303,90	8.167.605,52	8.988.184,67	10,07
Pessoal	9.434.401,32	3.455.365,82	3.897.675,09	12,80
Custeio	4.324.212,11	4.707.003,80	5.077.717,58	7,88
Investimentos	29.690,47	5.235,90	12.792,00	44,31
Índice	99,38	99,96	98,83	

Fonte: SUPOR e SIAFI

QUADRO - 93 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Discriminação	Exercícios		
	2009	2010	2011
Pessoal	9.434.401,32	3.455.365,82	3.897.675,09
Outros benefícios assistenciais	10.050,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.741.400,30	495.917,32	546.658,58
Obrigação patronais	559.831,37	2.945.549,42	3.347.298,01
Outras despesas variáveis	244.090,94	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	13.899,08	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	3.183,08	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	1.875.725,01	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	120,62	0,00	0,00
Custeio	4.324.212,11	4.707.003,80	5.077.717,58
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00
Diárias	114.694,00	150.625,50	60.631,50
Material de consumo	589.196,91	465.100,53	0,00
Passagens e Despesas com locomoção	39.415,64	33.048,71	125.623,00
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	0,00	0,00	0,00
Locação de mão-de-obra	1.312.626,50	1.732.523,55	1.942.709,30
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	2.129.045,22	2.070.219,05	2.684.459,97
Obrigações tributárias e contributivas	0,00	98.475,62	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	13.683,30	63.092,93	8.204,03
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	125.550,54	93.917,91	256.089,78
Investimentos	29.690,47	5.235,90	12.792,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	29.690,47	5.235,90	12.792,00
Total	13.788.303,90	8.167.605,52	8.988.184,67

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, de 2009 em relação aos exercícios posteriores, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada pelas Regionais.

QUADRO - 94 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2009				99,38
2010				99,96
2011	Meta:	100,00	Realizado	98,83

12.1.5.2.9 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras

A SUREG-PR possui sob a sua jurisdição, em operação, seis Unidades Armazenadoras, compostas por 13 armazéns, com capacidade estática total de 579.900 toneladas, a saber:

QUADRO - 95 – DEMONSTRATIVO DOS ARMAZÉNS PRÓPRIOS, POR UNIDADE ARMAZENADORA, LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
AF-Curitiba	1	3.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguara, n.º 52
	1	1.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguara, n.º 52
Apucarana	1	54.500	Convencional	BR 376, Km 05 Rodovia do Café
Cambé	1	25.800	Silo	Rua Belo Horizonte, n.º 2.726
Paranaguá	1	20.300	Convencional	Av. Cel. José Lobo, n.º 939
Ponta Grossa	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	20.000	Silo Cônico	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
Rolândia	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	55.300	Convencional	Rua Tapajós, n.º 761
Total	13	579.900	-	-

FONTE: SUREG-PR/GEOPE/SEOPE

Saliente-se que a Unidade Armazenadora de Paranaguá teve suas atividades encerradas, por alienação do imóvel, no mês de julho/2010.

**QUADRO - 96 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns				
PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2009	2.010	2.011	
Dotação Orçamentária	1.155.000,00	620.000,00	4.058.939,86	654,67
Despesas Correntes	320.000,00	430.000,00	911.000,00	211,86
Despesas de Capital	835.000,00	190.000,00	3.147.939,86	1.656,81
Execução Orçamentária	1.034.103,60	354.271,53	35.143,90	9,92
Despesas Correntes	273.121,49	344.496,93	30.030,00	8,72
Despesas de Capital	760.982,11	9.774,60	5.113,90	52,32
Restos a Pagar	102.904,82	256.422,50		0,00
Execução Total	1.137.008,42	610.694,03	35.143,90	5,75
Índice	98,44	98,50	0,87	
Meta Física – unidade modernizada	6	4	5	125,00
Execução Física	5	5	5	100,00
Índice	83,33	125,00	100,00	

Fonte: SUPOR e SIAFI

Embora se tenha atingido as metas programadas para os exercícios de 2009 e 2010, vale considerar que as reduções nas despesas de capital (investimentos), cederam lugar a concentração, ante a necessidade, às constantes manutenções preventivas dos equipamentos operacionais, necessários à movimentação e guarda de produtos e das instalações físicas, não só devido ao longo período de uso, mas, também, de modernização e atualização às novas tecnologias.

**QUADRO - 97 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS**

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Unidades	Exercícios/Despesas (R\$)								
	2.009			2.010			2011		
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Sureg	-	221.203	221.203	-	-	-	-	-	0
Cambé	-	-	-	154.315	5.469	159.784	23.820	-	23.820
Ponta Grossa	250.459	96.759	347.218	202.108	152.295	354.403	-	-	0
Apucarana	9.980	-	9.980	7.150	19.737	26.887	-	-	0
Paranaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AF-Curitiba	49.798	-	49.798	48.147	-	48.147	-	-	0
Rolândia	65.789	443.020	508.809	14.332	7.141	21.473	6.210	5.114	11.324
Total	376.026	760.982	1.137.008	426.052	184.642	610.694	30.030	5.114	35.144

FONTE: SUPOR e SIAFI

QUADRO - 98 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2009				83,33
2010				125,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2009				98,44
2010				98,50
2011	Meta:	100,00	Realizado	0,87

12.1.5.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

QUADRO - 99 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar		
PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001		
Descrição	Exercícios	
	2009/2010	2011
Dotação Orçamentária	(*)	3.000,00
Execução Orçamentária	(*)	2.374,06

Índice	(*)	79,14
(*) Não ocorreram Despesas nos exercícios em questão		
FONTE: SIAFI		

QUADRO - 100 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

Anos	Elementos de Despesas					Totais
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-
2011	1.462,50		911,56			2.374,06

QUADRO - 101 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas			
Descrição: Percentual de informações geradas e disponibilizadas			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA			
Fonte: X = Geint e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Realizado

Nome: Número de Séries Estatísticas Disponíveis			
Descrição: Quantidade de séries estatísticas, atuais e históricas, que são disponibilizadas ao público em geral			
Objetivo: Acompanhar a evolução da base de dados quanto a incorporação de novos dados e informações			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Quantidade			
Meta: 8.000 séries (rever)			
Fórmula de Cálculo: N.º de séries que compõe o banco de dados			
Variáveis: -			
Fonte: Suinf/Geint			
Base geográfica: Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Realizado

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	79,14

12.1.5.2.11 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

QUADRO - 102 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIO DE 2009 a 2011

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	70.000,00	60.000,00	36.000,00	66,67
Execução Orçamentária	67.272,70	58.463,91	34.590,98	69,01
Índice	96,10	97,44	96,09	
Meta Física	149	105	146	39,05
Execução Física	183	94	335	256,08
Índice	122,82	89,52	229,45	
Despesa/Empregado	367,61	621,96	103,26	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GESAS

Conforme demonstrado no quadro acima embora tenha ocorrido, no período de 2009 a 2011, cortes nos recursos disponibilizados para treinamento dos empregados lotados na SUREG-PR, tal fato não influenciou na “Execução Física” de 183 treinandos no exercício de 2009 para 335 no de 2011.

QUADRO - 103 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2009				122,82
2010				89,52
2011	Meta:	100,00	Realizado	229,45

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2009				96,10
2010				97,44
2011	Meta:	100,00	Realizado	96,09

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2009				367,61
2010				621,96
2011	Meta:	621,96	Realizado	103,26

12.1.5.2.12 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

QUADRO - 104 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras				
PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação %
	2.009	2.010	2.011	2010/2011
Dotação Orçamentária	70.000,00	70.000,00	60.000,00	16,67
Execução Orçamentária	56.200,59	66.940,16	49.999,05	33,88
Índice	80,29	95,63	83,33	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	11	100,00
Execução Física	12	12	11	100,00
Índice	100,00	100,00	100,00	-

FONTE: SUPOR/GEASA/SIAFI

QUADRO - 105 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

EXERCÍCIOS	DESPESAS (R\$)				TOTAL
	DIÁRIAS	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
2009	22.905,00	7.734,85	25.550,74	10,00	56.200,59
2010	30.152,50	9.424,90	27.332,76	30,00	66.940,16
2011	18.851,00	8.572,24	22.495,81	80,00	49.999,05

A Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a partir de 2007, firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade das safras de grãos, café e cana-de-açúcar.

A unificação das estimativas das safras era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam unicamente orientar a cadeia produtiva e o IBGE visava somente obter dados para fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra a segunda o ano civil, o que motivava diferenças entre os resultados.

Com a unificação dos trabalhos, os calendários dos levantamentos e das divulgações das pesquisas não mudaram, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

Para a efetivação do levantamento da safra de grãos no Paraná, a partir de 2008, a cada dois meses são feitas avaliações, por meio de viagens à campo, em quatro roteiros distintos. Para atualizar os dados coletados, nos meses subsequentes à essas viagens, são realizadas pesquisas complementares, feitas por meio de contatos telefônicos ou por e-mail, junto aos informantes cadastrados. Com essa metodologia, são realizadas no ano safra doze pesquisas para avaliação do tamanho e condições das safras de grãos no Estado.

Em 2010, especificamente no Estado do Paraná, foram realizadas quinze pesquisas de levantamento, sendo doze para safra de grãos e três para cana-de-açúcar.

A avaliação da cultura de cana-de-açúcar é processada em três períodos distintos, por meio de viagens a campo, em três roteiros diferentes. A primeira, entre os meses de março e abril, no início da safra, quando se iniciam os cortes dos canaviais para serem moídos pelas indústrias e destilarias integrantes do setor sucroalcooleiro. A segunda, entre os meses de julho e agosto, no meio da safra e a última no final da safra, nos meses de novembro e dezembro.

Quanto ao levantamento para a avaliação da safra de café, igualmente feita em três etapas, a participação da SUREG-PR é menos efetiva, em função da sua coordenação ser de responsabilidade da Matriz. O papel da SUREG é de suporte à pesquisa.

Para a realização dessas pesquisas de acompanhamento e avaliação de safra, durante todo o ano safra, os empregados da SUREG/PR visitam municípios produtores, previamente selecionados, entrevistando produtores rurais, agrônomos, técnicos de cooperativas, indústrias, destilarias, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados), Agentes Financeiros, etc.

Para maiores informações sobre essas tarefas realizadas no Estado do Paraná, consultar:

1. www.conab.gov.br – Mapa do Site – Superintendências Regionais - Paraná – conjunturas Agropecuárias;

2. www.conab.gov.br – Manual de Operações – MOC – Título correspondente ao produto a ser consultado

QUADRO - 106 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2009				80,29
2010				95,63
2011	Meta:	100,00	Realizado	83,33

12.1.5.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença Judicial Transitada em julgado.

QUADRO - 107 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista				
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001				
Discriminação	Exercícios			Variação % 2010/2011
	2.009	2010	2011	
Dotação Orçamentária	640.000,00	1.105.000,00	1.200.000,00	8,60
Execução Orçamentária	638.801,82	1.103.244,18	1.152.550,41	4,47
Índice	99,81	99,84	96,05	-

Fonte: SUPOR, SUMAJ e SIAFI

QUADRO - 108 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS EXERCÍCIOS DE 2009 a 2011

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Despesas Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2009	119.784,66	519.017,16	-	-	638.801,82

2010	80.693,90	499.369,90	-	523.180,38	1.103.244,18
2011	212.073,19	933.571,16		6.906,06	1.152.550,41

QUADRO - 109 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFIY= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da SUMAJ				
Resultados:				
2009				99,81
2010				99,84
2011	Meta:	100,00	Realizado	96,05

12.1.5.2.14 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**, a Matriz estabelece metas e objetivos na programação e planejamento da Conab, bem como as prioridades, consubstanciadas nas ações a seguir descritas e destacadas no quadro abaixo.

Salientamos que esta Regional para atuar como mera executora do estabelecido pela Matriz depende dos órgãos centrais de autorizações específicas para executar as tarefas de cada ação.

Destaque-se, que apenas na ação 2130 - Formação de Estoques Públicos, esta SUREG-PR opina sobre a oportunidade, ante a conjuntura do mercado de cada produto, da intervenção da Conab no mercado, porém, sempre na dependência da autorização da Matriz e dos repasse dos respectivos recursos necessários para custearem a execução das respectivas operações (compras, fiscalizações, remoções, etc)

Conforme demonstrado no quadro abaixo a SUREG-PR participa na execução das 12 ações destacadas no campo “observações”.

**QUADRO – 110 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES
REALIZADAS PELA UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (RS)	Dotação Realizada (RS)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	460	462	460	425.000,00	424.933,06
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	115	13	128	-	-
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	117	129	129	700.000,00	682.134,37
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	94	105	115	-	-
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	3313	97	3313	170.000,00	6.271,68
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	146	335	129	36.000,00	34.590,98
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	1.200.000,00	1.152.550,41
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	705	721	371	150.000,00	133.092,39
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	50000	43480	51509	180.000.000,00	74.089.748,61
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	9.005.000,00	8.988.184,67
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	3.000,00	2.374,06
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	5	5	5	4.058.939,86	35.143,90
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	60.000,00	49.999,05
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	-	-	-	-	-
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	-	-	-	-	-

Fonte: Supor/Geare

OBSERVAÇÃO: A descrição das execuções das ações em destaque constam dos itens 12.1.2.1 a 12.1.2.13 deste relatório

12.2. ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2007	3.402,17	153,80	731,00	2.517,37
2008	338,04			338,04
2009	31.162,22	9.366,64	3.152,76	18.642,82
2010	1.090.997,72	29.842,14	1.038.704,80	22.450,78
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
2010	12.482.341,61	7.465.612,58	5.016.729,03	

12.3 TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZADAS NO PERÍODO

As informações sobre este item constará no Relatório de Gestão da Matriz

12.4 TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS

As informações sobre este item constará no Relatório de Gestão da Matriz

12.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZA DO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMUL ADOS	PATRIM ÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇ ÃO MONET.D O CAPITAL	TRANSE. P/AUME NTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERV AS DE CAPITA L	RESERV A LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃ O DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	11.872.79 3,86	11.570.455,9 5	29.159.753, 94	302.328.22 1,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,7 2	8.063.857, 72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535, 61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756, 62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526, 78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252, 21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	12.386.3 20,64	11.570.455,9 5	44.541.368, 28	318.223.36 2,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567, 95	(40.246.567 ,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040, 38)	(3.036.040 ,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972, 51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567 ,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.54 8,63		(1.575.548, 63)	1.575.548, 63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855, 97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	13.961.8 69,27	51.817.023, 90	23.710.327, 86	339.214.43 8,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema

Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- 3. R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

=**Trabalhistas**: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

=**Tributárias**: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

=**Cíveis**: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos des-

favoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

=Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

=Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

=Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação

CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474

empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

Em R\$ mil

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

QUADRO – 111 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Governamental	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Total	100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-

Governamental	Ações em Tesouraria	-	-	-
	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800		24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02

Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957		11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.8 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE PROPRIEDADE DA EMPRESA OU LOCADO DE TERCEIROS

QUADRO - 112 - PATRIMÔNIO DE PROPRIEDADE DA EMPRESA

ESTADO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS		OBSERVAÇÕES
	EXERCÍCIOS		
	2010	2011	
PARANÁ	8	8	
Curitiba	2	2	Referem-se aos do Armazém Frigorífico de Curitiba e da Sede da Sureg. Ambos em uso pela Sureg.
Francisco Beltrão	1	1	Foi autorizado à venda através do CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24.02.2010
Cambé	1	1	Imóvel em uso pela Unidade Armazenadora de Cambé
Ponta Grossa	3	3	Referem-se aos das Unidades Armazenadoras: 1. do Cara-Cara alienado à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em 2009, em 36 parcelas, já tendo sido pagas 27 parcelas, cuja composição dos pagamentos são, parte em valores descontados do IPTU devido pelo imóvel do Complexo e parte em espécie; 2. do Complexo por possuir 2 matrículas (nº 4839 e 55) decorrentes da transferência de titularidade da ex-Cibrazem para a Conab
Rolândia	1	1	Imóvel em uso pela Unidade Armazenadora de Rolândia

A SUREG-PR não possui imóveis locados de terceiros

12.9 – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7



adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

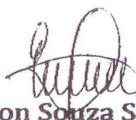
CVM n.º. 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

13 – GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 – INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao				X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Em atenção ao requerido no item e considerando as constatações e recomendações exaradas no Relatório da equipe de Auditoria da CGU, quanto a fragilidade dos controles e as formalizações dos processos das ações executadas pela SUREG-PR, o senhor Superintendente Regional constituiu, através do Ato de Superintendência nº 04. de 12.01.2012, Grupo de Trabalho para elaborar instruções, no âmbito da Regional, que disciplinem as atividades, os fluxos e as formalizações de todos os procedimentos operacionais e administrativos da SUREG-PR Saliente-se que referido Ato de Superintendência foi destacado no Plano de Providências encaminhado à CGU. Em uma primeira reunião o Grupo de Trabalho apresentou, em 08.03.2012, as primeiras providências a serem adotadas pela administração da SUREG-PR, visando, inicialmente, a sensibilização dos empregados para posterior implantação de novas propostas para solução definitiva dos fatos apontados					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Em atenção ao requerido no item e considerando as constatações e recomendações exaradas no Relatório da equipe de Auditoria da CGU, quanto a fragilidade dos controles e as formalizações dos

processos das ações executadas pela SUREG-PR, o senhor Superintendente Regional constituiu, através do Ato de Superintendência nº 04. de 12.01.2012, Grupo de Trabalho para elaborar instruções, no âmbito da Regional, que disciplinem as atividades, os fluxos e as formalizações de todos os procedimentos operacionais e administrativos da SUREG-PR

Saliente-se que referido Ato de Superintendência foi destacado no Plano de Providências encaminhado à CGU.

Em uma primeira reunião o Grupo de Trabalho apresentou, em 08.03.2012, as primeiras providências a serem adotadas pela administração da SUREG-PR, visando, inicialmente, a sensibilização dos empregados para posterior implantação de novas propostas para solução definitiva dos fatos apontados

13.2 - PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Não houve ocorrências

13.3 - PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DA CGU

Atendida através do OFICIO SUREG-PR/Nº 563, de 29.02.2012, pelo encaminhamento do Plano de Providências, contendo as providências a serem adotadas visando a solução das pendências apontadas no relatório da auditoria realizada pela CGU

13.4. PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA

Relatório de Auditoria
8/2011 - (AVG) - SUREG PR/PR -
Constatação:
1031 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$848.745,45 e R\$228.363.452,03, respectivamente, registrado no Subórgão 2218 – Superintendência Regional do Paraná. A conta Duplicatas a Receber está composto por 102 correntistas. Demostramos no quadro a seguir os clientes que tem débitos vencidos há mais de três meses e outros não possuem estoques correspondentes para saldar os débitos. Verificou-se no comparativo das contas de “ESTOQUES” e “DUPLICATAS A RECEBER”, que os clientes Java. Trasp. Ltda e Cia de Bebidas AMBEV, não tiveram os estoques registrados no exercício de 2010.
Recomendação:
1031.1 - Recomendamos à Sureg/PR cobrar dos clientes devedores e orientar os gestores das Unidades Armazenadoras - UAs a não liberarem os produtos antes de verificar a liquidação dos débitos existentes. Para os casos que não hajam a cobertura de estoques, providenciar a cobrança administrativa. Caso não logre êxito, apurar a responsabilidade visando o ressarcimento aos cofres da Companhia.
Tratamento das Recomendações
de em 16/06/2011 como Pendente Informamos que encaminhamos a CI/GEFAD/135/2011 DE 10.02.2011 para a UA/PUCARANA, CI 136/2011 para UA/AFC e CI 178/2011 para UA/ROLANDIA, solicitando de imediato a regularização dos casos citados, sendo os mesmos quitados, bem como informamos que em data 26.05.2011 elaboramos a CI/CIRCULAR Nº 468/2011 encaminhada a todas a Unidades para alertar sobre a necessidade de cumprir os normativos vigentes para não liberar produtos sem cobertura de estoques. de em 20/06/2011 como Pendente Independente do encaminhamento da comunicação e transferência do saldo dos devedores para Realizável a Longo Prazo, apurar a responsabilidade, para regularização da situação. de valdecir.sassi em 29/06/2011 como Pendente

Informamos que todos os casos levantados pela Audin, onde os débitos não tinham coberturas de estoque, já foram quitados, e que os débitos pendentes nesta data estão garantidos com estoque, o que ao meu ver não necessitamos de apurar responsabilidades.

de em 05/07/2011 como Pendente

Reavaliando a resposta da Sureg/PR, verificou-se que a maioria dos clientes saldaram os débitos, menos os clientes 331430309-25, 239919509-44 e 108906590001-14 não tem estoques para garantir seus débitos, manter acompanhamento e cobrar dos devedores - NÃO SOLUCIONADO

de valdecir.sassi em 22/07/2011 como Pendente

Os clientes citados na resposta do dia 05.07.2011, regularizaram seus pagamentos em data de 20.07.2011, conforme 2011RA2626, 2011RA2627 e 2011RA2628

de em 28/07/2011 como Solucionado

Item solucionado, conforme a informação.

Constatação:

1032 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos relativos ao ICMS, contabilizados nas UGs conforme tabela a seguir: Constatou-se que nas UGs mencionadas, os saldos em dez/2010 estavam compatíveis com os registros de apuração de ICMS, a exceção da UG 135266 (conta 11.215.01.00). Na UG 135266 verificou-se a diferença a menor de R\$17.055,84, relativa ao saldo de R\$3.081.242,65 – xFAC e o saldo contábil de R\$3.098.298,49, originário do mês de ago/2010, devido a mudança na plataforma de base do xFAC operacional. Foi aberto um chamado por meio do Sistema Gerencial de Atendimento n.º 2701, em 5.1.2011, visando a correção dos lançamentos das NFs n.ºs. 15040 a 15044 e 374830 da atividade Estratégico/PR. O saldo de créditos de ICMS a Recuperar (R\$2.125,54) constante na Ficha de Autorização e Controle de Crédito – FACC n.º 0101.03978-19, refere-se a créditos homologados na Receita Federal/PR, conforme as NFs. n.ºs 26240, 26242, 26243, 26336 a 26338 e 26464 do fornecedor Peron Ferrari S/A, no montante de R\$7.320,60. A área responsável informou que o crédito deverá ser recuperado por meio da emissão de nota de crédito junto ao fisco estadual e o correspondente lançamento contábil. O saldo de crédito de ICMS a Recuperar constante nas Fichas de Autorização e Controle de Crédito – FACCs n.ºs 0101.02910-77 e 0101.04980-97 refere-se a crédito homologado na Receita Federal/PR, conforme as NFs. n.ºs. 299081 (R\$330,01) do fornecedor Domingos Costa S/A, no montante de R\$6.212,29 e diversas NFs. (R\$28.112,77), FACCs n.ºs 0101.58991-97/58993-59/58995-10/58998-63/59017-87), no montante de R\$44.425,45. O saldo de R\$1.578.282,32 refere-se à 2009NL1713, de 4.1.2010, com o seguinte teor: "Provisão cred. tribut. ICMS prescritos Decr. 1980/07 RICMS Art. 23 parágrafo 2 conf. Lei 11.638/07, Nota Técnica Sucon 18 23/11/09 e Nota Técnica Audin 21/09 item 5. Créditos de ICMS 2003 prescritos conforme parágrafo 4 Art. 15 CTN".

Recomendação:

1032.1 - Recomendamos à Sureg/PR que interaja com a Sucon no sentido de avaliar a possibilidade, à luz dos normativos pertinentes, de baixa definitiva dos créditos tributários prescritos.

Tratamento das Recomendações:

de valdecir.sassi em 16/06/2011 como Pendente

Informamos que saldo de R\$ 17.055,84 da diferença apurada à menor na UG 135266, XFAX e SIAFI, já foi regularizado, e quanto aos saldos existentes, os mesmos estão sendo acompanhados pelo SECOF juntamente com a SUCON.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

1033 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$60.970,67 registrado na UG 135265 – Sede da Sureg-PR, referente a valores a receber decorrentes de acertos financeiros com os empregados e ex-empregados da empresa. O saldo está composto por R\$60.538,15 (SAS) e R\$432,52 (multa de IPVA). Em destaque o valor de R\$432,52 registrado na conta como a multa em atraso do pagamento de IPVA, como responsável o empregado portador de CPF n.º 368.312.049-53.

Recomendação:

1033.1 - Recomendamos à Sureg/PR, analisar os fatos e proceder a cobrança para ressarcir o valor à Conab e regularizar a referida conta.

Tratamento das Recomendações:

de valdecir.sassi em 29/06/2011 como Pendente

-Os valores pendentes do "SAS" estão conciliados e fazemos acompanhamento mensais. -O valor de R\$ 432,52

(Multa/IPVA), foi regularizado seu reembolso, com pagamento da última parcela pelo empregado responsável em 20.06.2011, já contabilizado no SIAFI

de paulo.hayakawa em 05/07/2011 como Solucionado

O empregado cpf n.º368312049-53 ressarcir a multa à empresa, conforme 2011NL001095 e NL001825.SOLUCIONADO.

Constatação:

1034 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos de R\$1.345,12 e R\$152.730,18, contabilizados nas UGs demonstradas na tabela a seguir. No confronto dos saldos contábeis com o Relatório de Saldo de Férias constatou-se a diferença de R\$2.136,60. Verificou-se as pendências de férias dos empregados nos valores de R\$657,38 (matrícula n.º 068096/UG 135270) e R\$475,50 (matrícula n.º 021855/UG 135271). O empregado matrícula n.º 068096 foi afastado sem o auxílio-doença por ser aposentado, sendo retirado da Fopag, em 29.6.2010, por período indeterminado. O empregado matrícula n.º 021855 foi afastado por auxílio doença, de 22.5.2009 até 12.5.2010. A partir dessa data foi aposentado por invalidez. Observou-se na UG 135396 a falta de desconto no valor de R\$991,72, relativo ao adiantamento de 13.º Salário, concedido ao empregado matrícula n.º 103355 referente a jan/2010. O empregado matrícula n.º 103355 foi afastado por auxílio doença, no período de 7.11 a 13.12.2010. Na UG 135270, observou-se que no Relatório de Saldo de 13.º Salário - dez/2010 consta um saldo de R\$495,38 divergente do contábil (zero), relativo ao adiantamento concedido, em jun/2010, ao empregado matrícula n.º 068096. Na UG 135271, não consta saldo na Fopag, em dez/2010, e consta saldo contábil de R\$353,40, relativo ao empregado matrícula n.º 021855.

Recomendação:

1034.1 - Recomendamos que a Sureg/PR interaja com a Sucon, objetivando efetuar os ajustes necessários (centavos), para efeito de acerto contábil. Na UG 135271, avaliar a diferença a maior de R\$9,94, relativa à férias concedidas ao empregado matrícula n.º 68070. E verificar as demais pendências de férias relativas às diferenças apresentadas (a exceção das situações de afastamento).

Tratamento das Recomendações:

de valdecir.sassi em 16/06/2011 como Pendente

Informamos que foi encaminhada à GEFOP a CI/SEREH/Nº 477/2011 de 31.05.11, solicitando a regularização das diferenças apresentadas, bem como a CI/SEREH/Nº 478/2011, solicitando a regularização do saldo de R\$ 9,94 apresentado na UG 135271

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado (CI/SEREH/nº 477/2011 e CI/SEREH/nº 478/2011 - manter o acompanhamento).

Constatação:

1035 - Em 31.12.2010 a conta apresentava os saldos de R\$11.993.419,94, R\$2.993.329,78 e R\$3.271.368,62, registrados nas UGs 135266 - Unidade Estoque Estratégico/PR, 135437 - Unidade Mercado Opção/PR e 135545 - Unidade Conab PAA/PR, respectivamente, distribuídos em 1.392 contas correntes de agricultores e/ou cooperativas de produtores rurais. Em relação ao acompanhamento dos Adiantamentos a Fornecedores - Cédulas de Produtor Rural - CPRs Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque, por amostragem, constatou-se, de acordo com os controles apresentados pelas áreas contábil e operacional, que alguns registros não estão compatíveis, com exceção da UG 135266. Na UG 135545, no que concerne ao saldo acumulado até dez/2010, em análise conjunta com a Gedes, constatou-se as seguintes divergências. a) na c/c n.º 00763640000153, o saldo contábil de R\$286.407,90 diverge do operacional que é de R\$399.829,50. A Gedes deverá avaliar as baixas efetuadas em nov e dez/2010, relativas à CPR n.º 41.3.0164 (vencimento: 31.7.2011); b) na c/c n.º 03003626000140 os saldos estão compatíveis, contudo a CPR n.º 41.3.0109, apropriada em nov/2009, consta no controle operacional com vencimento em 30.10.2010. Referida CPR encontra-se na Prore/PR para as providências cabíveis; c) na c/c n.º 006969447000150 existe o saldo de R\$943.795,33, relativo às CPRs n.º 41.3.0088; 41.3.0091 e 41.3.0086 (parte), com vencimento para 30.1.2010. O processo judicial foi autuado sob o n.º 5000800-55.2010.404.7012 (Processos Administrativos n.ºs 21210.000584/2008-83, 21210.000552/2008-88 e 21210.000599/2008-41); d) na c/c n.º 08251081000104 existe o saldo de R\$27.982,00 enquanto que o operacional é R\$31.982,00. A Gedes deverá verificar a diferença de R\$4.000,00, relativa a baixa por meio da 2010RA4633. A empresa foi inscrita no Cadin devido a inadimplência parcial; e) na c/c n.º 10745251000159 há um saldo contábil de R\$14.005,00, refere-se a: CPR n.º 41.3.0147 - no valor de R\$14.000,00 (vencimento: 30.9.2010); CPR n.º 41.3.0149 - saldo remanescente de R\$5,00 (R\$21.000,00 - R\$20.955,00). A diferença a maior de R\$5,00 a Gedes deverá regularizar. Na UG 135437, em análise conjunta com o Sepab, verificou-se a seguinte composição do saldo contábil no montante de R\$2.993.329,78: - CPR 00001 a 00099 - R\$1.285.217,76 (2003). - CPR 41.100 a 41.110 - R\$130.212,02 (2004). - CPR 00500 a 00588 - R\$1.577.900,00 (2003). Confrontando o saldo do Relatório Analítico das CPRs Alimentos no valor de R\$3.000.364,43, com o saldo

contábil de R\$2.993.329,78, verificou-se que estão incompatíveis. Existe erro de cálculo do saldo devedor final do relatório mencionado (a exemplo: CPR 004/Fabiano Lisboa dos Santos). Observou-se que as CPRs 2004 (n.ºs 41.100 a 41.110), não constam no relatório. Consoante Fax Supaf/Suope/Supab e Sutin n.º 304, em 10.12.2010, há informações de que a partir de 1.º.1.2011, deveria constar nas NFs emitidas pelos fornecedores do Programa de Doação Simultânea, o CNPJ do PAA e não mais o CNPJ do Estoque Estratégico. Em consequência do curto período (20 dias) para comunicação da mudança às Cooperativas/Associações proponentes do programa, e tendo em vista que haviam inúmeras prestações de contas encaminhadas em dez/2010, elas não foram contabilizadas, devido ao encerramento do exercício. Não houve cumprimento do prazo determinado no Fax citado. O Sepab entrou em contato com as áreas responsáveis na Matriz e estas solicitaram para verificar a possibilidade de emitir cartas de correção para CNPJ e Inscrição Estadual - IE, das notas que estavam em posse da Sureg/PR. Averiguando junto à SEFAZ, constatou-se que no Estado do Paraná não aceita carta de correção para tais dados em NFs. Neste sentido, solicitou-se à Matriz, por meio do Fax Sureg/PR n.º 031, de 5.1.2011, a liberação do Sistema xFAC, para lançamento de Notas Fiscais no Estoque Estratégico até finalizar as emitidas neste CNPJ. O Sistema foi liberado para contabilização das NFs no Estoque Estratégico até o dia 28.2.2011. Constatou-se que a renegociação das dívidas, relativas à CPR Alimento (MOC - Título 34), contraídas em 2003 e 2004 e a regulamentação da MP n.º 432/2008, estão de acordo com o Art.15-B da Lei n.º 11.322, de 13.7.2006, alterada pela Lei n.º 11.420, de 20.12.2006 e a Lei n.º 11.775, de 17.9.2008. Foi concedido perdão ou desconto de 50% do valor da dívida renegociada, ficando a Região Sul com pagamento prorrogado, conforme demonstrado no quadro a seguir: Em relação ao relatório xFAC, o Sepab informou que inexistia um programa ou aplicativo, que possa gerar relatórios com os saldos de adiantamentos das CPRs-Doação. Sugere-se: a) cadastrar no xFAC, cada CPR aprovada pelo valor total do projeto e os dados cadastrais dos proponentes; b) a cada inclusão de prestação de contas, que o valor seja atualizado, automaticamente; c) imprimir relatório por CPR, em forma de extrato, contendo o valor adiantado, o valor contabilizado e o saldo devido pela Associação/Cooperativa; d) imprimir relatório com o saldo de todas as CPRs; e e) o cadastro no xFAC poderia ser feito da mesma forma que se cadastra no Comunicado de Compra - COC ou Autorização de Transporte - ATR, mas com a possibilidade de ser contabilizado valor acima do aprovado no projeto, tendo em vista os rendimentos auferidos na aplicação financeira.

Recomendação:

1035.1 - Visando o acompanhamento das operações de recebimento dos débitos, conforme preceitua a Resolução n.º 23, de 9.2.2007, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, publicada no DOU n.º 30, de 12.2.2007 e também o contido no item 7 – Acompanhamento/Controle, do Título 34 – Aditamento de Cédula de Produtor Rural - CPR, Comunicado Conab/MOC n.º 005, de 25.2.2007 e Nota Técnica Digem/Supaf n.º 5, de 26.11.2008, recomendamos à Sureg/PR efetuar a checagem e compatibilização sistemática entre controles contábeis e operacionais.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopez em 06/07/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 16/08/2011 como Pendente

A respeito das divergências entre os controles contábil e operacional, informamos que no início da operacionalização da referida ação, esta SUREG-PR não dispunha das orientações adequadas quanto a forma dos lançamentos contábeis quando da quitação das respectivas dívidas, por esta razão, o Setor Contábil efetuou os lançamentos dos pagamentos, embutindo os juros cobrados ao capital. Informamos, que tais divergências já foram detectadas pelas áreas operacional e financeira desta SUREG-PR, e o SECOF está providenciando os devidos ajustes de forma a equacionar tais pendências, conforme demonstrativo de pagamentos efetuados pela GEOPE/SEPAB e encaminhados a GEFAD, por meio da CI/GEOPE/SEPAB n.º 1587, de 16.08.2011.

de zilda.silva em 06/09/2011 como Solucionado

Solucionado (a compatibilização dos saldos deverá ser efetuada na próxima auditoria).

Recomendação:

1035.2 - Recomendamos à Sureg/PR, juntamente com a Dipai/Supaf, a padronização dos procedimentos e controles financeiros dos Projetos das CPRs Doação – Título 30 do MOC.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopez em 06/07/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 17/08/2011 como Pendente

Atendendo a recomendação dessa Audin, encaminhou-se CI Geope n.º 1594 para Dipai/Supaf visando a padronização dos procedimentos e controles financeiros das operações do PAA, conforme citado abaixo: 1) No processo de

modernização da Conab, realizado nos últimos anos, buscou-se a unificação dos procedimentos, por meio de um sistema corporativo, que atende-se todas as áreas da empresa, inclusive com a compatibilização com o Siafi, porém, tais esforços ainda não foram suficientes para atender todas as necessidades demandadas, inclusive as emergentes, devido ao aumento de ações executadas pela Conab; 2) Neste sentido, foram desenvolvidas formas paleativas para solucionar os devidos controles internos, inclusive, utilizando-se ferramentas disponíveis, como o próprio Siafi - pelo "Adiantamento para fornecedores", assim como, por planilhas desenvolvidas pelos respectivos Setores; 3) Por fim, salientamos que uma forma alternativa, também foi explicitada quando dos trabalhos de auditoria nesta Sureg PR, conforme observado no item 1035-2, letra "e".

de zilda.silva em 06/09/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

1035.3 - Recomendamos à Sureg/PR/Secof, observar o princípio do regime de competência, evitando assim registros extemporâneos.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lobes em 06/07/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de carolina.ferretti em 03/10/2011 como Pendente

que para atendimento deste item, em 23/09/11 foi realizada reunião com Superintendente, Assistente, Gerentes, Encarregados e Empregados dos setores SEPAB, SEOPE, SECOM, e SECOF, para discussão e esclarecimento das situações que geram registros extemporâneos a fim de evitá-los. Esta reunião ficou documentada em Ata de Reunião Gerencial da Sureg PR nº 003/2011, a qual será encaminhada à Audin nesta data por meio da CI GEFAD nº 889 de 03/10/11.

de zilda.silva em 04/10/2011 como Solucionado

Solucionado (realizada reunião para discussão e esclarecimento das situações que geram registros extemporâneos a fim de evitá-los).

Constatação:

1036 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$1.280.130,96, registrado na UG 135265 – Sede da Sureg/PR, composto por 115 contas correntes. Na relação da consulta de saldo IS – Informação de Saldos da Caixa Econômica Federal, emitida em 10.11.2010, constatou-se 55 reclamantes cadastrados na conta vinculada, sendo que, 9 nomes estão em duplicidade, apresentando um saldo corrigido no total de R\$318.125,34. A diferença de saldo contábil a maior em R\$962.005,62 em relação ao saldo do IS, caracteriza-se que são processos já transitados em julgado e liquidados e a Prore não encaminhou o documento hábil para procedimento de baixa contábil. Para regularizar a conta, a Sureg/PR emitiu o Ato de Superintendência nº 050, de 1º.12.2010. Criou o Grupo de Trabalho para identificar/levantar informações relativas aos Depósitos Judiciais/Recursais dos processos com ações findas, para levantamento de alvarás e proceder baixa contábil.

Recomendação:

1036.1 - Recomendamos à Sureg-PR/Prore, analisar os processos, providenciar o resgate dos Alvarás dos reclamantes das ações já transitadas em julgado e pagas, encaminhando ao Secof os comprovantes para proceder baixa contábil. Recomendamos ao Secof, no caso dos reclamantes que constam no IS e não estão registrados no Siafi, providenciar o registro contábil.

Tratamento das Recomendações:

de valdecir.sassi em 16/06/2011 como Pendente

Informamos que foi criado pela ATO DE SUPERINTENDENCIA Nº 050/2010 de 01.12.2010, um grupo de trabalho para avaliar todos casos passíveis de baixas no SIAFI, e demais saldos possíveis de levantamento de alvarás, levando em conta os saldo apresentados no IS disponibilizado pela SUCON, bem como informamos que o SECOF atualizou os saldos no SIAFI.

de paulo.hayakawa em 06/07/2011 como Pendente

Avaliar e manter acompanhamento o trabalho do grupo criado pela Ato da Superintendência. O assunto é objeto de recomendações do CONFIS - Conselho Fiscal à Audin com vista a acompanhar e informar as providências adotadas com relação a registro e devolução de valores ao Tesouro.

de carolina.lobes em 16/08/2011 como Pendente

O Grupo de Trabalho criado através do Ato de Superintendência nº 050, de 1º de dezembro de 2010, está concluindo os trabalhos, com previsão de encerramento para o final de Agosto/2011, quando será emitido o relatório final, a ser encaminhado ao Superintendente Regional, com vistas à AUDIN. Informamos que ao longo do trabalho foram

sugeridas as baixas contábeis dos depósitos recursais que não constavam na Consulta de Saldo IS, por meio de Comunicações Internas expedidas à GEFAD, devidamente instruídas com a documentação que atesta a conversão do depósito recursal em penhora ou em pagamento dos débitos trabalhistas, ou a respectiva devolução à Conab. Paralelamente, foram identificados na Consulta de Saldo IS os depósitos recursais pendentes de levantamento, após fornecimento pela Caixa Econômica Federal dos Extratos de Pagamento de Conta Vinculada, com posterior expedição de ofícios às Varas de Trabalho, solicitando a liberação dos valores, o que dependerá de deferimento pelos Juizes do Trabalho.

de em 16/08/2011 como Pendente

O Grupo de Trabalho criado através do Ato de Superintendência nº 050, de 1º de dezembro de 2010, está concluindo os trabalhos, com previsão de encerramento para o final de Agosto/2011, quando será emitido o relatório final, a ser encaminhado ao Superintendente Regional, com vistas à AUDIN. Informamos que ao longo do trabalho foram sugeridas as baixas contábeis dos depósitos recursais que não constavam na Consulta de Saldo IS, por meio de Comunicações Internas expedidas à GEFAD, devidamente instruídas com a documentação que atesta a conversão do depósito recursal em penhora ou em pagamento dos débitos trabalhistas, ou a respectiva devolução à Conab. Paralelamente, foram identificados na Consulta de Saldo IS os depósitos recursais pendentes de levantamento, após fornecimento pela Caixa Econômica Federal dos Extratos de Pagamento de Conta Vinculada, com posterior expedição de ofícios às Varas de Trabalho, solicitando a liberação dos valores, o que dependerá de deferimento pelos Juizes do Trabalho.

de paulo.hayakawa em 19/08/2011 como Pendente

Relativamente o trabalho da comissão está surtindo efeito, o saldo de R\$1.280.266,91 reduziu para R\$514.627,27 em agosto/2011. O saldo IS de 10/11/2010 era de R\$318.125,34. Manter o acompanhamento do trabalho para ajustar o saldo na informação da CEF.

de em 21/09/2011 como Pendente

Considerando a recomendação acima, comunicamos a finalização das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo Ato de Superintendência nº 050, de 1º de dezembro de 2010, por meio da abertura do Processo Administrativo nº 10.0401/2011, que instrumentaliza a documentação respectiva e o Relatório Final contendo as informações acerca da forma pela qual o trabalho foi desenvolvido e o resultado baseado na Conta Contábil 121230000 (Depósitos para Recursos), cujo montante total, em Março de 2011, era de R\$ 1.322.157,65, e, em Setembro de 2011, passou a ser de R\$ 449.730,01, valor esse que se aproxima da Consulta de Saldo IS com posição de contábil de 10/05/2011, que é a última que nos foi disponibilizada. Outrossim, informamos que o processo administrativo referenciado foi encaminhado primeiramente à PROGE, que é a área solicitante da formação do Grupo de Trabalho, com a orientação de que os autos sejam posteriormente encaminhados à AUDIN, considerando que o assunto é também objeto desta Recomendação. Esclarecemos também que as providências adotadas pelo Grupo de Trabalho, conforme relato acima, datado de 16/08/2011, serão acompanhadas pela Procuradoria Regional do Paraná, que se incumbirá de avisar à GEFAD à medida que os depósitos recursais forem liberados/depositados na conta do Tesouro Nacional. Por fim, ressaltamos que, por ser muito dinâmica a Consulta de Saldo IS, cujos valores se alteram de acordo com a tramitação das inúmeras ações trabalhistas ajuizadas em face da Companhia, torna-se inviável manter regularmente uma precisa conciliação contábil, uma vez que, na maioria dos casos, a transferência do depósito recursal para uma conta vinculada ao juízo é determinada na fase de liquidação de sentença, sem que as partes tenham conhecimento imediato da ocorrência, que é informada à empresa somente quando do recebimento de eventual mandado de citação na execução.

de carolina.lopes em 21/09/2011 como Pendente

Considerando a recomendação acima, comunicamos a finalização das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo Ato de Superintendência nº 050, de 1º de dezembro de 2010, por meio da abertura do Processo Administrativo nº 10.0401/2011, que instrumentaliza a documentação respectiva e o Relatório Final contendo as informações acerca da forma pela qual o trabalho foi desenvolvido e o resultado baseado na Conta Contábil 121230000 (Depósitos para Recursos), cujo montante total, em Março de 2011, era de R\$ 1.322.157,65, e, em Setembro de 2011, passou a ser de R\$ 449.730,01, valor esse que se aproxima da Consulta de Saldo IS com posição de contábil de 10/05/2011, que é a última que nos foi disponibilizada. Outrossim, informamos que o processo administrativo referenciado foi encaminhado primeiramente à PROGE, que é a área solicitante da formação do Grupo de Trabalho, com a orientação de que os autos sejam posteriormente encaminhados à AUDIN, considerando que o assunto é também objeto desta Recomendação. Esclarecemos também que as providências adotadas pelo Grupo de Trabalho, conforme relato acima, datado de 16/08/2011, serão acompanhadas pela Procuradoria Regional do Paraná, que se incumbirá de avisar à GEFAD à medida que os depósitos recursais forem liberados/depositados na conta do Tesouro Nacional. Por fim, ressaltamos que, por ser muito dinâmica a Consulta de Saldo IS, cujos valores se alteram de acordo com a tramitação das inúmeras ações trabalhistas ajuizadas em face da Companhia, torna-se inviável manter regularmente uma precisa conciliação contábil, uma vez que, na maioria dos casos, a transferência do depósito recursal para uma conta vinculada ao juízo é determinada na fase de liquidação de sentença, sem que as partes tenham conhecimento imediato da ocorrência, que é informada à empresa somente quando do recebimento de eventual mandado de citação na execução.

de paulo.hayakawa em 13/10/2011 como Solucionado

Analisou-se o processo n.º 10.0401/2011, o resultado do trabalho do Grupo de Trabalho, verificou-se satisfatório, e cabe a Gefad/Sureg manter acompanhamento. Item solucionado.

Constatação:

1037 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$20.226,80, registrado na UG135266 – Unidade Estoque Estratégico/PR. O saldo refere-se a perda de 9.194 kg de carne bovina no armazém do Paraná Frios, conforme Processo Administrativo n.º 10-533/95. O assunto está na 4.ª Vara, débito em discussão judicial, conforme Processo Judicial n.º 2005.7000013511-2.

Recomendação:

1037.1 - Recomendamos à Sureg/PR, analisar os processos, proceder a transfêrencia para a conta do Ativo Realizável a Longo Prazo, se for o caso.

Tratamento das Recomendações:**de valdecir.sassi em 29/06/2011 como Pendente**

A conta foi analisada e informamos que o processo judicial continua em andamento, sem definição até a presente data.

de paulo.hayakawa em 06/07/2011 como Pendente

A análise do processo foi realizada. O assunto está sendo discutido na 4ª vara da justiça. A recomendação, se for o caso, transferir para Exigível a Longo Prazo.

de valdecir.sassi em 26/07/2011 como Pendente

Consultamos a SUCON/GERAC, por meio da mensagem 2011/1025922, sendo autorizada por meio da mensagem 2011/1042378 a transferência para a conta de longo prazo 12.122.0000, sendo efetuado conforme nota de lançamento n.º 2011NL 000335 (135266), regularizando assim a pendencia.

de paulo.hayakawa em 28/07/2011 como Solucionado

Item solucionado, conforme a informação.

Constatação:

1038 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$111.432,13, registrado na UG135437– Unidade Mercado de Opção/PR. Refere-se a registros realizados na UG 135268 – UA Cambé, do descarte de sacaria sem condições de uso e da perda em armazenagem conforme TVN n.º 3465 e NF n.º 9582, e TVN n.º 7835 e NF n.º 8197, com os respectivos valores de R\$9.794,23 e R\$101.637,90. Foi autuado o Processo Administrativo sob o nº1532/2005, e enviado à Diges/Matriz em 1.º.2.2008.

Recomendação:

1038.1 - Considerando que os registros são de longa data, recomendamos à Sureg/PR, cobrar da Diges/Sufis os processos encaminhados, para autorização da baixa contábil.

Tratamento das Recomendações:**de maria.lopes em 06/07/2011 como Pendente**

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 17/08/2011 como Pendente

Informamos que a SUFIS encaminhou a esta SUREG-PR o Proc. n.º 10.1532/2005, o qual trata do Contrato de Opção Residual/Subproduto de 270.000 kg de milho - safra 2002/2003 - Processo Milho Cambé, com a orientação no sentido de que sejam apurados os fatos que levaram/causaram a perda de qualidade do produto. Objetivando o atendimento em questão, esta Regional está constituindo o Grupo de trabalho para a instalação de um PIA - Processo Interno de Apuração, e assim que obtivermos o resultado final, informaremos essa AUDIN.

de em 19/08/2011 como Pendente

Aguardamos a instalação de PIA, e tão logo seja apurados os fatos para a solução dos casos.

Constatação:

1040 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R\$2.247.674,77, contabilizado nas UGs 135265 Sede da Sureg/PR (R\$668.282,57), 135268 UA Cambé (R\$100.125,52), 135270 UA Ponta Grossa I (R\$495.470,59), 135271 UA Apucarana (R\$198.037,92), 135396 UA Rolândia (R\$201.374,69) e 135544 AF Curitiba (R\$584.383,48), referente às apropriações dos contratos de prestação de serviço, firmados com as empresas mencionadas na tabela a seguir: Com base no Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis – Posição 12.1.2011 (Supad/Gecot e Sureg/PR), temos a comentar: Item 2 - custo mensal no Siscot é zero e no Relatório de Contratos Administrativo (RCA) da Sureg/PR é de R\$1.450,00; Item 3 - Relatório de Vencimentos (Siscot), de 1.º.2.2011 –

informa que o contrato estava vencido há 35 dias. O 1º contrato foi encerrado em 28.12.2010. Houve nova licitação, a mesma empresa foi vencedora (vigência: 23.12.2010 a 22.12.2011), Processo n.º 10.376/2010, portanto observa-se inexistir o vencimento de 35 dias e sim, uma antecipação de 5 dias na assinatura do novo contrato; Item 4 (Sede) - custo mensal no Siscot (Parte A) é de R\$9.382,00 e no RCA é de R\$10.654,13 (1.º Termo Aditivo/Cláusula Terceira - Da Repactuação dos Preços - a partir de 1.º.2.2010). UA Ponta Grossa - custo mensal no Siscot é de R\$20.544,17 e no RCA é de R\$21.755,48; Item 7 (Sede) - custo mensal no Siscot é zero (Processo n.º 10.124/2007) e no RCA é de R\$2.550,00. Processo n.º 10.391/2007, referente às UAs, encontra-se na Prore/PR para a chancela do Termo Aditivo; tem 9 - Siscot (Parte B): não consta a prorrogação do prazo de vigência do contrato (Processo n.º 10.508/2006); Item 10 - custo mensal no Siscot é de R\$10.000,00 e no RCA é de R\$12.500,00; Item 11 (UA Jacarezinho) - há informação no Siscot de que o contrato está vencido há 133 dias, o que não procede porque o contrato foi encerrado em 21.9.2010, quando foi assinado novo contrato com a empresa Prosiga Vigilância e Seguro Ltda. (item 5), conforme Processo n.º 10.089/2010. Quanto ao contrato da UA Paranaguá consta no Siscot, vencido há 210 dias, sendo que este foi encerrado em 6.7.2010 com a venda da Unidade; Item 12 - em dez/2010, o valor no Siscot é de R\$229.457,57. Na contabilidade caracteriza-se que não ocorreu pagamento ao fornecedor, no período de mai/2010 a fev/2011. O valor citado é estimado e anual. Item 13 - Processo n.º 332/2008, referente a apropriação, em nov/2010, de aquisição de equipamentos para 12 meses (Pregão Eletrônico n.º 003/2010). Não consta o registro do contrato no RCA e nem no Siscot; Item 16 - existe divergência nas informações entre os relatórios do Siscot e o RCA, que deverão ser regularizadas. Como exemplo citamos a renovação ocorrida na vigência de 9.2.2011 a 8.2.2012, tendo sido repactuado em 1.º.1.2011, com valor mensal de R\$3.340,52 (Termo Aditivo n.º 04/2011); Processo n.º 10.077/2008; Itens 18 (AFC/PR) e 4 (Sede) - em que pese que os contratos estão registrados regularmente no RCA, a Sureg/PR não obteve sucesso na atualização de dados no Siscot, razão pela qual, deverá interagir com a Sutin, visando a sanar a dificuldade constatada. Item 22 - o contrato foi encerrado em 10.5.2010 e mesmo assim, o registro permanece no Siscot (Relatório de Vencimentos: vencido há 267 dias). Constatou-se a existência do contrato n.º 11/2010, com vigência de 18.5.2010 a 17.5.2011 com a mesma empresa e o mesmo objeto, Processo n.º 10.229/2010; Item 23 - o contrato foi encerrado em 31.7.2010, permanecendo o registro no Siscot até o encerramento dos trabalhos de auditoria (Relatório de Vencimentos: vencido há 185 dias). A empresa responsável pelo objeto desse fornecimento encontra-se listada no item 6, com vigência de 20.9.2010 a 19.9.2011, Processo n.º 10.229/2010; Item 24 - o contrato foi encerrado em 3.5.2010. Foi aberto novo Processo n.º 10.120/2010, para realização de novo fornecimento, uma vez que o serviço não é de natureza continuada. Há informações no Relatório de vencimentos (Siscot) de que o contrato está vencido há 274 dias; Item 25 - o contrato foi encerrado em 15.4.2010 (60 meses). Foi feito novo contrato, com a mesma empresa, com vigência de 20.12.2010 a 19.12.2015. Observou-se que continua o mesmo Processo (n.º 00010.000229/2005-00) e foi citado no contrato o mesmo número do contrato anterior (Processo n.º 0846/2002). Faltou a atualização no RCA e no Siscot. Há informações no Relatório de Vencimentos de que o contrato está vencido há 292 dias.

Recomendação:

1040.1 - Recomendamos à área contábil proceder a análise e a regularização dos saldos relativos aos serviços de limpeza e conservação da UA Rolândia e de vigilância armada/Sede da Sureg/PR.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/07/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 22/07/2011 como Pendente

UA/ROLANDIA: O saldo na conta de contrato no siafi é de R\$ 24.124,04, sendo; diferença de fev. e Mar/2011, 370,20 mensal x 02 = r\$ 740,40; Julho a Dez/2011 = 07 X R\$ 3.340,52 (valor mensal) = R\$ 20.043,12; Janeiro de 2012 (o contrato encerra em 08.02.2012) = a R\$ 3.340,52 Total restante do contrato 2011 + 2012 = R\$ 24.124,04. (saldo pendente de pagamento Diante das informações acreditamos que o valor está correto.

de valdecir.sassi em 22/07/2011 como Pendente

Estamos ciente e procedendo conforme orientações.

de valdecir.sassi em 22/07/2011 como Pendente

Informamos que efetuamos a resposta em data de 20.07.2011, porém estamos verificando que o sistema não registrou. Diante exposto, ratificamos a informação que procedemos um rigoroso levantamento da conta de registro de contratos e procedemos os ajustes dos saldos em todas as contas, quanto aos registros citados, os saldos foram ajustados pela 2011NL 372 (ua/Rolandia) e 2011NL1979 (Sureg/PR), regularizando assim as divergências.

de zilda.silva em 22/07/2011 como Pendente

Lembramos da necessidade de registrar o valor global do contrato no momento da celebração, uma vez que o saldo contábil deve representar o total das parcelas a vencer (CI.Sucon n.º 582, de 19/8/2005).

de zilda.silva em 22/07/2011 como Pendente

Sede (6 parc. x R\$10.654,13) = Solucionado UA Rolândia (saldo R\$24.124,04) = Pendente

de zilda.silva em 25/07/2011 como Pendente

Parcialmente Solucionado - considerando que restam 7 parcelas x R\$3.340,52 pendentes de pagamento totalizando R\$23.383,64, solicitamos maiores esclarecimentos em relação a diferença mencionada de R\$740,40.

de valdecir.sassi em 26/07/2011 como Pendente

Informamos que a conta teve seu saldo ajustado pela 2011NL000378 DE 26.07.2011, regularizando assim a pendência

de zilda.silva em 27/07/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

1040.2 - De acordo com a Resolução Presi n.º 13, de 22.12.2010 e visando facilitar a análise, recomendamos aos gestores dos contratos a atualização e/ou inclusão de dados no Sistema de Gestão de Contratos - Siscot.

Tratamento das Recomendações:**de maria.lopes em 06/07/2011 como Pendente**

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de valdecir.sassi em 20/07/2011 como Pendente

informamos que procedemos a análise e atualização dos dados junto ao Siscot.

de zilda.silva em 21/07/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

1041 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$37.869,83, registrado na UG135266– Unidade Estoque Estratégico/PR. Verificou-se alguns clientes com saldos sem movimento desde 2007, conforme quadro a seguir:

Recomendação:

1041.1 - Recomendamos à Sureg/PR, informar quais são as providências que estão sendo tomadas para a regularização dos saldos pendentes citados, e também para os demais que não foram contemplados na amostragem.

Tratamento das Recomendações:**de claudio.cardoso em 28/06/2011 como Pendente**

Trata-se de valor retido em Guia de Pagamento, destinado ao recolhimento de INSS, nas operações de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. O valor retido, seria utilizado para o recolhimento do INSS pessoa física, mas o mesmo não foi utilizado, tendo em vista que as associações/cooperativas, apresentarem notas fiscais pessoa jurídica, em suas prestações de contas. Sendo assim, solicitamos ao SECOF/PR para efetuar a baixa contábil de todos valores, correspondentes a retenção para recolhimento de INSS, das operações já encerradas.

de em 07/07/2011 como Pendente

Avaliou-se a resposta oferecida pela Sureg-PR, verificamos no Siafi (7.7.2011) não alterou os saldo apresentado (R\$37.869,83). Manter acompanhamento. Não solucionado.

de em 25/07/2011 como Pendente

ao SECOF/PR, a CI-1204 de 28/06/2011, solicitando a baixa contábil.

de paulo.hayakawa em 28/07/2011 como Pendente

Conforme a informação do dia 25/7/2011, consultou-se no Siafi, o Secof não atendeu a soliciatação da CI 1204 de 28/6/2011. - Não solucionado

de leidi.oliveira em 16/08/2011 como Pendente

Estaremos procedendo a baixa contábil ainda nesta semana, e assim que atendermos o solicitado, passaremos a informação de que o assunto foi resolvido.

Atenciosamente Secof/PR

EM 16/08/2011 às 18:00hs.

de leidi.oliveira em 18/08/2011 como Pendente

Informamos que procedemos nesta data as baixas contábeis da conta 21.211.0200 - exercícios anteriores da UG 135266

de em 19/08/2011 como Solucionado

Verificou-se no Siafi, os saldos apresentados à época estão zerados/baixados. Solucionado.

Constatação:

1042 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos de R\$58,86, R\$14,13, R\$220,17, R\$347,17, R\$1.024,78, R\$139,90 e R\$277,79, respectivamente, registrados no Subórgão 2218 – Superintendência Regional de Paraná. Detalhamos a seguir, a origem das multas e juros.

Recomendação:

1042.1 - Recomendamos à Sureg/PR, informar à Audin as providências para: autuação dos processos, registro na conta 199131000 e apuração de responsabilidade.

Tratamento das Recomendações:**de maria.lopes em 06/07/2011 como Pendente**

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de valdecir.sassi em 20/07/2011 como Pendente

acreditamos que o assunto está regularizado.

de em 20/07/2011 como Pendente

Informamos as providências relacionadas aos valores constante do quadro: - R\$ 33,00 e R\$ 5,00 - descontado o valor da Guia de Pagamento nº 573 de 30.06.2010 da empresa SABER. - R\$ 429,52 sendo: R\$ 161,74 descontado transportadora matsuda, - R\$ 68,78 + 32,39 já reembolsado e baixado por Nota lançamentos 2947/3257/3616/3772 - R\$ 45,84 baixado pela NL 1970/2011 - R\$ 24,53 baixado pela NL 3723/2010 - R\$ 72,36 Baixado pela NL 1379. - R\$ 23,88 - Baixado pela 2011NL2002. - R\$ 93,12 sendo: R\$ 11,30 + R\$ 9,81 já reembolsado - R\$ 66,91 Baixado pela NL 1970 - R\$5,10 baixado pela 2011NL2002. - R\$ 599,16 + 132,80 sendo: R\$ 349,01 baixado pela NL 1907 - R\$ 383,05 baixado pela NL 3396. - R\$ 12,59 + R\$ 2,00 + R\$ 115,52 + R\$ 19,00 - valores pagos com atraso por problemas no SIAFI, sendo absorvido pela CONAB. - R\$ 138,89 - ressarcido e baixado pela NL 160/2011 - R\$ 14,27 + R\$ 7,13 - parte descontado da GP 102/2010 da MASTER e parte ressarcido pela RA 2465 de 01.07.2011 - R\$ 2,62 + R\$ 0,05 - ressarcido pela RA 2363/2010 - R\$ 222,51 + R\$ 138,89 - valores pagos com atraso por problemas no SIAFI, sendo absorvido pela CONAB - R\$ 425,62 + R\$ 6,90 - valores ressarcidos

de paulo.hayakawa em 28/07/2011 como Solucionado

Conforme a informação do dia 20/7/2011, item solucionado.

14 OUTRAS INFORMAÇÕES**14.1 PARTICIPAÇÃO DA SUREG-PR NO COMITE DE ENTIDADES NO COMBATE A FOME E PELA VIDA**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/PR), desde 2002, vem apoiando o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep/PR) Entre as ações que ajudaram a fortalecer o Comitê encontra-se a disponibilidade de **uma sala para abrigar a infraestrutura local dessa Rede de Mobilização Social** que conta, atualmente, com a parceria de 23 entidades públicas e privadas. Seus projetos têm foco centrado na questão da sustentabilidade de regiões pouco favorecidas com o desenvolvimento econômico e social.

A Conab, integrada à Rede, colaborou com suas campanhas, entre as quais se incluem a Campanha do Agasalho e a do Natal pela Vida, inclusive com a doação de feijão para comunidades de baixa renda. Na questão de projetos estruturantes apoiou diferentes ações ligadas à construção de um Centro Comunitário localizado no bairro Uberaba, na Vila Jardim União Ferroviária. Este centro abriga, atualmente, em regime de contraturno, 140 crianças – protegidas, portanto, de ambientes que excluem sua participação em projetos de cidadania e educação profissional. Também, a Conab integrou-se aos diferentes projetos ligados aos Oito Objetivos do Milênio – proposta amplamente desenvolvida pelo Comitê em diferentes comunidades. Uma delas, a Vila Audi, fortaleceu-se com a instalação de uma Biblioteca, dentro do Objetivo 2 – Educação Básica de Qualidade para Todos; com uma panificadora comunitária; ações de saúde que ajudaram no combate de doenças transmissíveis; instalação de um Telecentro – para o acesso às questões básicas ligadas à tecnologia da informação.

Consciente de seu papel, enquanto empresa cidadã, a Conab/PR encontra no Coep/PR a possibilidade de exercer sua missão dentro da proposta do abastecimento social. Também, o superintendente da Conab exerceu até março de 2012 a presidência do Conselho Deliberativo do Comitê, e participou de reuniões e eventos nacionais do Coep Nacional.

14.2 INFORMAÇÕES QUE INFLUENCIAM NO DESEMPENHO DA GESTÃO DA SUREG-PR

Destaca-se neste item, os aspectos que influenciam na apuração dos resultados apurados pela SUREG-PR, a saber:

1. estrutura física;
2. estrutura de Tecnologia da Informação;
3. aspectos burocráticos operacionais e administrativos.

1. ESTRUTURA FÍSICA

A Sede da SUREG-PR está instalada em um imóvel residencial de 1.173 m², construído em um terreno de 1.036 m². Com o aumento das atividades da Regional, não oferece espaços condizentes ao seu quadro de pessoal e ao público visitante.

Saliente-se que o Auditório foi desativado e adaptado para instalar os empregados disponibilizados pela Matriz e demais SUREGs, tendo em vista o incremento de operações e das tarefas decorrentes, inerentes ao SECOM

Saliente-se, ainda, que o fato do imóvel da Sede não dispor de espaço para a guarda dos documentos contábeis, fiscais e operacionais, parte dos mesmos encontram-se depositados na Unidade Frigorífica de Curitiba, em espaço inadequado para tal finalidade, que acarretará problemas a sua conservação no que se refere à temperatura, umidade, poeira, insetos e roedores.

2. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Embora tenham sido adquiridos novos equipamentos de informática, de forma a substituir os obsoletos e ampliar o parque computacional, melhorando as condições de rede interna e atendendo as demandas identificadas pela gestão da SUREG-PR, existem entraves para a obtenção das informações relativas a tramitação de documentos e das operações realizadas pela Regional que poderiam ser otimizadas com a implantação/desenvolvimento de softwares adequados para o controle informatizado das áreas administrativa e operacional, evitando-se, consequentemente, a busca destas informações através de levantamentos em processos e documentos.

3. ASPECTOS BUROCRÁTICOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVO

Necessidade de realizar estudos visando a eliminação dos entraves burocráticos objetivando a agilização da execução das tarefas e dos controles com a eliminação de documentos e cópias dos mesmos